

RELATÓRIO FINAL
PARA A ELABORAÇÃO DA
CARTA EDUCATIVA
DO CONCELHO DE NISA

Índice Temático

1	Considerações Iniciais	3
1.1	Escola: que futuro!	3
1.2	Princípios Direccionais da Carta Educativa	4
1.3	Conteúdo da Carta Educativa	5
2	Enquadramento Legislativo	7
3	Enquadramento Territorial e Características Físicas do Concelho de Nisa	10
4	Caracterização Sócio-Económica	13
4.1	Actividades Económicas do Concelho de Nisa	13
4.2	Actividades Produtivas do Concelho	15
4.3	Análise Demográfica	18
4.4	Rede Viária e Acessibilidades	29
4.5	Hierarquia dos Aglomerados	31
5	Caracterização e Evolução do Sistema Educativo	33
5.1	Enquadramento Geral da Educação e do Ensino	33
5.1.1	Grau de Ensino da População do Concelho de Nisa	34
5.1.2	Abandono e Sucesso Escolar	39
5.1.3	Classificação dos Exames no Ensino Secundário	44
5.1.4	Distâncias do Local de Residência às Escolas	46
5.1.5	Análise de Fluxos	46
5.2	Oferta de Educação, Ensino e Formação	47
5.2.1	Educação Pré-escolar e Básico (1º Ciclo)	48
5.2.2	Ensino Básico (2º e 3º Ciclo) e Secundário	56
5.2.3	Ensino Profissional	58
5.2.4	Segurança	65

5.2.5 Equipamentos	66
5.2.6 Instalações Desportivas	72
5.2.7 Cultura e Lazer	76
5.2.8 Transportes	77
5.3 Procura de Educação e de Ensino	81
5.3.1 Território Educativo do Concelho – 2005/2006	82
5.3.2 Evolução do Número de Alunos no Concelho de Nisa	84
5.3.3 Acção Social	87
6 Previsão e Evolução do Número de Alunos do Concelho de Nisa	89
6.1 Enquadramento Nacional	89
6.2 Projecção Demográfica e Projecção da População em Idade Escolar até 2011	90
6.1.1 Caracterização Demográfica do Concelho de Nisa (projecção)	90
6.1.2 Análise da Evolução/Projecção da População de Nisa em 2011	97
6.1.3 Análise dos grupos funcionais e índices resumo da evolução da população de 2001 a 2011	100
6.1.4 Análise da População em Idade Escolar no Concelho de Nisa, em 2011	102
7 Medidas de Intervenção	103
7.1 Recuperação e Beneficiação da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Nisa.	104
7.2 Recuperação e Beneficiação da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Alpalhão.	107
7.3 Recuperação e Beneficiação da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Tolosa.	109
7.4 Recuperação e Beneficiação da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Arêz.	111
8 Propostas	112
8.1 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	112
8.1.1 Ensino profissional	114
8.2 Monitorização	115
9 Considerações Finais	116
10 Gráficos, Quadros e Mapas	117

1. Considerações Iniciais

1.1. ESCOLA: QUE FUTURO!

A educação constitui uma prioridade nacional sendo, por isso, uma condição indispensável ao desenvolvimento. O que fizermos hoje na educação, determinará, de forma decisiva, o futuro do país e consequentemente da democracia, e disso dependerá também a melhoria de vida dos portugueses e a sua capacidade de enfrentar um mundo cada vez mais complexo, exigente e competitivo. Como afirmou o antigo Presidente da República Jorge Sampaio no discurso de encerramento da semana da educação em 1998, “o que está em causa é o futuro individual de cada um e o destino colectivo do país”.

A complexidade atravessa também a concepção ternária clássica do sistema educativo português, a saber, o ensino primário, secundário e terciário (este designado de ensino superior), em que o papel da escola (elemento central do desenvolvimento educativo) e a finalidade do ensino são interrogados e reformulados, naturalmente, em função da evolução da sociedade. A educação, como processo de desenvolvimento essencial ao ser humano, não é estático, muito pelo contrário, apresenta-se como dinâmico e adaptável à evolução dos tempos.

Luís Nazaré afirma mesmo que “os sistemas educativos estão doentes (...) e que um dos sintomas mais preocupantes da dissonância escola-sociedade é o aumento significativo do número de jovens, de todos os estratos sociais, que se sentem rejeitados ou incompreendidos pelo sistema educativo e incapazes de afrontar, técnica e relacionalmente, o mundo do trabalho”¹.

Contudo, a finalidade da escola mantém caminhos inalteráveis e pouco se modificou nos últimos quinze anos. No entanto, a aquisição de conhecimentos, a realização pessoal dos alunos, a aprendizagem da cidadania e a formação para o mundo do trabalho perfazem as suas principais finalidades. Todavia, estas finalidades só serão conseguidas se a escola responder eficazmente à evolução da população escolar e se trabalhar com as famílias e com os outros parceiros educativos. É aqui, que a autarquia marca o seu lugar. Porém, não podemos tentar encontrar os responsáveis pelo insucesso escolar numa das partes, desresponsabilizando as outras. Aliás, devemos reconhecer que só com o esforço conjugado das diferentes partes, das famílias, da instituição educativa e dos próprios alunos poderemos criar uma escola eficaz.

Torna-se cada vez mais urgente a conjugação de esforços de diferentes entidades, designadamente, escolas, associações de pais, autarquias, segurança social, forças de segurança e administração da justiça. Mas, é ao mesmo tempo, imprescindível esclarecer competências e responsabilidades. Conquanto, cooperação não significa a dissolução de responsabilidades.

¹ Luís Nazaré: Jornal de Negócios / Publicado 4 de Novembro de 2004 com o título *Pai, não quero ir à escola!*

A presente Carta Educativa pretende conceder um mecanismo de exercício democrático (participação dos cidadãos), ambiciona estabelecer redes de poder, aspira ser um processo de aprendizagem (ideia gradualista com três linhas de aprendizagem: eficaz, eficiente e de expansão) e pressupõe antecipar o futuro.

1.2. PRINCÍPIOS DIRECCIONAIS DA CARTA EDUCATIVA

A revisão do Plano Director Municipal (PDM) exige, uma caracterização ampla do Concelho, que detêm, entre outras singularidades, a urgência da definição da rede educativa, como processo integrador e transversal das diversas vertentes, que apesar da componente fundamentalmente social e cultural da Carta Educativa, permite o planeamento estratégico do Concelho, como aforismo do desenvolvimento local.

A Carta Educativa constitui um instrumento de planeamento e insere-se na revisão do Plano Director Municipal do Concelho de Nisa, instituindo um esforço da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local, integrando as opções de âmbito nacional e regional, com incidência, neste caso, na educação, como área de intervenção.

A Carta Educativa tem também como objectivo munir e ornar os dirigentes e técnicos da administração pública desconcentrada de um instrumento teórico-prático no domínio do planeamento e da gestão, ao nível local do sistema educativo.

O PDM, de elaboração obrigatória, é um instrumento de gestão territorial que se encontra descrito no Decreto-Lei nº310/2003 de 10 de Dezembro, estabelecendo no seu conteúdo material a obrigatoriedade da caracterização do concelho, motivando “os objectivos de desenvolvimento estratégico a prosseguir e os critérios de sustentabilidade a adoptar, bem como os meios disponíveis e as acções propostas” (artigo 85.º), sendo o conteúdo documental constituído por opções estratégicas e normas orientadoras (artigo 54.º), as quais serão descritas e prospectivadas na presente Carta, no que diz respeito à componente educativa.

O actual testemunho pretende promover uma prática reflexiva e de discussão, fomentando o envolvimento dos vários intervenientes, nomeadamente, autarcas, técnicos, professores e população em geral, conforme estabelece o novo paradigma de desenvolvimento sustentável, baseado num modelo de interdisciplinaridade permanente, tendo como estratégia de acção a valorização da participação, do debate e da avaliação, como pressupostos orientadores da sua execução.

A Carta Educativa aspira fomentar a cogitação e o debate, sobre os aspectos fortes e potenciadores da rede educativa, de modo a assegurar os objectivos gerais do desenvolvimento local, nomeadamente identificar tendências e antecipar oportunidades, fortalecer o tecido social e promover a sua mobilização e, sobretudo ampliar a perspectiva política e social no que diz respeito ao tecido educativo do concelho.

Tendo em conta o novo paradigma do desenvolvimento local, a elaboração da Carta Educativa sofre a intervenção de sujeitos directa ou indirectamente relevantes no processo educativo do concelho. Aliás o Decreto-Lei 115-A/98, de 4 de Maio envolve todos os intervenientes, referindo no seu preâmbulo, que “*a escola, enquanto centro das politicas, tem, assim, de construir a sua autonomia a partir da comunidade em que se insere, dos seus problemas e potencialidades, contando com uma nova atitude da administração central, regional e local, que possibilite uma melhor resposta aos desafios da mudança*”.

O presente documento, integrado no plano estratégico do concelho, ambiciona uma “cultura” orientada para gerir *feed-backs* evolutivos e construtivos para o processo de planeamento integrado e concertado do desenvolvimento da localidade.

Prefaciando um texto desta natureza requer, basicamente um modelo, baseado na construção de parcerias construtivas, com o intuito de permitir diversas visões, potenciadoras da integralidade que o plano exige. Desta forma, o Decreto-Lei n.º 7/2003 estabelece claramente os princípios orientadores da presente Carta Educativa, apostando no princípio da subsidiariedade.

Para além disso, passou a ser da competência das autarquias a elaboração da Carta Educativa. Aliás, o artigo 19.º da lei n.º 159/99 de 14 de Setembro estabelece que “é da competência dos órgãos municipais participar no planeamento e na gestão dos equipamentos educativos (...) e é igualmente da competência dos órgãos municipais: elaborar a carta escolar a integrar nos planos directores municipais (...)”.

O traçado da Carta Educativa pressupõe um planeamento activo, com a identificação dos elementos educativos do Concelho, devendo consistir numa plataforma integrada de discussão, pretendendo ser um trabalho mais interventivo do que explicativo, privilegiando as fontes qualitativas de informação, sem negligenciar as quantitativas. O presente documento de intervenção sócio-cultural coloca questões de sucesso ou insucesso, derivadas das condições de adaptação do meio e da diversidade das populações abrangidas.

Num processo cada vez mais descentralizado, ou seja, cada vez mais próximo dos cidadãos, a carta educativa tem uma estratégia de intervenção marcada por uma visão prospectiva, assinalada com cenários de evolução configurados com base em análise globais, observadas quantitativamente e examinadas de forma qualitativa.

Importa referir que a finalidade da Carta Educativa transcende o definido e jamais será um “produto” acabado, carecendo, conforme a evolução do território, de uma refutação constante com actualizações permanentes.

A mobilização da Carta Educativa é abrangente e constitui um processo complexo, visto que a sua elaboração, da competência da autarquia, envolve também outros intervenientes, e o procedimento a seguir compreende outros organismos, nomeadamente, Conselhos Municipais de Educação, Comissões de

Coordenação Regional, Serviços Centrais do Ministério da Educação, Direcções Regionais de Educação, Associações de Municípios, entre outros.

1.3. CONTEÚDO DA CARTA EDUCATIVA

A Carta Educativa constitui um instrumento de planeamento, onde o diagnóstico se apresenta como um processo estabelecem uma realidade, que comprova e demonstra as necessidades do território educativo do Concelho de Nisa, com fim de justificar as medidas de intervenção intersectadas e as propostas a desenvolver, num futuro próximo.

O enquadramento legislativo, presente no ponto seguinte estabelece os princípios jurídicos e legislativos relativos tanto à questão da educação como às responsabilidades autárquicas nesta matéria.

O terceiro ponto, enquadramento territorial descreve exactamente as características físicas do concelho, nomeadamente o enquadramento administrativo e geográfico do Concelho de Nisa.

A caracterização socio-económica apresenta vários indicadores económicos, tais como, as actividades económicas e produtivas do concelho. Descreve uma análise demográfica pormenorizada do Concelho e das freguesias que o constituem. Expõe igualmente, as acessibilidades regionais, o desenvolvimento urbano e as mobilidades e os movimentos inter-concelhios. A rede viária e a hierarquia dos aglomerados constituem também uma análise da caracterização do Concelho de Nisa.

O quinto ponto ostenta a caracterização e a evolução do sistema educativo do Concelho de Nisa, descrevendo três grandes capítulos, nomeadamente, o enquadramento geral da educação e de ensino; a oferta de educação, ensino e formação; a procura de educação e ensino.

A previsão e evolução do número de alunos no Concelho de Nisa são explícitos no sexto ponto do presente documento, com uma perspectiva da população entre 2001/2011. Apresenta-se a consistência dos cenários, a população por grupos etários e a distribuição espacial da população por freguesia.

Num sétimo ponto, mostram-se as medidas de intervenção efectuadas recentemente, que são a recuperação e a beneficiação das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico de Nisa, Alpalhão, Tolosa e Arêz.

As propostas de intervenção afiguram-se no oitavo ponto, definindo-se uma hierarquização, uma calendarização e o impacto previsto das propostas. Para além disso, identificam-se as entidades responsáveis, os custos previstos e a coerência entre o diagnóstico e as propostas pretendidas.

2. Enquadramento Legislativo

Para a elaboração da Carta Educativa do Concelho de Nisa foi consultada determinada legislação, com o objectivo de se proceder a um enquadramento legal mais alargado do sistema educativo português e das competências referentes à autarquia, especialmente ao nível da educação.

Procede-se, em seguida, a uma breve apresentação dos principais suportes legislativos consultados, no que diz respeito ao seu objecto e/ou âmbito de aplicabilidade, de forma crescente, temporalmente.

Decreto-lei no. 299/84, de 5 de Setembro: regulamenta o modo e a forma como os municípios assumem a atribuição relativa à oferta de transporte à população escolar.

Decreto-lei n.º 399-A/84, de 28 de Dezembro: o presente artigo regula a transferência para os municípios do continente das novas competências em matéria de acção social no domínio dos refeitórios, de alojamento em agregado familiar e de auxílios económicos destinados às crianças da educação pré-escolar a aos alunos do ensino primário e do ciclo preparatório TV, oficial, particular ou cooperativo, com contrato de associação e paralelismo pedagógico.

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro: a presente lei estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo, sendo alterada pela **Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro**.

Decreto-lei n.º 35/90, 25 de Janeiro: define o regime de gratuidade e de escolaridade obrigatória.

Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto: o presente diploma aplica-se aos alunos com necessidades educativas especiais que frequentam os estabelecimentos públicos de ensino dos níveis básico e secundário.

Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro: a presente lei-quadro consagra o ordenamento jurídico da educação pré-escolar.

Despacho Normativo n.º 27/97, de 2 de Junho: o presente despacho permite e estimula a participação e a iniciativa das escolas no domínio do reordenamento da rede educativa.

Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho: o presente diploma estabelece o regime jurídico do desenvolvimento e expansão da educação pré-escolar, pública e privada e define o respectivo sistema de organização e financiamento.

Despacho Conjunto n.º 123/97, de 7 de Julho: o presente despacho atribui particular relevância à escolaridade básica de nove anos e à qualificação profissional de nível II.

Despacho Conjunto n.º 105/97, de 12 de Julho: o presente despacho estabelece o regime aplicável à prestação de serviços de apoio educativo, de acordo com os princípios consagrados na Lei de bases do Sistema Educativo.

Despacho Conjunto n.º 300/97, de 7 de Agosto: o presente despacho aprova as normas que regulam a participação dos pais e encarregados de educação no custo das componentes não educativas dos estabelecimentos de educação pré-escolar.

Despacho Conjunto n.º 258/97, de 21 de Agosto: define os critérios a utilizar pelos estabelecimentos de educação pré-escolar, quanto à escolha das instalações e do equipamento didático.

Despacho Conjunto n.º 268/97, de 25 de Agosto: o presente despacho estabelece os critérios gerais de programação dos equipamentos pré-escolares e as suas normas de instalação.

Despacho Conjunto n.º 291/97, de 4 de Setembro: o presente regulamento visa definir as regras e condições de acesso ao apoio financeiro a prestar pelo Estado no âmbito do programa de Desenvolvimento e Expansão da Educação Pré-Escolar, no domínio das infra-estruturas, equipamento e apetrechamento de material didático-pedagógico (apetrechamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar)

Decreto-Lei n.º 314/97 de 15 de Novembro: altera o Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de Dezembro e aprova as normas aplicáveis à denominação dos estabelecimentos de educação ou de ensino público não superior, bem como a adopção do respectivo símbolo identificativo.

Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro: o presente Regulamento estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, concepção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respectivo equipamento e superfícies de impacte, destinados a crianças, necessárias para garantir a diminuição dos riscos de acidente, de traumatismos e lesões acidentais e das suas consequências.

Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de Janeiro: o presente diploma estabelece o regime de criação, organização e funcionamento de escolas e cursos profissionais no âmbito do ensino não superior.

Decreto-Lei n.º 89A/98, de 7 de Abril: o presente decreto é criado no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Expansão da Educação Pré-escolar, uma linha de crédito bonificado para financiamento de construção e aquisição de instalações e equipamento da educação Pré-escolar.

Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio: Regime de Autonomia Administração e Gestão dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico e Secundário.

Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto: Lei das Finanças Locais, que estabelece o regime financeiro dos municípios e das freguesias.

Decreto-Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro: estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, atribuindo-lhes responsabilidades no âmbito da construção e manutenção dos estabelecimentos de educação e ensino e na elaboração da carta educativa.

Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro: as competências próprias da Junta de Freguesia são, entre outras: gerir e manter parques infantis públicos; fornecer material de limpeza e de expediente às escolas do 1.º ciclo do ensino básico e estabelecimentos de educação pré-escolar;

Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro: o presente diploma desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo.

Despacho 18887/99, de 30 de Setembro: o presente despacho tem em vista o reforço do controlo das condições dos edifícios escolares.

Despacho n.º 15459/2001, 26 Julho: Regula as condições de aplicação das medidas de acção social escolar, da responsabilidade do Ministério da Educação, nas modalidades de apoio alimentar, alojamento e auxílios económicos, destinados aos alunos dos ensinos básico e secundário que frequentam escolas públicas e escolas particulares ou cooperativas em regime de contrato de associação.

Decreto Regulamentar n.º 12/2000, de 29 de Agosto de 2000: fixa os requisitos necessários para a constituição de agrupamentos de estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do ensino básico, bem como os procedimentos relativos à sua criação e funcionamento.

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro: o presente diploma tem por objecto os conselhos municipais de educação, regulando as suas competências, a sua composição e o seu funcionamento. Tem, ainda, por objecto a carta educativa, regulando o processo de elaboração e aprovação da mesma e os seus efeitos.

Lei n.º 41/2003, de 22 de Agosto: (Primeira alteração ao decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro) Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração da carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

3. Enquadramento Territorial e Características Físicas do Concelho de Nisa

O Concelho de Nisa localiza-se na região do Alentejo, pertence ao distrito de Portalegre e tem por limites, a Sudoeste, o Concelho de Gavião; a Sul, o Crato e a Este, Castelo de Vide. A Norte é limitado pelo Rio Tejo (Vila Velha de Ródão e Cedillo), numa extensão de 43 km e a Oeste pelo Rio Sever. É enquadrado pelos vales profundos das bacias do Rio Tejo e Sever e o acidente montanhoso que se estende do monte de S. Miguel até às portas de Ródão e daí até à Serra de Muradel. É parte integrante do agrupamento de concelhos da Sub-região do Alto Alentejo – corresponde a uma NUT² de ordem 3.

Mapa 1 – Enquadramento do Município de Nisa a Nível Europeu, Nacional e Regional



Fonte: www.cm-nisa.pt

O Concelho de Nisa ocupa uma área de 573,9 Km² (período de 2003 segundo dados do INE) com uma densidade populacional de 14,4 hab/Km² (INE 2002). É constituída por dez freguesias, nomeadamente, Alpalhão, Amieira, Arês, Espírito Santo, Montalvão, Nossa Senhora da Graça, Santana, São Matias, São Simão e Tolosa.

Climaticamente, o Concelho de Nisa insere-se numa zona de clima temperado continental com características mediterrânicas a tender para a semi-aridez. As características meteorológicas da região onde o concelho se insere, estão directamente relacionadas com a sua posição geográfica, em plena Bacia do Tejo e encostado aos contrafortes da Crista Quartzítica da Serra de São Miguel de Nisa – Vila Velha de Ródão. A média anual ronda os 16° C.

²NUT: Nomenclatura de Unidade Territorial Estatística estabelecida pelo decreto-lei nº 244/2002 e pelo regulamento comunitário nº 1059/2003. Foi criada no âmbito da UE entre o Eurostat, os serviços da Comissão e os Estados Membros, e constitui a norma comum para os Estados trocarem entre si informação. Esta nomenclatura é composta por 3 níveis hierárquicos: NUTS I, NUTS II, NUTS III sendo este último agrupamento dos concelhos.

O estado actual da Paisagem é marcado por uma extensa superfície, mais ou menos aplanada, com altitudes compreendidas entre 200 e 300 m. A Serra de São Miguel (crista quartzítica) é a forma de relevo que mais se destaca, funcionando como um elemento caracterizador da paisagem local, quer pela sua localização e forma, como pela sua natureza geológica e vegetação.

Mapa 2 – Freguesias do Concelho de Nisa



Fonte: www.cm-nisa.pt

Em termos geológicos, o território concelhio é constituído essencialmente por terrenos graníticos e terrenos xistosos do complexo xisto-grauváquico, correspondendo os primeiros à metade sul do concelho e os outros à metade norte.

Numa referência à evolução paleográfica e tectónica do concelho, pode dizer-se que ao longo dos tempos geológicos este sofreu movimentos relacionados com a deslocação das placas. Em consequência disto, surgiram no concelho, quer depressões, quer elevações, nas quais respectivamente, se formaram os

xistos e os granitos. Do conjunto de recursos de natureza geológica ocorrentes no concelho, são de destacar pelo seu interesse nacional e regional, as mineralizações uraníferas e os granitos cinzentos de granulado médio a fino do maciço de Alpalhão.

Segundo a Classificação Hidrológica dos Rios – sistema decimal – o território concelhio enquadra-se na “Região Hidrográfica nº3 – Tejo”, que abrange a bacia hidrográfica portuguesa do Rio Tejo e as bacias hidrográficas da zona oeste, que drenam directamente para o Oceano Atlântico, compreendidas entre as bacias dos Rios Mondego e Tejo.

Podemos, de uma forma sintética, referir que o Concelho de Nisa possui alguns em recursos naturais. Exceptuando o jazigo uranífero, os granitos para a construção civil e, embora de natureza diferente, a nascente da “Fadagosa”, encontramos uma região deficiente em recursos hídricos disponíveis, principalmente quanto à água subterrânea, cujos solos são pobres.

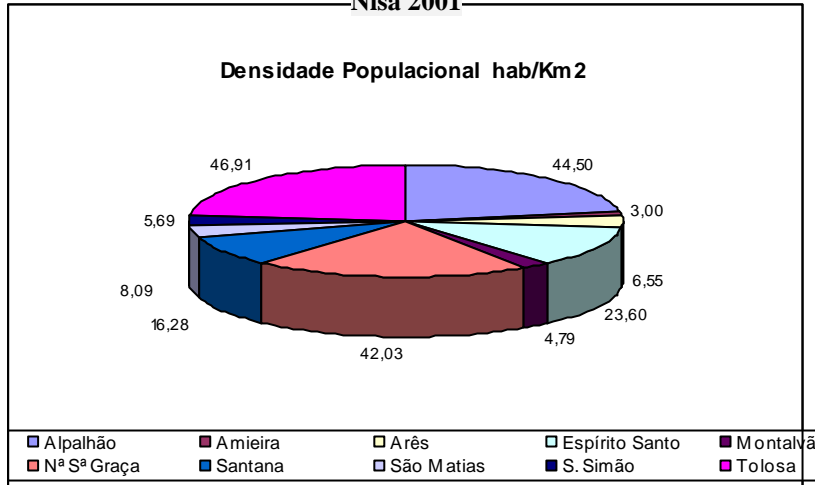
Relativamente às áreas das freguesias do Concelho de Nisa, verificamos que Montalvão é a freguesia que ocupa a maior área do concelho, no entanto, a densidade populacional é baixa, tendo em conta o número de habitantes, aliás é a segunda freguesia com este indicador mais baixo, apenas com 4,79 hab/km², depois de Amieira do Tejo. Esta tem também, uma área considerável no Concelho de Nisa, com 102,3 Km² e com 3 hab/ Km². São, portanto, freguesias com uma grande área ocupacional no Concelho, porém, com um número de habitantes acentuadamente baixo, originando, assim uma densidade populacional vincadamente inferior em relação às outras freguesias. Existe, no entanto, equilíbrios em algumas freguesias do Concelho, tais como, Tolosa com uma área de 23,93 Km² e com uma densidade populacional de 46,91 hab/ Km² e Alpalhão com 34,1 Km² e 44,5 hab/ Km². A freguesia de Nossa

Senhora da Graça revela também uma densidade populacional proeminente, relativamente à área que ocupa, com 42,03 hab/ Km² e 37,43 Km² de área total.

Concluimos, portanto, que o facto da área de uma determinada freguesia ser maior, não implica que a sua densidade populacional seja também ascendente.

Segundo a tipologia de áreas Urbanas verificamos, que no Concelho de Nisa existem apenas duas freguesias que

Gráfico 1 – Densidade Populacional das Freguesias do Concelho de Nisa 2001

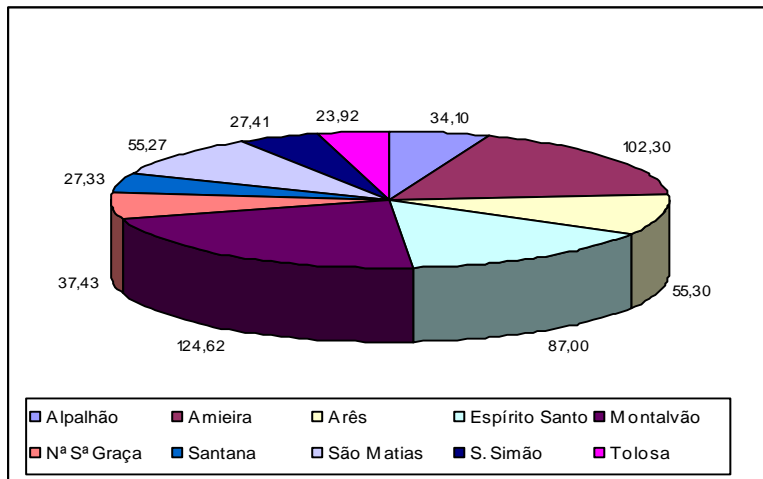


são consideradas áreas medianamente urbanas (AMU), que são as que

Fonte: INE, censos 2001

integram o núcleo habitacional da sede de concelho, a saber, a freguesia de Nossa Senhora da Graça e a freguesia do Espírito Santo. As freguesias que podem ser classificadas como AMU carecem das seguintes situações: freguesias semi-urbanas, não incluídas na área predominantemente urbana; freguesias sedes de Concelho não incluídas na área predominantemente urbana. Isto é, o simples facto de serem freguesias pertencentes à sede do Concelho, permite-lhes imediatamente pertencer a esta categoria.

Gráfico 2 – Área das Freguesias do Concelho de Nisa, 2001



Aliás, um dos princípios básicos para a construção desta tipologia é o facto das freguesias pertencentes a sedes de concelho, embora com comportamentos demográficos muito diferenciados, não serem integradas em Áreas Predominantemente Rurais.

As restantes freguesias do concelho são classificadas, segundo a tipologia de áreas urbanas, como Áreas Predominantemente Rurais (APR).

Fonte: INE, censos 2001

4. Caracterização Sócio-Económica

Pretende-se, neste ponto, caracterizar de forma sucinta os aspectos económicos e demográficos mais relevantes do concelho de Nisa, descrevendo de forma prospectiva a sua evolução. O principal objectivo é a análise do quadro sócio-económico do concelho e a sua evolução demográfica.

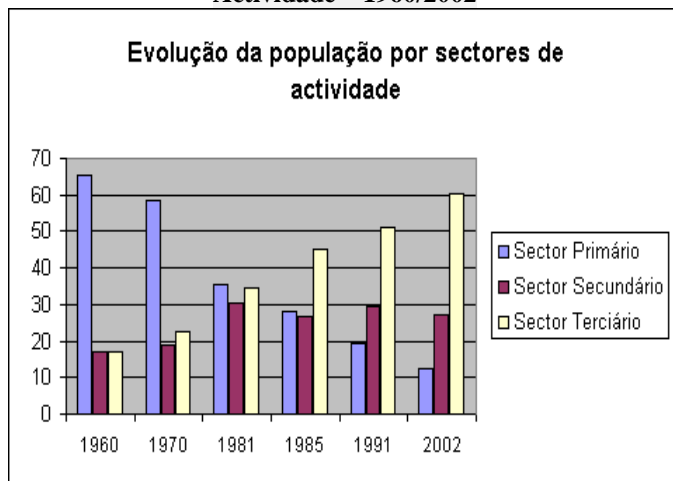
Ambiciona-se examinar as principais actividades económicas do Concelho de Nisa e as actividades produtivas mais relevantes, descrevendo assim as potencialidades e as fragilidades do território do Concelho de Nisa.

A análise demográfica descreve vários indicadores que revelam claramente o “estado” e a tendência populacional do concelho. Entre outros indicadores apresentam-se os seguintes: população segundo os grupos etários, população activa, evolução da taxa de desemprego e de actividade, taxa de natalidade e mortalidade, evolução do excedente de vida, índice de envelhecimento, índice de sustentabilidade potencial, índice de dependência de idosos e jovens, taxa de analfabetismo.

4.1. ACTIVIDADES ECONÓMICAS DO CONCELHO DE NISA

O Concelho de Nisa regista uma manifesta alteração nos sectores de actividade, isto é, de 1960 a 1981, o sector primário era o principal sector de actividade³, predominantemente agrícola. Contudo, este sector

Gráfico 3 – Evolução da População Por Sectores de Actividade – 1960/2002



vem decrescido desde a década de oitenta (como mostra o gráfico ao lado indicado) dominando desde então, o sector terciário, resultando essencialmente, dos serviços oferecidos pela Câmara Municipal. Nos últimos vinte anos observou-se o primado do sector terciário sobre o primário, sendo a tendência nos próximos anos de crescimento deste mesmo sector.

Fonte: INE

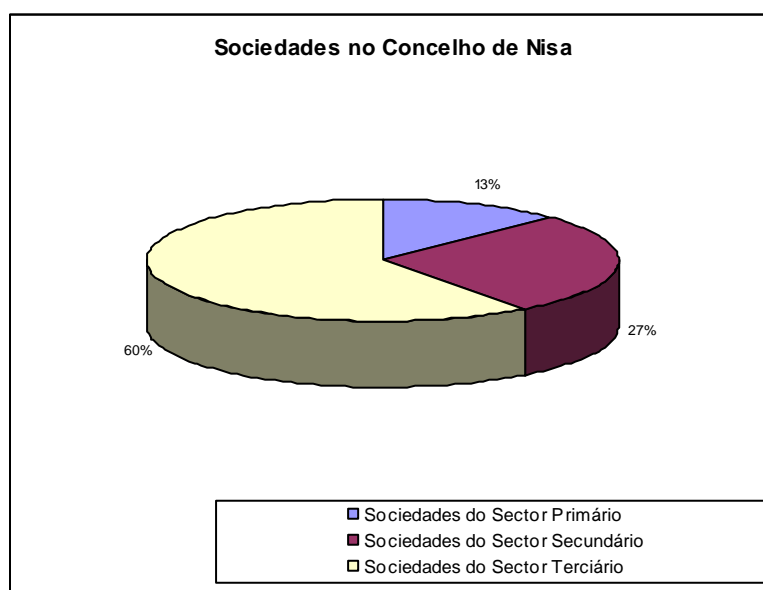
Para além dos sectores de actividade, a observância dos indicadores estatísticos, que abaixo estão revelados reflectem bem, a capacidade económica existente no Concelho.

³ Cada um dos três grandes agregados da actividade económica: sector primário, sector secundário e sector terciário.

Quadro 1 – Retrato Estatístico da Actividade Económica do Concelho de Nisa

INDICADORES	Valor / Unidade	Período
Sociedades Sediadas	128	Nº. 31-12-2002
Volume de Vendas nas Sociedades Sediadas	28929	Milhares de euros 31-12-1931
Bancos, Caixas Económicas e Caixas de Crédito Mútuo	3	Nº. 2002
Depósitos em Bancos, Caixas Económicas e Caixas de Crédito Mútuo	548158	Milhares de euros 2002
Créditos Concedidos por Bancos, Caixas Económicas e Caixas de Crédito Mútuo	171534	Milhares de euros 2002
Crédito Hipotecários Concedido a Particulares	50117	Milhares de euros 2002
Obras Concluídas – Total de Edifícios	67	Nº. 2002
Obras Concluídas – Edifícios para Habitação	48	Nº. 2002
Licenças Concedidas para Construção de Edifícios	35	Nº. 2002
Licenças Concedidas para Construção de Edifícios para Habitação	27	Nº. 2002

Fonte: INE, Retrato territorial do Concelho

Gráfico 4 – Sociedades Sedeadas no Concelho de Nisa, 2002

Relativamente às sociedades sedeadas no Concelho de Nisa, observa-se uma predominância, no sector terciário com mais de 60%. Imediatamente a seguir destacam-se as sociedades do sector secundário, com preponderância sobre as sociedades do sector primário, que detém apenas 13%.

Fonte: INE, 31/12/2002

As profissões exercidas pela população do Concelho são igualmente relevantes para a compreensão do meio educativo, registando as necessidades e as potencialidades existentes, para uma melhor requalificação da educação. No quadro a seguir indicado assenta a população empregada, no Concelho de Nisa, segundo o grupo de profissões.

Quadro 2 – População Residente Segundo Grupos de Profissões no Concelho de Nisa

CNP ⁴	Grupo 0	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7	Grupo 8	Grupo 9
Nº de pessoas	28	182	148	176	263	484	166	583	161	555

Fonte: INE

Como podemos constatar, existe um deficiente nível de qualificação dos recursos humanos no Concelho, visto que a maioria da população são operários, artífices, trabalhadores similares e trabalhadores não qualificados. Imediatamente a seguir destaca-se o pessoal dos serviços e vendedores. Em menor número existem, a par com os membros das Forças Armadas, os especialistas das profissões intelectuais e científicas, verificando-se assim, e comparativamente ao nível de educação (como veremos adiante) uma similaridade de equivalências.

4.2. ACTIVIDADES PRODUTIVAS DO CONCELHO

AGRICULTURA, PECUÁRIA E SILVICULTURA

O sector primário dominou até à década de oitenta e desde então, tem sofrido uma regressão em favor dos outros sectores.

Porém, constatamos na área do concelho, um uso florestal de 46%, essencialmente constituído por pinheiros, sobreiros, azinheiras, carvalhos e eucaliptos. Este último detém 24% da superfície concelhia e 52% da área florestal existente.

Por outro lado, o uso agrícola constitui 41% da área do concelho, com árvores de sequeiro, olival e hortas. A produção agrícola destina-se essencialmente ao auto-consumo, com carácter suplementar, sendo apenas uma pequena parte projectada para o mercado externo.

Como actividade complementar verifica-se também, no concelho, a apicultura. A sua extracção e comercialização permitem, uma dinamização do associativismo contribuindo, para o escoamento do produto a nível nacional e internacional.

Para além do interesse turístico do mel constatamos o confirmado valor, da produção do queijo de Nisa, conhecido a nível regional, nacional e mesmo internacional. A certificação do queijo de Nisa, associada à

⁴ CNP (Classificação Nacional de Profissões): Grupo 0: Membros das Forças Armadas; Grupo 1: Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa; Grupo 2: Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas; Grupo 3: Técnicos e profissionais de nível intermédio; Grupo 4: Pessoal Administrativo e similares; Grupo 5: Pessoal dos Serviços e Vendedores; Grupo 6: Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas; Grupo 7: Operários, Artífices e Trabalhadores Similares; Grupo 8: Operadores de Instalação e máquinas e trabalhadores de montagem; Grupo 9: Trabalhadores não qualificados.

sua qualidade, permitiu o aparecimento de algumas empresas, e como consequência deste facto, o aumento da empregabilidade no concelho.

Com esta realidade importa, maximizar os recursos naturais do concelho, como força potenciadora, que contribui para o desenvolvimento local, perfazendo o novo paradigma de progresso da própria localidade, como forma integradora das variáveis que constituem o concelho.

INDÚSTRIA

O sector secundário, ao longo dos últimos quarenta anos, também sofreu variações consideráveis no concelho de Nisa. Aliás, desde os anos sessenta até aos anos noventa, o sector manteve-se sempre sem destaque, relativamente ao primário e ao secundário. Contudo, a partir dos anos noventa verificou-se um incremento do sector industrial passando a constituir o segundo sector mais determinante, atrás do sector dos serviços. Apesar deste crescimento, o concelho tem a noção, da fraca industrialização que o sector detém, tendo uma estrutura empresarial muito aquém do desejável.

Ainda que a debilidade empresarial seja uma realidade no concelho, verifica-se que, 60% das empresas se dedicavam, em 1991, à produção de alimentos e bebidas e que 16% se destinavam à transformação da madeira e descasque da cortiça.

As empresas existentes apresentam também, uma fraca dimensão em termos de empregabilidade, já que a maioria, ou seja, 82%, empregam de 0 a 5 pessoas representando 23% do emprego no Concelho. As que empregam de 6 a 20 trabalhadores constituem 9,8% do universo empresarial do concelho. Por outro lado, apenas 8,1% das empresas empregavam, em 1991, de 21 a 100 trabalhadores, constituindo este todo, 14,5% dos empregos do concelho. Como exemplo desta última referência, destaca-se uma das indústrias de maior relevo e dimensão do concelho, a indústria extractiva e transformadora de granito e seus subprodutos que desempenha um factor de desenvolvimento e expansão do concelho de Nisa.

SERVIÇOS

O sector terciário, como podemos observar no gráfico dois, do presente documento, tem sentido um crescimento efectivo, nas últimas décadas sendo aliás, o sector preponderante, desde meados da década de oitenta.

A principal razão, deste incremento, é fundamentalmente devido à crescente empregabilidade na Administração Pública e ao aparecimento de novas sucursais bancárias no concelho de Nisa.

TURISMO

O Concelho de Nisa detém marcas incontestáveis a nível cultural e patrimonial, que são indiscutivelmente indissociáveis dos factores turísticos do concelho. Aí podemos observar, a riqueza do património cultural e natural, que potenciados, constituem também factor de actividade produtiva e por sua vez, condição de desenvolvimento do concelho de Nisa.

Como património natural destacam-se as paisagens de encanto inegável, que podemos observar, desde a Amieira do Tejo, com os aglomerados ribeirinhos das margens do Tejo, e as necrópoles de Montalvão até às margens do Rio Sever.



A par destes atractivos turísticos presenciamos, como forma complementar daquela riqueza, as formas de artesanato, muitas vezes aliadas ao património construído do concelho, potenciadas, na maior parte das vezes, nas feiras, festas e romarias, danças e



cantares regionais empreendidos.

Sabemos, portanto, que o novo paradigma do desenvolvimento local, segue linhas orientadores bem definidas, tais como, o maximizar dos recursos naturais e humanos do concelho, sejam eles quais forem, acompanhando simultaneamente a minimização dos pontos fracos, com especial relevo, para a promoção dos recursos endógenos, sem menosprezar os exógenos.

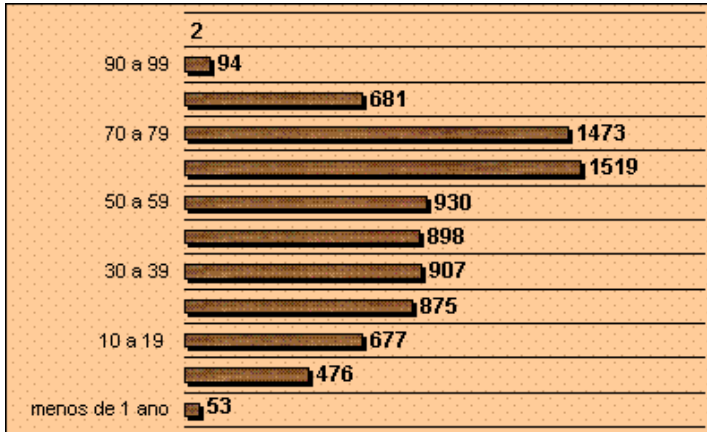


O património cultural não existe dissociado do património natural e das construções sociais, económicas e sociais do concelho.

Como grande ponto de referência do concelho de Nisa, as Termas da Fadagosa, que devido à intensa afluência, e como forma de potenciar os pontos fortes do Concelho, procedeu à elaboração de um projecto grandioso, a Edificação do Complexo Termal, actualmente em fase de construção. Aliás, como veremos adiante, os cursos profissionais visualizaram esta oportunidade, e a existência de cursos na área do termalismo constituem uma forma evidente de criar oferta em função das potencialidades do Concelho, como são os casos dos cursos de Técnico de Termalismo (Nível III) e o de Operador de Hidrobalneoterapia (Nível II), actualmente presentes na Escola Profissional de Nisa ETAPRONI).

4.3. ANÁLISE DEMOGRÁFICA

Gráfico 5 – População Segundo os Grupos Etários no Concelho de Nisa – 2001



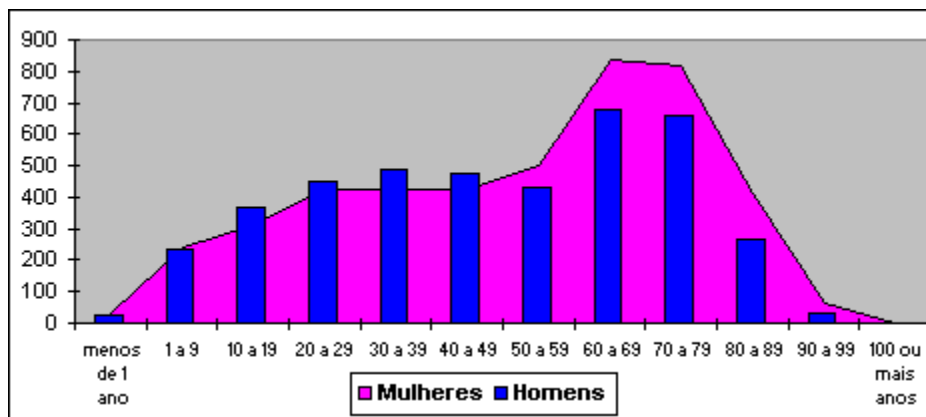
O Concelho de Nisa apresenta uma estrutura etária envelhecida. As décadas de sessenta e setenta mostram claramente esta orientação.

Fonte: INE, 2001

O Concelho de Nisa apresenta uma estrutura etária peculiar e tendencialmente envelhecida, visto que as camadas mais jovens, nomeadamente até aos vinte anos, perfazem apenas catorze por cento da população. A maior percentagem da população concelhia verifica-se nas idades entre os sessenta e mais anos, com 43,9% contra os 42% daqueles que têm entre vinte e sessenta anos. Aliás a década que representa maior número de indivíduos é a de sessenta e setenta com 17,69% e 17,16%, respectivamente.

Para além desta análise, a diferenciação entre sexos é igualmente relevante e é tendencialmente verificada uma supremacia do sexo feminino no concelho, conforme apresenta o gráfico seguinte.

Gráfico 6 – População Residente Segundo o Grupo Etário e o Sexo, 2001



A partir da década de cinquenta a mulher predomina em número, sobre os homens resultando no aumento da esperança de vida feminina no concelho.

Fonte: INE, Censos 2001

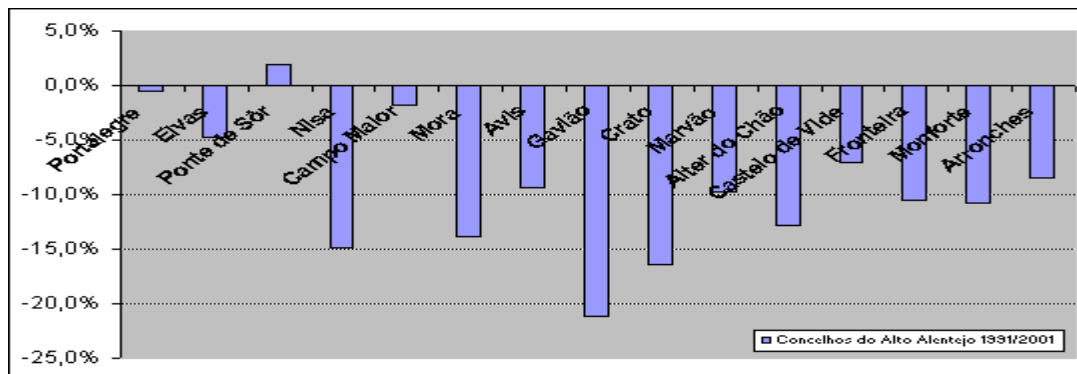
O Concelho de Nisa ostenta uma construção etária diferenciada relativamente ao sexo, imperando, simultaneamente no total e a partir da década de cinquenta, o número de mulheres no concelho. Contudo, nas primeiras cinco décadas de idade, existe um domínio predominantemente masculino. Conquanto e tendo em conta que o envelhecimento do concelho constitui uma realidade incontornável, pressupõe-se, e

os números assim o confirmam, que o número de homens é inferior no concelho, já que a sua supremacia se verifica fundamentalmente nas primeiras décadas de idade dos indivíduos do concelho.

A esperança média de vida em Portugal, durante o século XX aumentou praticamente para o dobro, quer no caso das mulheres (40,0 anos em 1920 para 77,3 anos em 1990) quer no caso dos homens (35,8 anos em 1920 para 70,2 em 1990). Existe, portanto uma tendência que permanece favorável nos últimos vinte anos. No entanto, a esperança média de vida da população portuguesa ainda continua aquém da média da União Europeia. Aliás, em 2000 a média em Portugal, situa-se nos 79,7 e 72,6, para as mulheres e homens respectivamente, enquanto que na Europa, a média é de 81,5 para as mulheres e de 75,2 para os Homens, facto que traduz a sobremortalidade masculina.

Para além disso, e segundo as projecções do INE, até 2050 verifica-se um aumento exponencial do grupo populacional com 65 ou mais anos e do grupo com 85 ou mais anos. Por outro lado, a população com menos de 15 anos tem vindo a diminuir. Tendo em conta que o Alentejo é marcado por um crescente envelhecimento populacional, e visto que Portugal tende exactamente para esta realidade, a tendência para a região do Alentejo é ainda mais acentuada. Aliás, o processo de envelhecimento demográfico perdura no país, quer na base da pirâmide, quer no topo, pelo alargamento que equivale ao acréscimo de efectivos populacionais, dimanando do aumento da esperança de vida.

Gráfico 7 – Crescimento da População Residente dos Concelhos do Alto Alentejo



Fonte: INE, Censos 2001

O Concelho de Nisa apresenta actualmente um decréscimo de população tendencialmente maior do que o verificado no Alto Alentejo e na Região Alentejo. Em 2001, o Concelho tinha 8585 habitantes, tendo sofrido entre 1991 e 2001 um decréscimo de -13,0%. No mesmo período inter censitário o Alto Alentejo sofreu uma variação de -5,6%, e a Região Alentejo -0,7%.

O Concelho de Nisa, se atendermos às variações de população ao nível dos concelhos do Alto Alentejo, verifica-se que é dos que sofre maior diminuição de população entre 1991 e 2001, sendo apenas ultrapassado nesta variação pelos concelhos do Crato (-14,1%) e Gavião (-17,4%). Neste contexto, apenas Ponte de Sôr apresenta variação positiva (1,9%). Por outro lado, Portalegre manifesta uma variação

negativa, de -0,5% e Campo Maior uma variação de -1,7%, constituindo estes três últimos, as situações mais favoráveis no contexto do Alto Alentejo, conforme se observa no quadro acima apresentado.

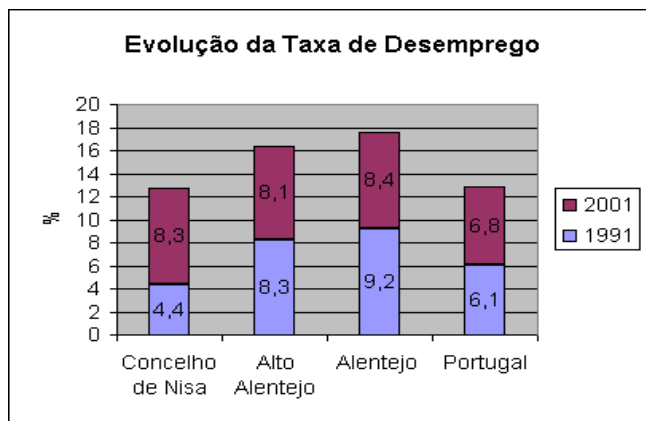
Apesar do evidente decréscimo populacional, a população de Nisa, em 2001, corresponde a 6,8% da população do Alto Alentejo e 1,1% da Região Alentejo. Presentemente, o Concelho apresenta a quarta maior população ao nível do Alto Alentejo, tal como em 1991, depois de Portalegre, Elvas e Ponte Sôr.

Quadro 3 – População Activa do Concelho de Nisa

População Activa no Concelho		
	1991	2001
População economicamente activa	3031	2994
Taxa de desemprego⁵	4,4	8,3
Taxa de actividade⁶	32,1	34,9

Fonte: INE, 2001

Gráfico 8 – Evolução da Taxa de Desemprego 1991-2001



Fonte: INE, Censos 1991/2001

O gráfico atrás representado compara, a evolução da taxa de desemprego do Concelho de Nisa com o Alto Alentejo, o Alentejo e a nível nacional.

Desde 2001, até ao presente ano verificaram-se alterações relativamente à população desempregada, no país e nas regiões que o constituem.

Presentemente, ou seja, no primeiro trimestre de 2005, e segundo dados do INE, o desemprego em Portugal subiu, perfazendo 7,5% e a região do Alentejo também acompanhou aquela ascendência, auferindo uma percentagem de 9,3. No período considerado, a Região do Alentejo é a que detém mais desempregados no país. Associada a esta realidade, verifica-se, no mesmo período, que a percentagem do poder de compra no Alentejo é também a menor, relativamente ao resto do país.⁷

⁵ Taxa de desemprego (%) – (população desempregada (sentido lato) / população activa) × 100

⁶ Taxa de actividade (%) – (população activa / população residente) × 100

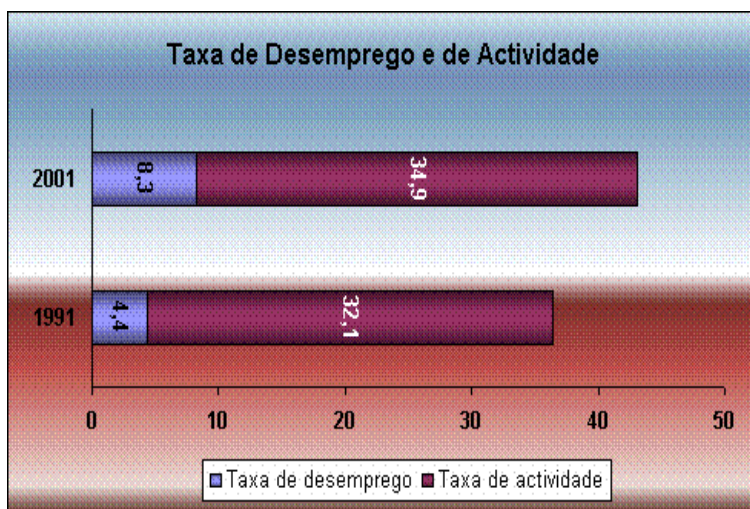
⁷ Indicador da última versão da publicação bianual “Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio” (5ª edição, 2002)

Podemos constatar que a taxa de desemprego no concelho, quase duplicou na última década, enquanto que no Alto Alentejo e na Região Alentejo decresceu sensivelmente e Portugal, no seu todo apresentou uma ligeira subida no período ponderado.

Numa década, o Concelho de Nisa perdeu 13,5% da população residente, estando associado a esta ocorrência, o facto do desemprego ter praticamente duplicado nesse período, mostrando o grau de envelhecimento (índice de envelhecimento do concelho: 381,7%⁸) que caracteriza a população alentejana, e que tem vindo a agravar-se nas últimas décadas, consequências dos movimentos migratórios, ao qual se associou um declínio nas taxas de natalidade, provocando também uma diminuição do número de filhos por cada mulher.

De referir que quanto mais elevado o nível de escolaridade do indivíduo ao deixar a escola, menores a dificuldade em encontrar emprego. Enquanto um indivíduo com nível de escolaridade inferior à escolaridade obrigatória leva mais de 19 meses para encontrar um emprego, quem completou o ensino superior leva pouco mais de 4 meses⁹. Observa-se, portanto uma relação estreita entre o nível de escolarização e a taxa de actividade e de desemprego.

Gráfico 9 – Evolução da Taxa de Desemprego e de Actividade no Concelho de Nisa 1991-2001



Numa região envelhecida (índice de envelhecimento do Alentejo: 167,9%¹⁰), onde o nível de escolarização atingida é menosprezado, os valores da taxa de desemprego sobem acompanhando as descidas da taxa de actividade.

Fonte: INE

⁸ Fontes: informação calculada com base em: INE, Estatísticas Demográficas; INE, Estimativas Provisórias de População Residente, aferidas dos resultados definitivos dos Censos 2001, ajustadas com as taxas de cobertura.

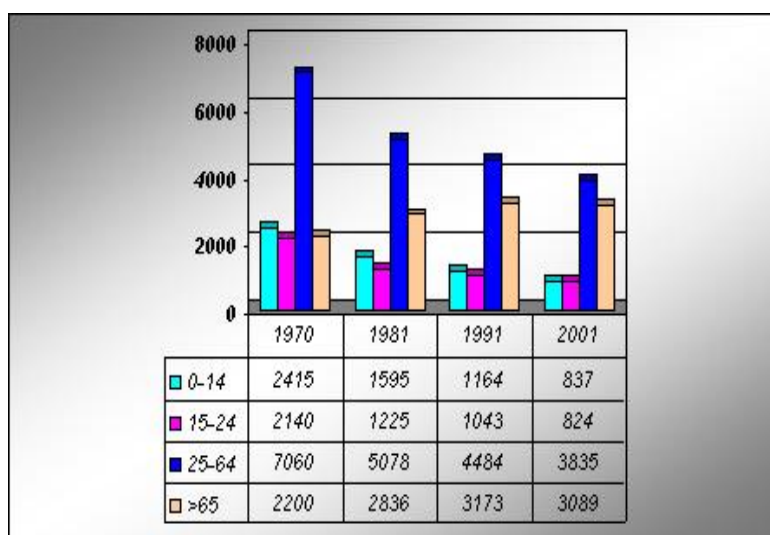
⁹ Fonte: INE – Inquérito à transição da escola para a vida activa

¹⁰ Fontes: informação calculada com base em: INE, Estatísticas Demográficas; INE, Estimativas Provisórias de População Residente, aferidas dos resultados definitivos dos Censos 2001, ajustadas com as taxas de cobertura.

Quadro 4 – Peso Relativo dos Grupos Etários no Concelho de Nisa – 1970/2001

Grupo Etário	1970	Peso Relativo	1981	Peso Relativo	1991	Peso Relativo	2001	Peso Relativo
0-14	2415	0,17	1595	0,15	1164	0,12	837	0,10
15-24	2140	0,15	1225	0,11	1043	0,11	826	0,10
25-64	7060	0,51	5078	0,47	4484	0,45	3832	0,45
>65	2200	0,16	2836	0,26	3173	0,32	3090	0,36
Total	13815	1,00	10734	1,00	9864	1,00	8585	1,00

Fonte: INE / PDM de Nisa, 1993

Gráfico 10 – Evolução dos Grupos Etários no Concelho de Nisa 1970/2001

O Concelho de Nisa apresenta uma evolução tendencialmente decrescente, excepto no grupo com mais de 65 anos, confirmando-se, de facto, o envelhecimento demográfico da população do concelho.

Fonte: INE, censos 2001

Neste contexto, regista-se a transferência, nos últimos trinta anos, de 18 pontos percentuais, do peso relativo da população mais jovem para o segmento com mais de 65 anos, o que revela um envelhecimento da população no período considerado.

O decréscimo populacional deve-se, sobretudo e de facto, ao envelhecimento, consequências demográficas da quebra dos índices de fertilidade e de fecundidade.

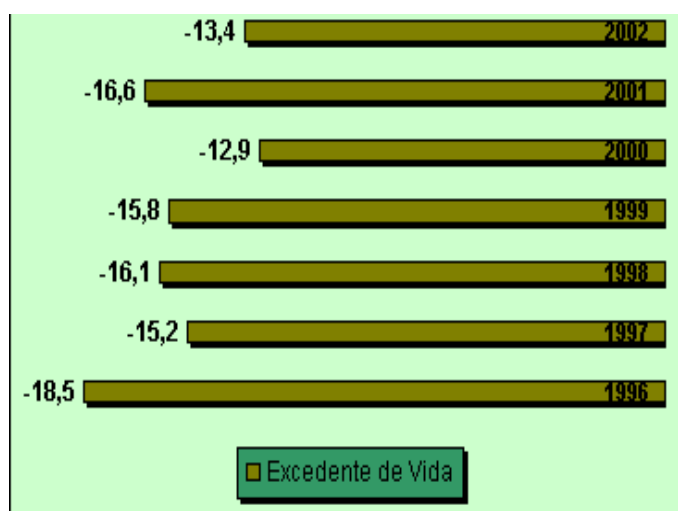
Quadro 5 – Evolução da Taxa de Natalidade e Mortalidade no Concelho de Nisa – 1996/2002

	Taxa de Natalidade ¹¹	Taxa de Mortalidade ¹²	Excedente de Vida ¹³
1996	4,8	23,3	-18,5
1997	7,1	22,3	-15,2
1998	5,5	21,6	-16,1
1999	6,7	22,5	-15,8
2000	7,2	20,1	-12,9
2001	5,6	22,2	-16,6
2002 ¹⁴	7,3	20,7	-13,4

Fonte: INE

Verifica-se, desde 1996 uma certa regularidade na taxa de mortalidade, com um aumento de 2,6% no período acima considerado. Enquanto isso, a taxa de natalidade (com um aumento de 2,5% no período supra ponderado) é claramente inferior à taxa de mortalidade no Concelho de Nisa entre 1996 e 2002. Não existe, portanto, revitalização do concelho, os óbitos ocorrem sem um acompanhamento do número de nascimentos. Como consequência disso, regista-se o envelhecimento da população.

Conforme esclarece o quadro ao lado exposto, o saldo natural apresenta valores negativos no Concelho de Nisa. Importa salientar que a recuperação verificada no saldo fisiológico do concelho, nos anos 2000 e 2002 provém fundamentalmente, da diminuição do número de óbitos e não de um aumento da taxa de natalidade, sendo esta inferior aquela, no período ponderado. Aliás, um estudo do INE alerta para a diminuição do número de nascimentos, estando a substituição de gerações em risco.

Gráfico 11 – Evolução do Excedente de Vida do Concelho de Nisa 1996/2002

Fonte: INE

Segundo um estudo do Instituto Nacional de Estatísticas, no ano de 2002, em Portugal nasceram menos 2000 nados-vivos do que em 1990, que registava 116 383 nascimentos vivos., contra 114 456 de 2002. Como consequência, o número médio de crianças por mulher permanece abaixo do nível de substituição das gerações, que era de 2,1 contra os 1,47 registados em 2002.

¹¹ Taxa bruta de natalidade: número de nados vivos ocorridos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período, habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10³).

¹² Taxa bruta de mortalidade: número de óbitos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período, habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10³).

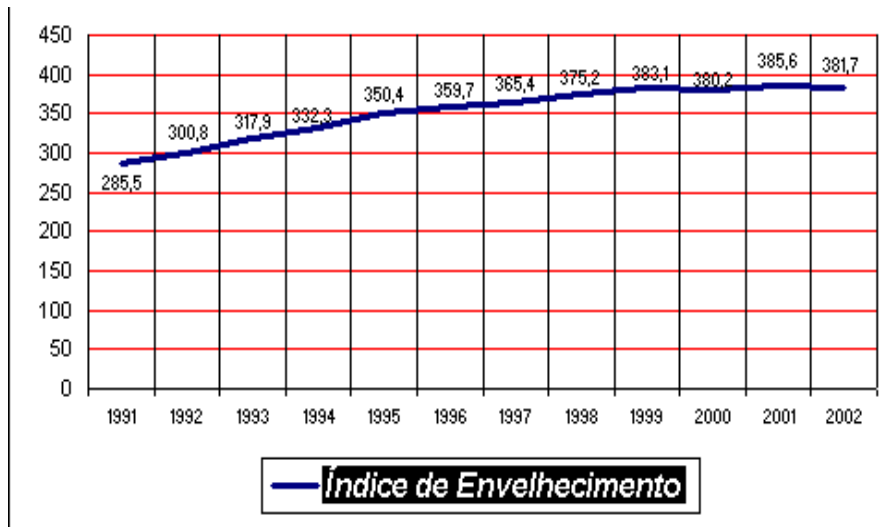
¹³ Excedente de vida (saldo natural / saldo fisiológico): diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num determinado período de tempo.

¹⁴ Fontes: informação calculada com base em: INE, Estatísticas Demográficas; INE, Estimativas Provisórias de População Residente, aferidas dos resultados definitivos dos Censos 2001, ajustadas com as taxas de cobertura.

Os últimos dados registados pelo INE mostram que, a taxa de crescimento efectivo no Alentejo, de 2002 para 2003, é a única região do país que tem valores negativos (-0,3).

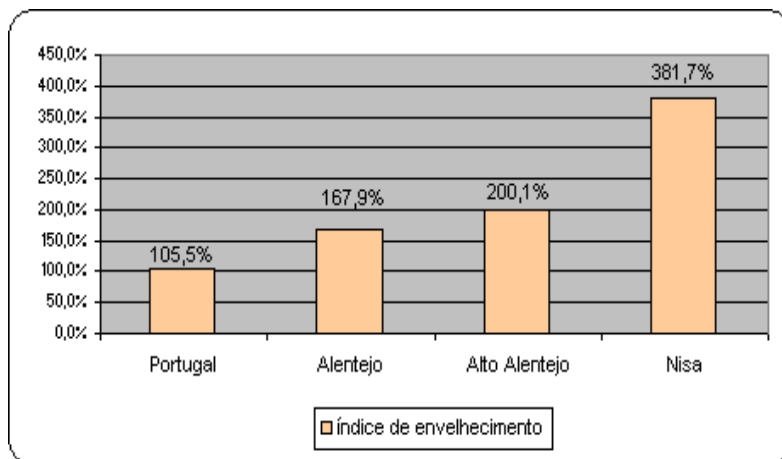
Quanto à taxa de natalidade é também a região do Alentejo, aquela que detém valores mais baixos, com 8,8%, enquanto Portugal regista uma média de 10,8 valores percentuais. A par desta, a taxa de mortalidade é também a mais desfavorável na região do Alentejo, com 15,2% comparativamente ao resto do país (média de 10,4%). A taxa de mortalidade infantil na região do Alentejo (5,4%) é a mais alta, a seguir à Ilha da Madeira, relativamente ao resto do país

Gráfico 12 – Evolução do Índice de Envelhecimento do Concelho de Nisa 1996/2002



O Concelho de Nisa apresenta um índice de envelhecimento essencialmente ascendente nos últimos dez anos.

Gráfico 13 – Índice de Envelhecimento da População 2002

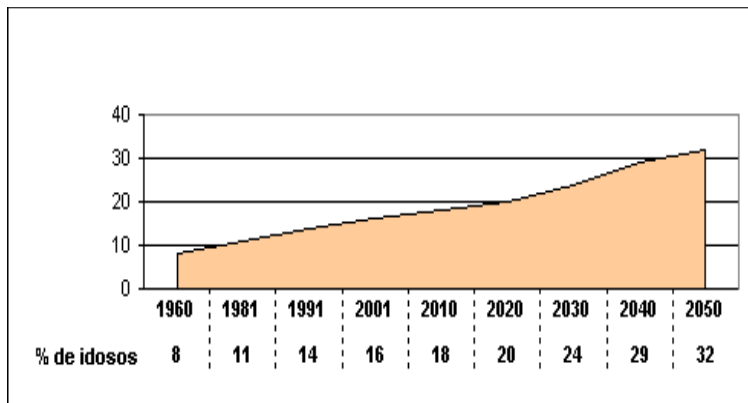


Fonte: INE, Censos 2001

Constatamos que no período considerado, o índice de envelhecimento¹⁵ registado no Concelho de Nisa sofre aumentos consideráveis de observação, quando comparado com o contexto regional e nacional, conforme podemos observar no gráfico acima figurado.

Podemos afirmar que, nas sociedades desenvolvidas, do século XXI, o fenómeno do envelhecimento demográfico é uma realidade incontornável. Como causa deste facto, ou seja, o processo de envelhecimento deriva em grande parte, do declínio da fecundidade, dos fluxos migratórios internos e externos e do aumento da longevidade. Este móbil tem um papel preponderante na análise do

Gráfico 14 – Evolução da Proporção da População Idosa (65 ou mais anos) em Portugal, 1960/2050



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1960 a 2001 e Projeções da População Residente, 2000 a 2050

envelhecimento da população, mais do que o facto da diminuição da mortalidade. Aliás, e segundo estudo publicado na Revista de Estudos Demográficos, em 2004, baseado na análise exploratória dos resultados dos Censos de 1991 e 2001, as perspectivas de evolução da população idosa são reveladores, concordantes com o gráfico atrás indicado.

Como podemos aferir, as projecções¹⁶ indicam que o envelhecimento demográfico prosseguirá e, para além disso, prevê-se também a diminuição da população jovem, para cerca de 13%, em meados do século XXI. Por outro lado, a população idosa representada afigura-se com cerca de 32% em 2050. Concluimos, portanto, que a população com 65 ou mais anos, durante o período de projecção, apresenta uma tendência crescente.

O envelhecimento demográfico, a nível nacional é heterogéneo, conferindo assimetrias entre o interior e o litoral, com uma população mais jovem neste último e uma população mais idosa no interior do país. No entanto, no Alentejo a diferença entre o litoral e o interior é menos acentuada. Aliás, a evolução da dinâmica populacional nos próximos cinquenta anos torna-se um desafio para a população portuguesa, com um enérgico ritmo de crescimento da população idosa, e em particular da muito idosa.

Naturalmente, que a perspectiva desenvolvida representa uma forte influência sobre o índice de sustentabilidade potencial.¹⁷ Tendo em conta que, este expressa a relação entre a população em idade

¹⁵ Índice de Envelhecimento: Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10₂) pessoas dos 0 aos 14 anos).

¹⁶ Revista de Estudos Demográficos, 2º semestre 2004, nº36. *Dinâmicas de Envelhecimento: análise exploratória dos resultados de censos 1991 e 2001*. Autoras: Maria José Carrilho e Cristina Gonçalves.

¹⁷ Relação entre a população em idade activa e a população idosa, definida como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos.

activa e as pessoas com 65 ou mais anos de idade. Em seguida é apresentado o índice de sustentabilidade potencial do Concelho de Nisa e a sua evolução nos últimos quarenta anos.

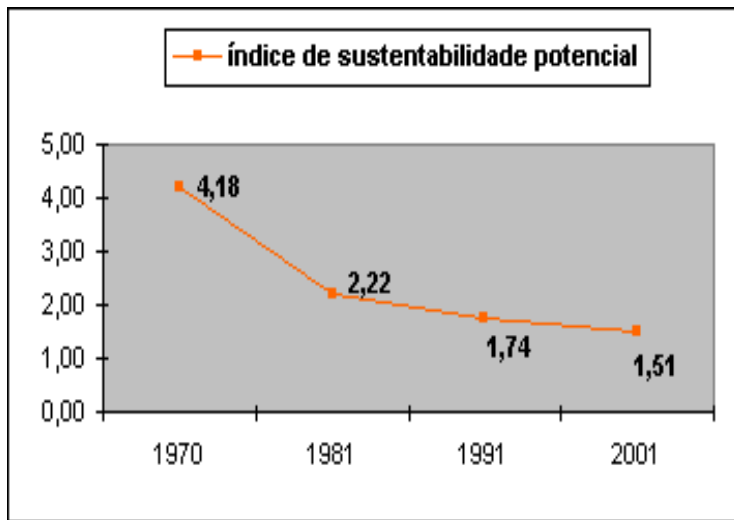
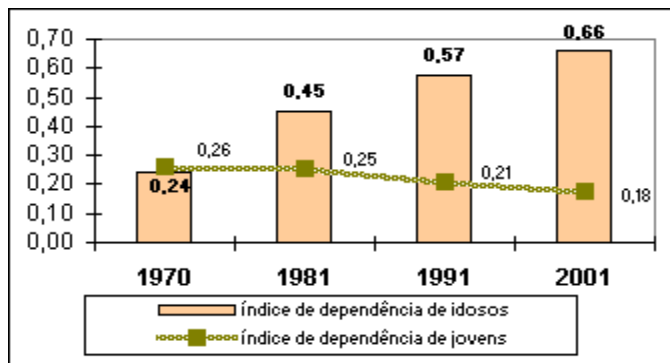


Gráfico 15 – Evolução do Índice de Sustentabilidade Potencial do Concelho de Nisa, 1970/2001

O Concelho de Nisa revela, nos últimos 40 anos, um índice de sustentabilidade potencial vincadamente decrescente

Fonte: INE, Censos de 2001

Gráfico 16 – Evolução do Índice de Dependência de Idosos e Jovens no Concelho de Nisa – 2001



O índice de dependência de idosos é continuamente superior, com excepção na década de 70, relativamente à dependência de jovens.

Fonte: INE, 2001

O quadro acima exibido mostra categoricamente o índice de dependência da população do Concelho de Nisa. O índice de dependência de idosos¹⁸ é, excepto nos anos setenta, o preponderante e claramente superior, relativamente ao índice de dependência de jovens¹⁹ do concelho.

Subjacente a este cenário, acresce uma preocupação permanente sobre os indivíduos considerados idosos, já que a sua dependência tende a aumentar, num concelho caracterizado pelo envelhecimento da população, onde a revitalização do concelho se torna uma miragem acompanhada pelos baixos níveis de fecundidade e pela tendência crescente dos índices de longevidade.

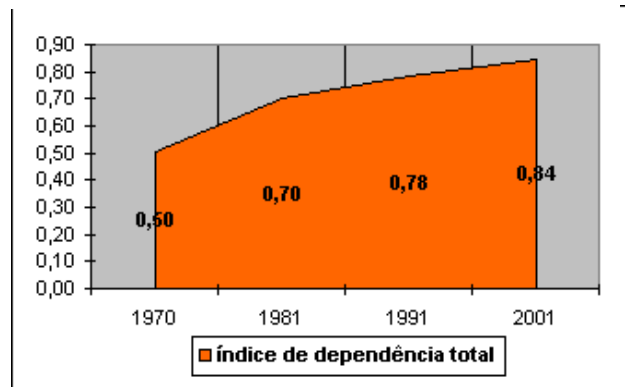
¹⁸ Relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

¹⁹ Relação entre a população jovem e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

O combate ao envelhecimento demográfico tem sido alvo de inúmeras observações e reflexões, no sentido de o combater. A investigadora Maria João Rosa, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa afirma peremptoriamente a este respeito, que é “necessário acolher 160 mil estrangeiros por ano até 2021 só para manter a actual taxa”, adiantou ainda que “deveriam entrar em Portugal 188 mil estrangeiros por ano até 2021 para que o índice de relação de dependência das pessoas idosas se mantenha nos níveis actuais (4,1). A investigadora defende, portanto que, só com a imigração se combate o envelhecimento demográfico que temos assistido nas últimas décadas.

Gráfico 17 – Evolução do índice de Dependência Total do Concelho de Nisa, 1970/2001

O índice de dependência total²⁰ do concelho revela um crescimento contínuo, desde a década de setenta



Fonte: INE, Censos 2001

O índice de dependência total do Concelho encara uma subida no período considerado. Sabemos, como verificámos no gráfico 16, que o índice de dependência dos idosos é marcadamente superior ao dos jovens, tendo em conta diversos factores já aqui enumerados. Contudo, a questão dos idosos é deveras sensível para poder ser negligenciável. Aliás, o reconhecimento de que vivemos num século com um índice de envelhecimento relevante, considerou-se até, o ano de 1999, o Ano Internacional dos Idosos.

Sensibilizar a Europa e os Estados-membros para a promoção, a prosperidade e a solidariedade entre gerações é um dos objectivos da Comissão Europeia. Esta apresentou, inclusive, uma comunicação em 1999, onde anuncia os desafios com que as nossas sociedades são confrontadas devido ao envelhecimento da população.

O fenómeno do envelhecimento, associado ao aumento da esperança média de vida, à queda da fecundidade, aos movimentos migratórios, entre outros, permite alertar os Estados no sentido de procurar respostas eficazes para o fenómeno do envelhecimento, tendo em conta a prevalência de um envelhecimento saudável, com a prevenção de acidentes e a reabilitação após uma doença, são condições *sine qua non* para a melhoria do estado de saúde dos idosos. Para além destas prioridades, a situação familiar e habitacional, o nível educacional, o nível dos recursos são factores determinantes para a qualidade de vida dos idosos.

Tendo em conta, a interdependência do novo paradigma do desenvolvimento sustentável, não podemos descortinar as realidades locais em consonância com as vivências regionais, nacionais e internacionais.

²⁰ Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade activa, definida habitualmente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Dai que, as preocupações locais passam necessariamente pelas directrizes a outros níveis geográficos e a tendência que se verifica a estes níveis influencia claramente as decisões políticas do concelho. Sabemos, no entanto que o acréscimo populacional verificado, excepcionalmente no Alentejo e na Madeira, é uma realidade incontornável e a considerar, nas políticas a prosseguir.

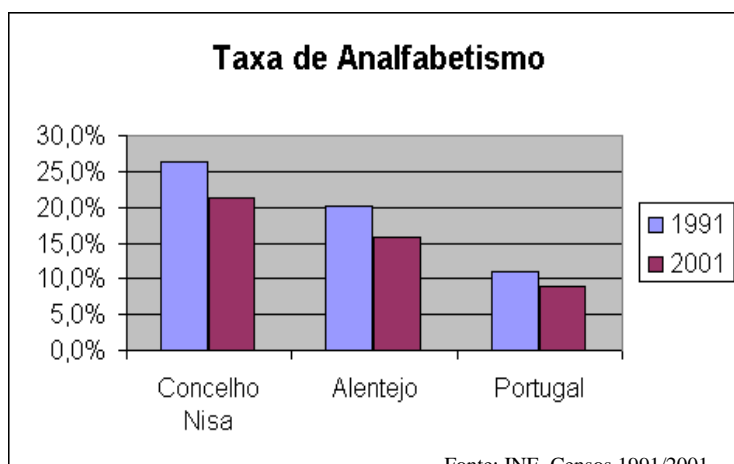
Quadro 6 – Evolução da Taxa de Analfabetismo²¹ do Concelho de Nisa

	Concelho Nisa	Alentejo	Diferença	Período
Taxa de Analfabetismo HM	26,3%	20,2%	6,1%	1991
Taxa de Analfabetismo HM	21,3%	15,9%	5,4%	2001

Fonte: INE, Censos 1991/2001

Gráfico 18 – Taxa de Analfabetismo, 1991/2001

A última década testemunhou uma melhoria significativa no nível de escolarização da população. Esta melhoria manifestou-se, por um lado, na redução verificada aos níveis do analfabetismo, que actualmente atinge sobretudo as gerações mais idosas; por outro lado, na redução da proporção de indivíduos com qualificações mais baixas, ou seja, daqueles que completaram menos de seis anos de escolaridade e no aumento da proporção de indivíduos com um nível de ensino secundário e superior.



Fonte: INE, Censos 1991/2001

Podemos constatar, que a taxa de analfabetismo é superior no Concelho de Nisa e que a diferença percentual decresceu de 6,1 em 1991 para 5,4 em 2001. Pese embora esta redução, verificada na taxa de analfabetismo nos últimos dez anos, o esforço realizado neste domínio não pode ser considerado satisfatório.

Como podemos constatar, a taxa de analfabetismo verificada entre 1991 e 2001, no Concelho de Nisa revela-se ainda mais grave, quando comparada com valores a nível nacional. Apesar de existir um decréscimo nos períodos considerados, o Concelho de Nisa apresenta valores muito elevados comparativamente à Região Alentejo e mais ainda quando confrontado com os valores de Portugal no seu todo.

Sendo esta questão, do analfabetismo, de suma relevância para a questão educativa que subscreve a presente carta, importa ainda expor que Portugal, no que toca ao nível de alfabetização, é o mais baixo de toda a Europa. À luz desse prognóstico, traçado em 1996 no Estudo Nacional sobre Literacia, e de

²¹ Taxa de Analfabetismo (%) – (população com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever / população com 10 ou mais anos) × 100

resultados de outros estudos, nove por cento dos portugueses não desenvolveu competências para ler e escrever, e metade revela-se “quase incapaz” de integrar com facilidade a escrita e a leitura no quotidiano, sendo que, por força da evolução a nível tecnológico, os especialistas já considerem também a existência do chamado analfabetismo digital, relacionado com a inaptidão para utilizar computadores.

Entrar no terceiro milénio com mais de um milhão de cidadãos que não dominam os utensílios básicos da língua materna representa um «handicap» grave para o desenvolvimento do país. Apesar da evolução positiva verificada ao longo da década de 90 – segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, a taxa de analfabetismo sofreu um decréscimo de dois pontos percentuais, de onze para nove, entre 1991 e 2001, tendo sofrido um retrocesso de 17 pontos percentuais nos últimos trinta anos –, Portugal continua a reportar números muito aquém dos da generalidade dos países europeus.

De acordo com os censos de 2001, são as mulheres que mais contribuem para tão negras cifras: 11,5% declarou-se analfabeta, contra 6,3% dos homens.

Em 2001, Portugal era o país da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) com maior taxa de abandono escolar: apenas 20% dos cidadãos nacionais atingia o Ensino Secundário, e só 35% completava o Ensino Básico. Não obstante, a UNESCO estimou nesse ano que a taxa de analfabetismo nacional venha a cair para os 2,8% até 2015.

4.4. REDE VIÁRIA E ACESSIBILIDADES

A sustentabilidade económica dos territórios é essencial, num mundo globalizado e totalmente competitivo. A melhoria das acessibilidades institui um dos pressupostos, para a melhoria das condições de vida das populações, sendo a aposta no aperfeiçoamento das acessibilidades uma forma de facilitar o aumento de circulação de pessoas e bens, pela rede viária do Concelho de Nisa.

O combate à desertificação e ao isolamento da população constituem um princípio, para o desenvolvimento local e a articulação, da melhoria da rede viária, com a realização de ações orientadas para a competitividade económica e social perfazem, a base daquele aforismo.

Contextualizada, a questão das acessibilidades constitui um factor fundamental e integrador dos territórios. Tradicionalmente, sabemos que as acessibilidades se limitam, grande parte, à questão da rede de transportes. No entanto, elas deveriam comportar outras realidades indutoras do crescimento e simultaneamente de coesão social.

As potencialidades do concelho, referidas já em pontos anteriores, caracterizadoras das freguesias do concelho, nomeadamente ao nível das indústrias de transformação de pedra e seus sub-produtos (granitos de Alpalhão) e de lacticínios (produção do queijo de Nisa), tais como o desenvolvimento do Termalismo e do típico artesanato, com um valor inigualável e determinante, permitem o lançamento e a mostra destas

mesmas potencialidades, em certames e exposições que ultrapassam, muitas vezes, as fronteiras do concelho.

Com isso, a estratégia de crescimento sustentável é uma prioridade local permitindo um concelho mais competitivo e gerador da mostra da riqueza concelhia, com uma rede viária maximizada e melhorada.

Contudo, o concelho de Nisa detém uma orografia variável e raramente plana, com especiais dificuldades ao nível do sistema de transportes.

A pretensão do Concelho de Nisa, no sentido de melhorar a sua rede viária, passa por uma correcta ligação aos novos itinerários da rede nacional, tais como os itinerários principais e complementares, particularmente da IP2.

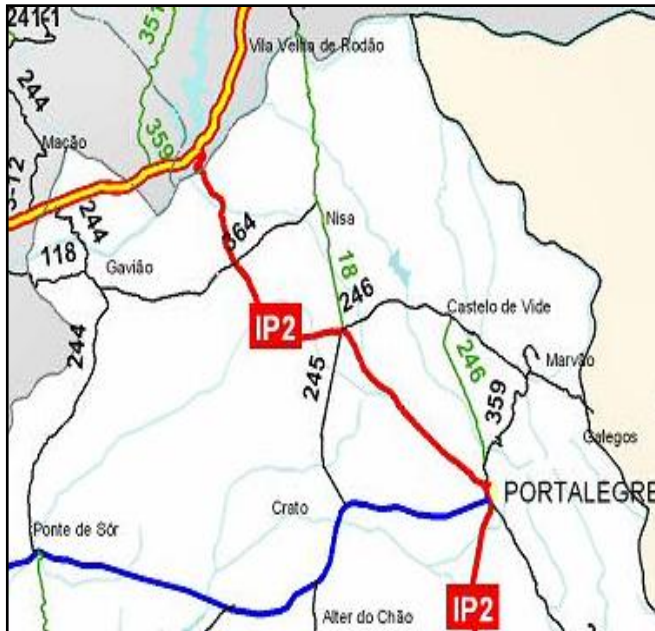
Verificou-se, nos últimos anos, um aumento de carga por eixo em algumas vias, relacionadas com as indústrias de maior “peso” existentes no concelho, como a de granitos e extracção de madeiras, provocando problemas de degradação em vias onde não estavam previstas tais finalidades.

A rede viária municipal é formada por 55,350 km de Caminhos Municipais e de 77,700 km de Estradas Municipais, dos quais 25% são estradas em terra batida.

O Concelho de Nisa é constituído por uma estrutura viária, que passa pela IP2 e pela E.N.18, que ligam a sudoeste, Gavião, Abrantes e Ponte Sôr, a noroeste, a ligação a Castelo Branco. A E.N.18 atravessa o Concelho no sentido norte/sudoeste e permite o acesso a Vila Velha de Ródão, Castelo Branco, para norte, e possibilita a passagem a Castelo de Vide, Portalegre e Crato, para sudeste.

Diverge, no concelho, um centro de rede intra-concelhia (a qual se mostra no mapa a seguir apresentado), na qual se destacam as principais vias:

- EN 18 dá acesso a Alpalhão, Pardo, Arneiro e Duque, através da ligação à EN 527.
- EN 359 dá acesso a Montalvão.
- EN 526 dá acesso à Vinagra, São Simão e Salavessa.
- EN 544 dá acesso à Velada, Duque, Pardo, Cacheiro e chão da Velha.
- EN 359 dá acesso ao Monte Claro, Falagueira e Montes Matos.
- EN 364 dá acesso a Arês.
- EN 529 dá acesso a Tolosa.

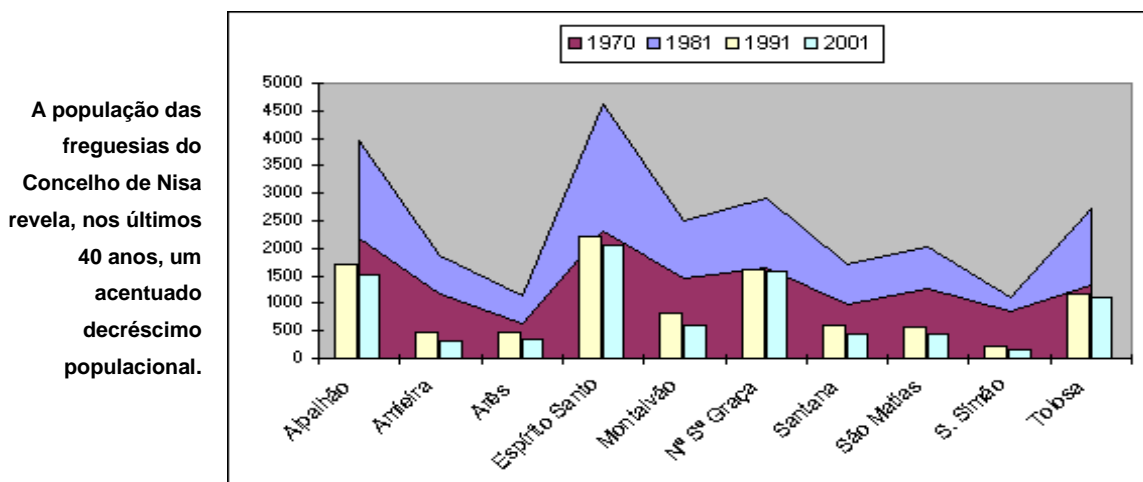
Mapa 3 – Rede Viária do Concelho de Nisa

Uma das grandes medidas, para a reestruturação da rede viária do concelho, é o Programa Geral de Intervenção da Rede Viária Municipal, faseado de acordo com os grandes projectos definidos para o Concelho, nomeadamente, Construção do Novo Complexo Termal da Fadagosa e Acessibilidades, Plano de Valorização Turística, Ambiental e Paisagística dos Rios Tejo e Sever, Construção das vias que integram a proposta de implementação do novo Circuito Turístico, Ampliação da Zona de Actividades Económicas de Nisa, entre outros.

4.5. HIERARQUIA DOS AGLOMERADOS

Num território, todos os factores interagem entre si e criam relações de interdependência que influenciam o crescimento ou não do local. A aposta na urbanização cria naturalmente oportunidades de crescimento de uma determinada localidade, e sabemos até, que as zonas urbanas têm um nível de escolarização mais elevada do que as rurais. Daí que as intervenções nesta área, sejam também uma premente preocupação das políticas municipais, e que subscrevem neste caso, as do concelho de Nisa.

Tendo em conta que o PDM do Concelho de Nisa está em fase de revisão e o levantamento dos aglomerados ainda não está completamente definido, a abordagem aqui apresentada não tem contornos de todo exaustivos, apresentando-se, no entanto, a hierarquia dos aglomerados constitutivos do território em análise.

Gráfico 19 – Evolução da População nas Freguesias do Concelho de Nisa, 1970-2001

Fonte: INE, Retratos Territoriais

Verifica-se uma concentração da população na sede do concelho, nomeadamente nas freguesias do Espírito Santo e da Nossa Senhora da Graça, com Alpalhão a aproximar-se desta última como segunda freguesia mais populosa, seguindo-se por ordem decrescente as freguesias de Tolosa, Montalvão, São Matias, Santana, Arês, Amieira e São Simão.

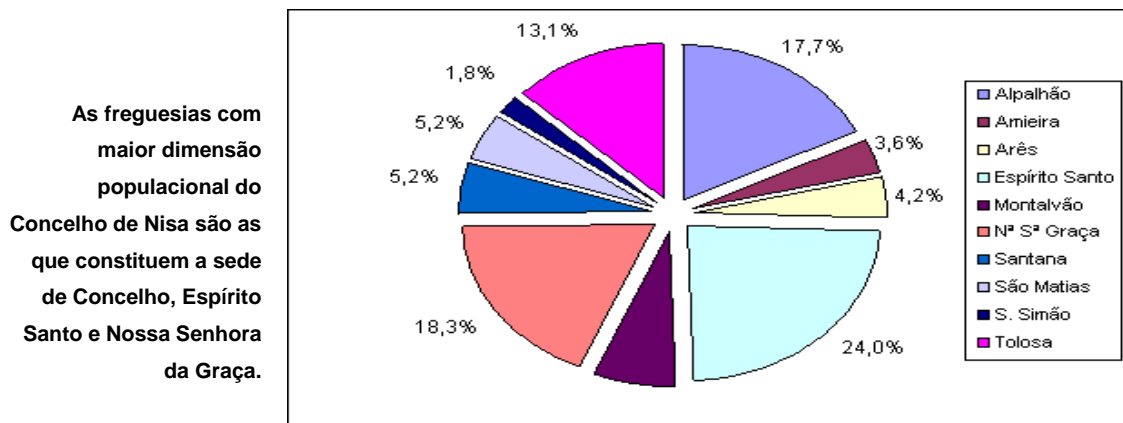
Para além da evolução da população das freguesias dos últimos 40 anos, apresentamos, a respectiva distribuição da população pelo concelho, conforme mostra o quadro seguinte.

Quadro 7 – Distribuição da População por Freguesia

Freguesias	1971	1981	1991	2001	Δ 71-81 %	Δ 81-91%	Δ 91-01%	Δ 71/01	% Pop.Conc.2001
Alpalhão	2190	1765	1717	1517	-19,4%	-2,7%	-11,6%	30,7%	17,7%
Amieira	1175	677	486	309	-42,4%	-28,2%	-36,4%	73,7%	3,6%
Arês	635	512	464	362	-19,4%	-9,4%	-22,0%	43,0%	4,2%
Espírito Santo	2305	2306	2210	2057	0,0%	-4,2%	-6,9%	10,8%	24,0%
Montalvão	1465	1044	832	597	-28,7%	-20,3%	-28,2%	59,2%	7,0%
N.ª S.ª Graça	1630	1269	1604	1573	-22,1%	26,4%	-1,9%	-3,5%	18,3%
Santana	970	746	586	445	-23,1%	-21,4%	-24,1%	54,1%	5,2%
São Matias	1265	756	569	447	-40,2%	-24,7%	-21,4%	64,7%	5,2%
S. Simão	865	247	230	156	-71,4%	-6,9%	-32,2%	82,0%	1,8%
Tolosa	1315	1409	1166	1122	7,1%	-17,2%	-3,8%	14,7%	13,1%
Total	13815	10731	9864	8585	-22,3%	-8,1%	-13,0%	37,9%	100,0%

Fonte: INE

Gráfico 20 – Distribuição da População do Concelho, em 2001, por Freguesia



Fonte: INE, Censos 2001

Nos últimos quarenta anos, apenas se registou um aumento de 26,4% na freguesia da Nossa Senhora da Graça. Contudo, este facto deve-se essencialmente à construção da Urbanização das Amoreiras e da Fonte Nova, as novas construções que permitiram fundamentalmente uma transferência da população de umas freguesias para aquela, possibilitando assim, que a freguesia da Nossa Senhora da Graça passasse a ser a segunda maior freguesia do concelho.

5. Caracterização e Evolução do Sistema Educativo

“Neste capítulo procurar-se-á traçar um quadro retrospectivo e prospetivo da procura de ensino e avaliar os níveis de escolarização, de sucesso e de abandono na actualidade, bem como apresentar alguns indicadores de funcionamento do parque escolar existente²²”.

5.1 ENQUADRAMENTO GERAL DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO

No presente ponto, procura fazer-se uma análise sucinta, no plano da escolarização/formação, da população residente no concelho, evidenciando o grau de ensino frequentado, as taxas de transição e de abandono, bem como a análise dos fluxos de deslocação da população estudantil.

²² *Manual para a Elaboração da Carta Educativa*, Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação

5.1.1. Grau de Ensino da População do Concelho de Nisa

Quadro 8 – População Segundo o Grupo Etário por Nível de Instrução – 2001

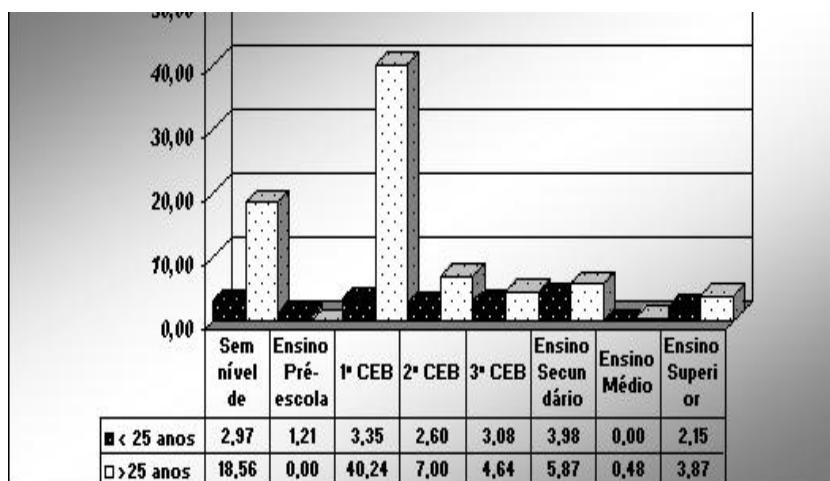
	Idade																<25	>25	Total
	<10	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24			
População Total	529	61	52	66	64	65	64	75	74	72	84	86	79	90	92	108	1661	6924	8585
Sem nível de ensino	249	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	3	255	1593	1848
Ensino Pré-escolar	104	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	104	0	104
1º CEB	174	36	11	6	9	3	3	2	4	2	6	4	4	3	10	11	288	3455	3743
2º CEB	2	25	39	32	13	16	7	14	3	4	6	10	6	8	17	21	223	601	824
3º CEB	-	-	2	28	42	45	37	16	11	7	12	7	17	10	11	19	264	398	662
Ensino Secundário	-	-	-	-	-	1	17	43	56	48	30	30	21	31	34	31	342	504	846
Ensino Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	41	41
Ensino Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	29	35	31	38	18	23	185	332	517

Fonte: INE, Censos 2001

O quadro acima apresentado reflecte exactamente que a maioria da população concelhia possui apenas o 1º ciclo do ensino básico, principalmente os indivíduos com mais de vinte e cinco anos. Verificamos que aproximadamente 3% da população com menos de vinte e cinco anos, não detém qualquer nível de ensino, sendo a maioria, 18,56%, os indivíduos com mais daquela idade, perfazendo um total de 21,53%, da população do concelho sem nível de ensino.

Tendo em conta que o percurso dito normal de um estudante, e sem grandes casos de insucesso escolar será, atingir aos vinte e cinco anos de idade uma escolaridade, que considera suficiente para prosseguir uma vida profissional, estabeleceu-se, por isso, esta idade como indicadora de análise da instrução da população concelhia. Com isso, verifica-se que antes daquela idade, não existe ninguém com cursos médios, ao contrário do ensino superior, com 2,15% da população detentora da instrução em causa, apesar da percentagem ser superior depois dos vinte e cinco anos, com 3,87%.

Gráfico 21 – População e Nível de Instrução Antes e Depois dos 25 anos de Idade – 2001



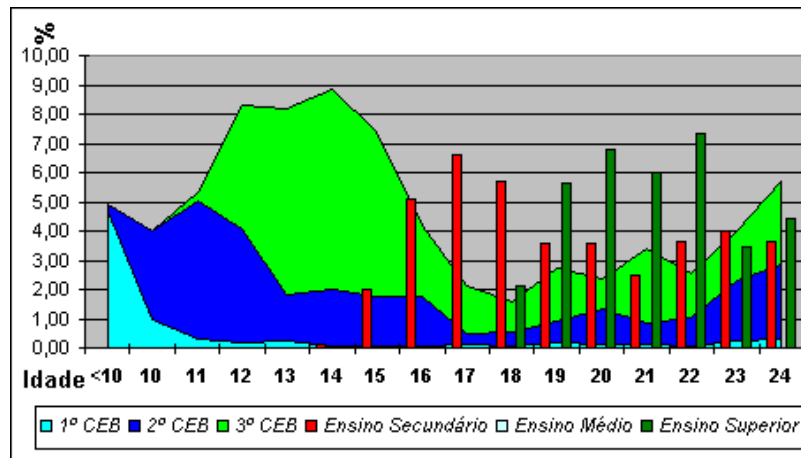
Fonte: INE, Censos 2001

Elaborada por: Florinda Fortunato

Aliás constatamos que a maioria das habilitações conseguidas no concelho são obtidas, depois dos vinte e cinco anos de idade, como mostram os elementos do gráfico acima representado, com uma preponderância dos que detêm o 1º ciclo do ensino básico.

Gráfico 22 – População com Nível de Instrução antes dos 25 anos – 2001

Apesar das dificuldades constatadas para a obtenção de um grau de instrução mínima, observa-se, no concelho, que são mais os que possuem o ensino secundário, com 9,85%, apesar de distanciado da média nacional, do que os detêm o 3º ciclo do ensino básico, com 7,71% da população.



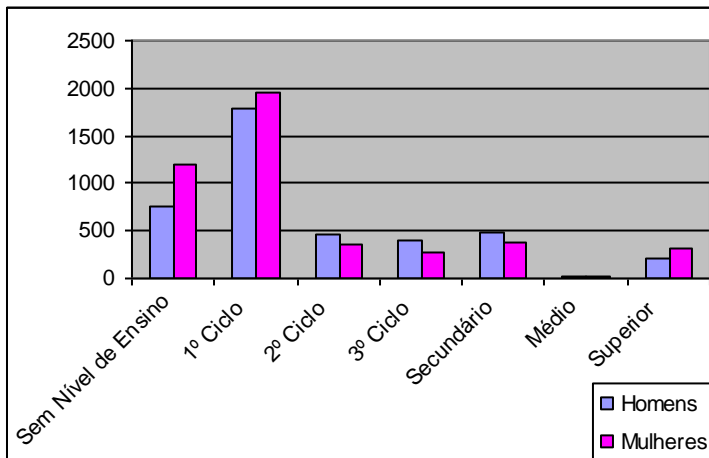
Fonte: INE, Censos 2001

Aproximam-se destes números, os indivíduos com o ensino superior, com 6,02% da população total do concelho.

Relativamente ao nível de instrução da população do concelho, particularmente no universo total dos indivíduos sem qualquer nível de ensino reconhece-se, que estes são maioritariamente os que têm mais de 25 anos. Apesar de a maioria da população com menos nível de ensino se situar depois dos vinte cinco anos de idade afere-se de igual forma, que a supremacia se mantém, mas menos diferenciada, nas habilitações mais altas, aliás ninguém no concelho detém um curso médio com menos de vinte e cinco anos, no entanto, o ensino superior é conseguido tanto nos que têm menos de vinte cinco anos, como os que têm mais do que aquela idade, com 35,7% e 64,2% respectivamente.

Apesar da população com mais de vinte e cinco anos constituir maioritariamente os vários níveis de instrução, a análise do gráfico acima apresentado analisa somente, a população com menos de vinte e cinco anos, idade considerada “normal” para a obtenção de níveis de instrução apresentados. O gráfico declara perfeitamente, que no 2º ciclo do ensino básico, são maioritários os alunos com onze anos (no universo de alunos que têm até vinte cinco anos), os que frequentam ou terminaram aquele nível de ensino. Por sua vez, os do 3º ciclo são fundamentalmente os que têm catorze anos de idade, enquanto que no ensino secundário, e com 6,6%, são preferencialmente os alunos com dezassete anos de idade, que o frequentam ou já terminaram aquele nível de ensino. Por outro lado, destacam-se os alunos com vinte e dois anos, os que estudam ou já terminaram o ensino superior no concelho.

Gráfico 23 – População Residente Segundo o Nível de Ensino Atingido e o Sexo, 2001



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e habitação, 2001 (Resultados Definitivos)

respectivamente. No entanto, apesar de o homem ser maioritariamente o que detém mais habilitações ao nível do 2º e 3º Ciclo e secundário verifica-se, no entanto, no ensino superior e no ensino médio, um primado das mulheres, com 60,35% e 53,66% respectivamente, contra 39,65% e 46,34% dos homens. Num país, onde apenas 20% detém o ensino secundário, o Concelho de Nisa fica ainda muito aquém deste valor, somente com 9,85%. Os números são desastrosos e reflectem bem, o baixo nível de escolaridade existente no Concelho, quando a maior parte, quase 50%, possui apenas o 1º Ciclo do Ensino Básico.

Para além destas observações, é ainda relevante referenciar que a população opta mais pelo ensino superior, com 6,02%, do que pelo ensino médio, só com 0,42% da população detentora deste nível de ensino.

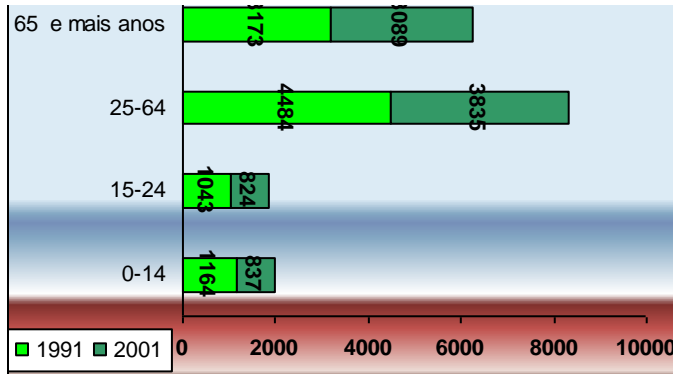
A população residente no Concelho de Nisa apresenta, segundo o nível de instrução²³ atingido, variações evidentes entre os homens e as mulheres, conforme indica o gráfico ao lado apresentado.

Constatamos, portanto, que o nível de ensino mais obtido no concelho é o 1º Ciclo do Ensino Básico. Aliás, são as mulheres que têm o mais baixo nível de ensino, com 61,07% e 52,18% sem nível de ensino e com o 1º Ciclo,

²³ É o mais elevado grau de ensino de ensino atingido pelo recenseado, completo ou incompleto.
Elaborada por: Florinda Fortunato

Para entendermos melhor a evolução da população, segundo os grupos etários, observamos o gráfico que mostra a evolução desde 1991 até 2001, no Concelho de Nisa.

Gráfico 24 – População Residente Segundo os Grupos Etários no Concelho de Nisa, 1991/2001

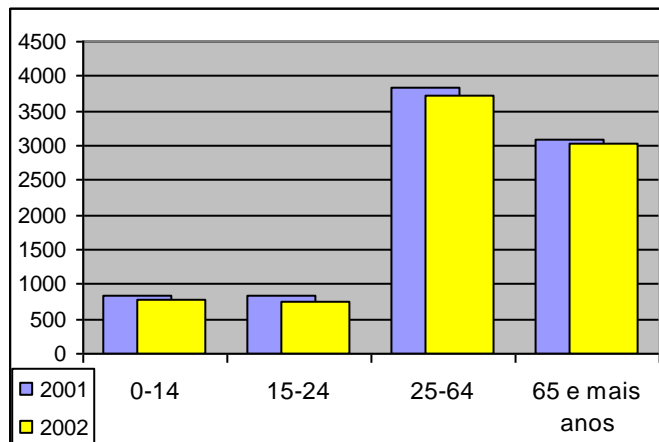


Fonte: INE, Censos 2001

O gráfico indica-nos, portanto que, para além do decréscimo populacional, no período considerado, a variação entre os grupos etários é também acentuada. Sabemos, que o Concelho de Nisa é um concelho envelhecido, e os números confirmam exactamente esta asserção. Além disso, entre 1991 e 2001, o grupo que sofreu maior variação foi o grupo de pessoas entre os zero e catorze anos, com uma variação negativa de 28,1%.

Imediatamente a seguir, o grupo entre os quinze e vinte e quatro anos suportou uma variabilidade de 21% no sentido também decrescente. À medida que aumentam as idades da população do Concelho, assim decresce a variação verificada no período apreciado. Ou seja, o grupo entre os vinte e cinco e sessenta e quatro anos, teve uma modificação de menos 14,5% e aqueles que têm sessenta e cinco anos ou mais comportaram apenas um declínio de 2,6%. Estes números mostram claramente o envelhecimento da população, com um decréscimo populacional de 12,9%, com a inexistência de revitalização do Concelho, pelo menos na década considerada.

Gráfico 25 – Evolução da População Residente Segundo os Grupos Etários, no Concelho de Nisa, 2001/2002



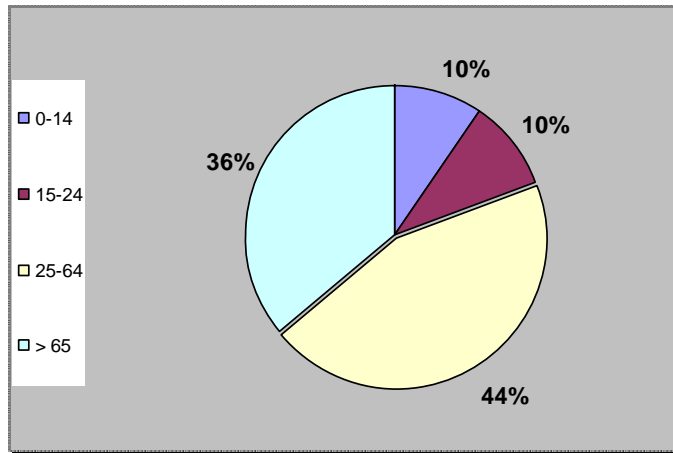
Fonte: INE, Estimativa provisória, aferida dos resultados definitivos dos Censos de 2001

Esclarecendo ainda mais estas observações, o gráfico expõe uma comparação evolutiva, entre o ano de 2001 e 2002. Este último é baseado numa estimativa provisória, aferida dos resultados definitivos dos Censos de 2001, ajustadas com as taxas de cobertura, sendo uma estimativa da população residente em 31 de Dezembro de 2002.

O gráfico esclarece que o decréscimo populacional se apresenta como uma tendência clara, verificada no Concelho de Nisa. O grupo etário mais atingido pela variação é agora o grupo dos quinze aos vinte e quatro com menos 9,44% da população. Seguindo-se o grupo mais jovem com uma variabilidade de

5,25%, registando-se no terceiro e no último grupo uma variação negativa de 3,26% e 2,03% respectivamente. Concluímos, portanto, que no total, a população decresceu, segundo as estimativas, durante um ano, 3,61%. Verifica-se, assim a tendência para o envelhecimento da população, com o grupo mais velho a sofrer menos variações relativamente ao grupo mais jovem da população do Concelho de Nisa.

Gráfico 26 – Distribuição dos Grupos Etários no Concelho de Nisa, 2001

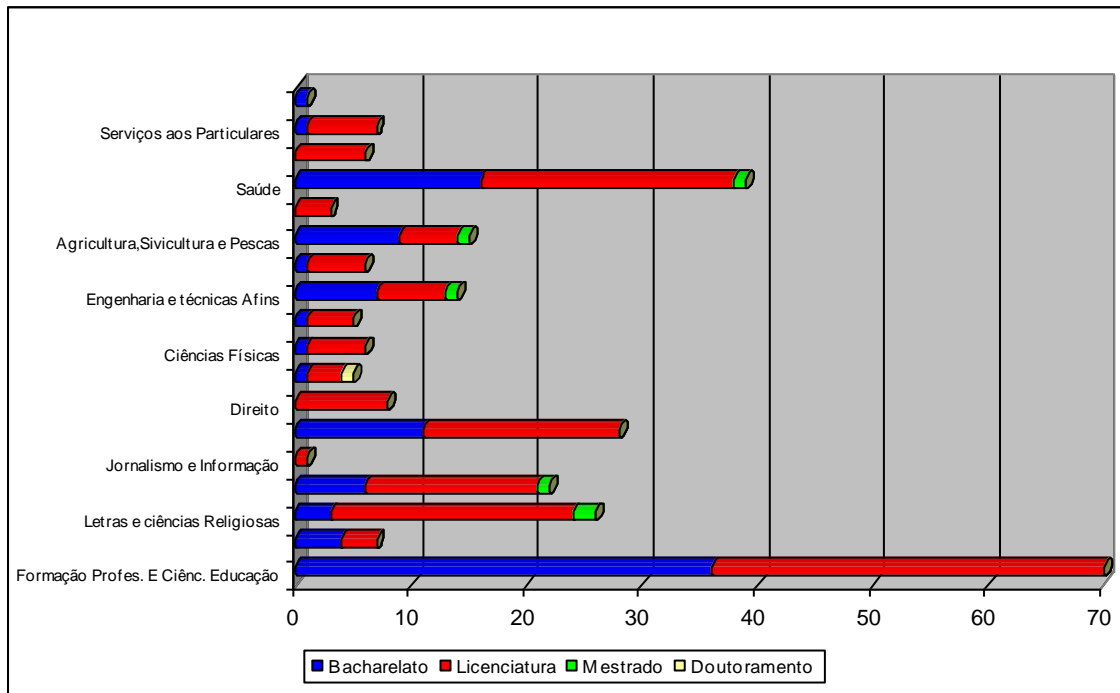


Fonte: INE, Censos 2001

Aliás, o gráfico ao lado representado exhibe a distribuição dos vários grupos etários no Concelho de Nisa no ano de 2001, com uma predominância evidente dos sectores constituídos pela população mais velha do concelho, nomeadamente os que têm entre 25 e 64 anos de idade, maioritariamente com 44% da população e aqueles que possuem mais de 65 anos, com 36% aproximadamente, confirmando-se assim, que a revitalização do Concelho é

uma urgência local que necessita ser reanimada para que o crescimento económico e social seja assegurado a longo prazo.

A população que possui um curso superior no Concelho de Nisa (6% do universo total) inclui os bacharelatos, licenciaturas, mestrados e doutoramentos. Constatamos, portanto, no ensino superior, uma clara predominância de licenciaturas no Concelho de Nisa, com 61% da população (considerando a população que detém um curso superior). Imediatamente a seguir, são os bacharelatos, com 36,4%, da população detentora deste grau superior verificando-se, apenas 2,2% e 0,4% os que detém um mestrado e um doutoramento, respectivamente Aliás, neste último grau existe apenas uma pessoa, uma mulher, doutorada em Ciências da Vida.

Gráfico 27 – Ensino Superior no Concelho de Nisa, 2001

Fonte: Recenseamento da População e da Habitação – Censos 2001 (NUTS 2002)

Como podemos aferir no gráfico que ostenta a formação ao nível do ensino superior (gráfico 23), a Formação de Professores e Ciências de Educação é o curso mais escolhido pelos cidadãos do Concelho de Nisa, tanto no Bacharelato como na Licenciatura, perfazendo um total de setenta pessoas que escolheram e terminaram aquele curso. Em segundo lugar, das habilitações superiores existentes, destaca-se a área da saúde, com trinta e nove pessoas no Concelho. Podemos, logo concluir que o ensino e a saúde são as áreas preferidas, em termos de habilitações superiores dos cidadãos do Concelho de Nisa. Provavelmente, deve-se ao facto de serem áreas sensíveis e, algumas vezes, igualmente carenciadas. A formação em Comércio e Administração também perfaz valores a ter em conta, com 28 pessoas, atestando, possivelmente a relação estabelecida com o aumento do sector dos serviços no concelho. No último lugar do *ranking* assistimos ao Jornalismo e Informação como área de formação académica menos representada no Concelho, com apenas uma pessoa.

5.1.2. Abandono e Sucesso Escolar

O sucesso e o insucesso escolar dependem do número de alunos matriculados num determinado ano de escolaridade, analisando os alunos que transitaram ou não de ano, sem aproveitamento escolar (despacho normativo n.º 1/2005 de 5 de Janeiro), verificando os retidos (alínea a do artigo 22.º da lei n.º 30/2002, de 20 de Dezembro), aferindo os que abandonaram a escola durante o ano e apreciando aqueles que foram transferidos para outro estabelecimento de ensino.

ESCOLA EB 2,3/S DE NISA

Os quadros que em seguida se apresentam declaram estes indicadores de observação atrás referidos, referentes ao Ensino Básico (2º e 3º Ciclo) e Secundário da Escola Pública do Concelho de Nisa.

Quadro 9 – Número de Alunos do 2º e 3º Ciclo Segundo o Ano de Escolaridade e o Sexo, 2004

2º e 3º Ciclo	2º Ciclo				3º Ciclo					
	5º Ano		6º Ano		7º Ano		8º Ano		9º Ano	
Sexo	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M
Matriculados²⁴	70	33	67	34	40	24	53	27	58	28
Transitaram	51	31	63	32	25	16	41	23	33	17
Não Transitaram²⁵	19	2	4	2	14	8	12	4	25	11
Retidos²⁶	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Abandonaram²⁷	3	0	1	0	1	0	0	0	3	1
Transferidos²⁸	5	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Turmas	3		3		2		3		2	

Os alunos matriculados no final do ano lectivo incluem aqueles que transitaram e não transitaram de ano, excluindo-se, os que abandonaram a escola durante o ano e aqueles que foram transferidos para outro estabelecimento.

Conclui-se, portanto que no 2º ciclo foram mais os alunos que transitaram de ano do que aqueles que não transitaram. No entanto, a percentagem de sucesso escolar foi superior no 6º ano do que no 5º ano, com 94,03% contra 72,86%, respectivamente, somando uma média de 83,21% da percentagem de sucesso escolar no 2º ciclo, no ano de 2003/2004.

No que diz respeito à relação homem/mulher observamos também, que são fundamentalmente as mulheres que mais transitam de ano, no 2º e no 3º ciclo, comparativamente ao número de homens que é sempre inferior, sendo relevante o número de homens que não transitaram no 5º ano, ou seja, dos dezanove alunos, dezassete foram homens, concluindo-se, portanto que a taxa de insucesso escolar é maioritariamente masculina. Para além disso, os alunos que abandonaram a escola durante o ano lectivo também foram essencialmente homens, ou seja, abandonaram a escola 3 e 1 alunos, no 5º e 6º anos respectivamente.

Relativamente ao 3º ciclo, a taxa de sucesso escolar é inferior à do 2º ciclo, verificando-se 69,23% dos alunos do 3º ciclo que transitam de ano contra os 83,21% dos alunos do 2º ciclo que concluem o ano com aproveitamento. No 3º ciclo constatamos que existe maior sucesso escolar no 8º ano, com 77,36% dos alunos a transitarem de ano, contra 62,5% e 66% dos alunos do 7º e 9º ano, respectivamente.

²⁴ Matriculados no final do Ano Lectivo de 2003/2004

²⁵ Não transitaram – Sem aproveitamento escolar (Despacho Normativo n.º 1/2005 de 5 de Janeiro)

²⁶ Retidos – Alínea a do Artigo 22.º da Lei n.º 30/2002, de 20 de Dezembro

²⁷ Abandonaram durante o ano lectivo (alunos não matriculados no final do ano lectivo)

²⁸ Transferidos para outro estabelecimento (alunos não matriculados no final do ano lectivo)

Observamos em seguida um quadro que indica a idade dos alunos matriculados no 2º e 3º ciclo e a as respectivas conclusões, que reflectem também, o sucesso e o insucesso escolar.

Quadro 10 – Número de Alunos do 2º e 3º Ciclo, Segundo o Ano de Escolaridade, por Idade e Sexo

Idade	Sexo	2º Ciclo				3º Ciclo							
		5º Ano		6º Ano		Conclusão	7º Ano		8º Ano		9º Ano		Conclusão
		total	2ª e + vezes	total	2ª e + vezes		total	2ª e + vezes	total	2ª e + vezes	total	2ª e + vezes	
9 anos	HM												
	M												
10 anos	HM	37											
	M	22											
11 anos	HM	18	1	30	0	30							
	M	6	0	17	0	17							
12 anos	HM	9	1	19	3	18	19						
	M	5	0	8	0	8	12						
13 anos	HM	2	2	13	5	11	9	2	23				
	M	0	0	7	1	5	7	1	15				
14 anos	HM	3	2	4	1	4	7	4	16	1	0	0	0
	M	0	0	2	0	2	2	1	7	1	0	0	0
15 anos	HM	1	1	1	1	0	2	2	9	2	25	0	21
	M						1	1	2	0	10	0	10
16 anos	HM						3	2	4	2	18	3	11
	M						2	2	3	2	10	1	7
17 anos	HM								1	1	10	3	1
	M								0	0	4	1	0
18 anos	HM								0	0	4	4	0
	M								0	0	3	3	0
19 anos	HM								0	0	1	1	0
	M								0	0	1	1	0
Total	HM	70	7	67	10	63	40	10	53	6	58	11	33
	M	33	0	34	1	32	24	5	27	3	28	6	17

Como podemos observar, o 5º e o 6º ano (2º ciclo) é constituído por alunos que têm entre os 10 e os 15 anos de idade, enquanto no 3º ciclo os alunos têm entre 12 e 19 anos. No entanto, são os alunos com 11 e 12 anos que mais frequentam o 2º ciclo enquanto o 3º ciclo é frequentado por alunos que têm na maioria dos casos 12 anos (7º ano), 13 anos (8º ano) e 15 anos (9º ano). Verifica-se, portanto que a maioria dos alunos cumpre, dentro da idade própria um determinado nível de ensino.

Relativamente ao 2º ciclo, verifica-se que dos 17 alunos que frequentaram duas vezes ou mais o 5º e o 6º ano, apenas um é do sexo feminino. No que diz respeito à conclusão deste nível de ensino, verifica-se igualmente que o sucesso escolar é maioritariamente feminino, quando dos 63 alunos que concluíram, 50,79% são mulheres, quando existem mais homens a frequentar o 2º ciclo do que mulheres.

Verifica-se conseqüentemente, que à medida que aumenta a idade dos alunos que frequentam o 2º ciclo também aumenta o insucesso escolar, observando-se igualmente a mesma situação nos alunos que frequentam o 3º ciclo.

No 3º ciclo (7º, 8º e 9º anos), os resultados são similares em termos de diferenças entre os homens e as mulheres, ou seja são maioritariamente as mulheres que concluem o 3º ciclo, e são menos aquelas que

frequentaram duas ou mais vezes o mesmo nível de ensino., concluindo-se, portanto que a taxa de insucesso escolar é também inferior nas mulheres que frequentam ou frequentaram o 3º ciclo.

Relativamente ao quadro anterior verificamos que dos alunos que frequentaram o 6º ano, 94,03% concluíram com sucesso. Enquanto que no 3º ciclo os resultados foram inferiores, isto é, dos 58 alunos que frequentaram o 9º ano, apenas 56,9% o concluíram com sucesso.

Quadro 11 – Número de Alunos do 10º Ano e Número de Turmas, Segundo o Curso e o Sexo, 2004/2005

Cursos	Ciências e Tecnologias		Ciências Sociais e Humanas	
	HM	M	HM	M
Matriculados	23	10	14	12
Transitaram	16	10	10	9
Retenção	7	0	4	3
Desistências	0	0	2	1
Transferidos	0	0	1	0
Turmas	1		1	

Relativamente ao primeiro ano do secundário, verifica-se que são mais os alunos que frequentam o agrupamento 1 (Ciências e Tecnologias) do que o agrupamento 4 (Ciências Sociais e Humanas). No entanto, são mais os alunos, deste último, que terminam, com sucesso o 10º ano do que os alunos do agrupamento 1. Contudo, o curso de Ciências Sociais e Humanas revela duas desistências e uma transferência para outro estabelecimento de ensino, enquanto o curso de Ciências e Tecnologias não anuncia nenhuma desistência nem transferência efectuada. Conclui-se, portanto que 70,27% dos alunos concluíram com sucesso o 10º ano de escolaridade.

Quadro 12 – Número de Alunos do 10º Ano, Segundo a Vez de Matricula, por Idade e por Sexo

10º Ano					
Idade	Sexo	Ciências e Tecnologias		Ciências Sociais e Humanas	
		Total	2 e mais vezes	Total	2 e mais vezes
16 Anos	HM	12	0	7	0
	M	7	0	7	0
17 Anos	HM	8	2	3	2
	M	2	1	3	2
18 Anos	HM	1	1	4	2
	M	1	1	2	1
19 Anos	HM	2	2	0	0
	M	0	0	0	0
Total	HM	23	5	14	4
	M	10	2	12	3

No que diz respeito à idade dos alunos do 10º ano, são maioritariamente aqueles que têm 16 anos e desses, nenhum repetente, seja no agrupamento 1 ou no 4.

Verifica-se que o agrupamento 1 tem mais alunos do que o agrupamento 4 e que deste, são maioritariamente mulheres. Aliás o curso de ciências e tecnologias é constituído essencialmente por homens, com 56,52% enquanto que o curso de ciências sociais e humanas é composta fundamentalmente por mulheres, com 85,71% do total de alunos.

Relativamente aos alunos que frequentaram o 10º ano, duas ou mais vezes, conclui-se paradoxalmente, que são mais os alunos do curso de ciências sociais e humanas com mais matrículas no mesmo ano, com 28,57% dos alunos contra 21,74%, relativamente ao curso de ciências e tecnologias.

Quadro 13 – Número de Alunos do 11º e 12º Anos, Número de Turmas Segundo o Ano de Escolaridade e o Sexo

2º e 3º Ciclo	11º Ano				12º Ano			
	Agrupamento 1		Agrupamento 4		Agrupamento 1		Agrupamento 4	
Sexo	HM	M	HM	M	HM	M	HM	M
Matriculados	18	7	6	5	20	10	7	3
Transitaram	18	7	6	5	8	4	3	2
Retenção	0	0	0	0	12	6	4	1
Desistências	0	0	0	0	2	0	2	1
Transferidos	0	0	0	0	0	0	0	0
Turmas	1				1		1	

No 11º ano constata-se que tal como no 10º ano, o agrupamento 1 é constituído maioritariamente por homens, com 61,12% contra 38,88% de mulheres, enquanto o agrupamento 4 é constituído essencialmente por mulheres, com cerca de 84%. Para além disso, o sucesso escolar é total, tendo em conta que não houve retenções nem desistências.

No que diz respeito ao 12º ano, o cenário é relativamente diferente, tendo em conta que o agrupamento 1 é agora constituído por homens e mulheres de forma igual e o agrupamento 4 tem no 12º ano, em sete alunos, quatro são homens. No entanto, a retenção existe neste nível de ensino, verificando-se até que, no agrupamento 1, apenas 40% dos alunos transitaram de ano, sem diferenças entre os homens e as mulheres. No agrupamento 4, transitaram, por outro lado, 42,86% dos alunos, observando-se aqui, que transitaram mais mulheres que homens, enquanto que em quatro alunos retidos existe apenas uma mulher retida. No 12º ano existem duas desistências em cada curso, ou seja, em quatro alunos que desistiram, três são homens. Mais uma vez se verifica que a retenção e as desistências no 12º ano são essencialmente masculinas.

Quadro 14 – Número de Alunos do 11º e 12º Anos, Segundo o Ano de Escolaridade, por Idade e Sexo

Idade	Sexo	11º Ano				12º Ano							
		Agrupamento 1		Agrupamento 4		Agrupamento 1				Agrupamento 4			
		Total	2 e mais vezes	Total	2 e mais vezes	Total	2 e mais vezes	Internos	Auto Proposta	Total	2 e mais vezes	Internos	Auto Proposta
17 Anos	HM	10	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	6	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18 Anos	HM	6	1	1	0	0	0	3	0	3	0	2	0
	M	1	0	1	0	0	0	2	0	2	0	1	0
19 Anos	HM	2	2	0	0	5	5	3	0	3	1	1	0
	M	0	0	0	0	2	2	1	0	1	1	1	0
20 Anos	HM	0	0	1	0	2	2	1	0	1	0	0	0
	M	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
21 Anos	HM	0	0	0	0	3	3	1	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	2	2	1	0	0	0	0	0
						Matriculas		Conclusões		Matriculas		Conclusões	
Total	HM	18	3	6	0	20	10	8	0	7	1	3	0
	M	7	0	5	0	10	5	0	0	3	1	2	0

O 11º ano tem alunos com idades compreendidas entre os 17 e os 20 anos, prevalecendo os alunos com 17 anos, seja no 1º ou no 4º agrupamentos. Este último é constituído maioritariamente por mulheres, não existindo nenhum aluno com duas ou mais matrículas.

O 12º ano revela indicadores de insucesso relevantes, tendo em conta que menos de metade dos alunos dos alunos concluíram o ano, no agrupamento 1, não transitando, neste agrupamento nenhuma mulher. Para além disso, metade dos alunos tem duas ou mais matrículas. O agrupamento 4 tem uma taxa de insucesso menor que o agrupamento anterior, e com menos repetências também, revelando contudo, que menos de metade dos alunos transitou de ano.

5.1.3. Classificação dos Exames no Ensino Secundário

Quadro 15 – Resultados Escola EB 2,3/ Secundária de Nisa					
Ano	Fase	Nº de Alunos Internos e Externos		Alunos internos	
		Nº Provas	Média	Nº Provas	Média
2000	1ª	241	8,4	174	8,98
	2ª	25	7,17	18	5,64
2001	1ª	216	7,65	153	8,73
	2ª	57	6,22	26	6,79
2002	1ª	185	7,48	126	8,19
	2ª	63	6,77	33	7,72
2003	1ª	150	8,2	114	9,19
	2ª				
2004	1ª	188		92	77
	2ª	77		44	

Os exames do ensino secundário, em 2005 na Escola EB 2,3/S Professor Mendes dos Remédios, em Nisa, revelaram 50 alunos inscritos, 28 homens e 22 mulheres. Destes alunos, 88% (44 alunos) candidatou-se ao ensino superior, em que a média etária dos alunos incide nos 19 anos. Dos 50 alunos inscritos para exame, 68% correspondem ao ensino secundário (DL 286/89), 24% ao ensino profissional, 6% a equivalências e 2% à via de ensino do 12º ano.

Para além disso, o número total de exames a realizar e o número de exames nacionais perfazem um total de 156, na 1ª fase, com uma média por aluno de 3,12. Dos 156 exames, verificou-se que a disciplina de Português B, foi a que reuniu mais inscrições, com 16% do total. De forma decrescente em número de inscrições, observamos as seguintes disciplinas em exame: Matemática e Psicologia (12,82%), Biologia (12,18%), Sociologia (8,89%), Química (8,33%), Português A e História (com 5,13% cada), Introdução ao Desenvolvimento Social (4,49%), Geologia (3,21%), e por último Introdução à Economia e Francês (com 2,56 cada).

Relativamente aos alunos, por curso de ensino secundário declarado na inscrição (20 mais frequentes), constata-se diferenciações evidentes merecedoras de especificações profundas.

O Agrupamento 1, geral (Curso de Ciências e Tecnologias) mostra 46% das inscrições, com 57% de homens. Das 23 provas, 22 aprovadas, sendo a média de idades, neste curso de 18 anos e verifica-se, também neste curso uma média de 3,35 exames por aluno.

Segue-se o agrupamento 4, geral (Curso de Ciências Sociais e Humanas), com 18% das inscrições, com 56% de homens, e das 9 provas, 8 aprovadas. A média de idade dos alunos é aqui superior, de 18,22.

O quadro que se segue patenteia estas constatações, com a observância de outros cursos de ensino secundário.

Quadro 16 – Alunos por curso de ensino secundário declarado na inscrição dos exames, 2005

Curso de Ensino Secundário	HM	H	%Total	Idade	Aprov.	Ex./Alun
Ciências e Tecnologias	23	13	46	18,00	22	3,35
Ciências Sociais e Humanas	9	5	18	18,22	8	3,89
Animador Sociocultural/Desporto (EP ²⁹)	6	2	12	19,00	0	3,00
Técnico de Informática/Gestão (EP)	3	2	6	20,00	0	2,33
Equivalências	3	3	6	22,33	0	2,33
Técnico de Multimédia (EP)	2	2	4	24,00	0	1,50
Administração	2	0	4	28,50	1	2,00
3º Curso	1	0	2	38,00	0	2,00
Técnico de Construção Civil/Desenho (EP)	1	1	2	27,00	0	3,00
Total/Média	50	28	100,00	23,89	31	2,6

²⁹ EP – Escola Profissional de Nisa
Elaborada por: Florinda Fortunato

Verifica-se que os alunos mais jovens são os que realizam mais exames, e que os cursos gerais (Ciências e Tecnologias e Ciências Sociais e Humanas) evidenciam igualmente mais inscrições nos exames, revelando estes dados, a tendência nos alunos, a mostrarem uma propensão para o seguimento de estudos, tendo em conta a natureza do curso geral em que se enquadram.

5.1.4. Distâncias do Local de Residência às Escolas

Quadro 17 – Distância do Local de Residência à EB 2,3 / ES de Nisa		
	Distância km	Tempo Médio Gasto (mm)
Alpalhão	8	15
Amieira	19	25
Arês	7	10
Espírito Santo	0	0
Montalvão	17	20
N^a S^a Graça	0	0
Santana	17	20
São Matias	8	15
S. Simão	12	20
Tolosa	13	20

As normas para a programação e caracterização dos equipamentos colectivos, descritas na actualização dos equipamentos colectivos do concelho (incluída na Revisão do PDM de Nisa), apresentam ao nível da irradiação, um critério preferencial e um máximo aceitável, que cumpre a distância do local de residência dos alunos e a Escola EB 2,3/S de Nisa. Ou seja, o critério preferencial implica a deslocação, a pé de um quilómetro e meio ou trinta minutos, enquanto o máximo aceitável, a pé, são de dois quilómetros e duzentos metros, e de transportes colectivos, com um máximo de uma hora, o que corresponde aos quilómetros e ao tempo gasto dos alunos que frequentam a escola acima referida.

A distância entre o local de residência e a escola é um factor primordial e marcadamente relativo, tendo em conta a relatividade do tempo e do espaço, conforme as circunstâncias existentes. Contudo, as vias que separam as freguesias da escola em causa são maioritariamente razoáveis e permitem um rápido percurso para os alunos.

5.1.5. Análise de Fluxos

A população a frequentar a educação pré-escolar e o primeiro ciclo do ensino básico é servida por uma rede local de escolas. Para além disso, também a Escola EB 2,3 Secundária de Nisa é constituída fundamentalmente por alunos que residem no Concelho de Nisa.

Contudo, a Escola Tecnológica Artística e Profissional de Nisa (ETAPRONI) serve uma comunidade educativa bem mais diversificada e os seus alunos advêm de diversas localidades do concelho, do distrito, do país e até do estrangeiro. No actual ano lectivo, 2005/2006, os fluxos são diferenciados e abrangentes. Ou seja, os alunos da ETAPRONI ultrapassam as fronteiras de concelho e no Distrito de Portalegre, os estudantes vêm de Elvas, Campo Maior, Gavião, Monforte, Marvão, Arronches, Castelo de Vide, Ponte de Sor e Crato. No país, há alunos que chegam de Lisboa, Santarém, Ericeira, Alcobaça, Fundão, Guarda, Castelo Branco, Beirã, Vila Velha de Ródão. Das ilhas, há o caso de um aluno que vem dos Açores. Fora das fronteiras do país e até do continente existem, na escola profissional alunos africanos que vêm de Cabo Verde. Estes alunos constituem um universo relevante, tendo em conta que alcançam cerca de 20% do universo total dos alunos da escola profissional. É importante salientar que a preferência dos alunos africanos, na via profissional, são os cursos de Técnico de Informática/Gestão, o Técnico de Multimédia e o Técnico de Animador Sócio-cultural/ Desporto, com 17, 12 e 5 alunos, respectivamente.

5.2 OFERTA DE EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO

Procurar-se-á fazer aqui uma abordagem aos meios e recursos disponíveis, caracterizando-se o pessoal docente, e o parque escolar/formativo existente, evidenciando-se a localização dos edifícios escolares e de formação, a adequação dos espaços, a área de recreio, a rede de serviços, a acessibilidade pedonal, os meios de transporte e as questões de segurança.

As escolas públicas têm designações diferentes em função dos níveis, ciclos e modalidades de educação que ministram, para uma maior facilidade de identificação e reconhecimento.

A caracterização da oferta educativa exige um conhecimento acerca das tipologias e dos agrupamentos existentes e possíveis num determinado território. Assim, procede-se a uma breve apresentação destas possibilidades.

Quadro 18 – Tipologia de Escolas

Níveis de educação e ensino	Designação do estabelecimento
Educação pré-escolar	Jardim-de-infância
Ensino Básico	<ul style="list-style-type: none"> ● Escola básica do 1º ciclo com jardim-de-infância ● Escola básica do 1º ciclo ● Escola básica do 2º ciclo ● Escola básica dos 1º e 2º ciclos ● Escola básica do 3º ciclo ● Escola básica dos 2º e 3º ciclos ● Escola básica integrada (1º, 2º e 3º ciclos) ● Escola básica integrada com jardim-de-infância ● Escola do ensino básico mediatizado (2º ciclo com recurso aos multimédia)
Ensinos Básico e Secundário	<ul style="list-style-type: none"> ● Escola Básica dos 2º e 3º ciclos com ensino secundário ● Escola Secundária com 3º ciclo

No Concelho de Nisa, a tipologia das escolas existentes e remodeladas incidem fundamentalmente numa Escola Básica do 1.º Ciclo com jardim-de-infância, nomeadamente nas seguintes localidades: E.B.1 de Alpalhão, de Tolosa, de Arez e de Nisa.

O ensino básico do 2º e 3º ciclo acumulam, num mesmo edifício, o ensino secundário, na Escola EB 2,3 / Secundária Mendes dos Remédios, na sede do concelho. Esta escola tem, portanto, a tipologia de um uma Escola Básica dos 2º e 3º ciclos com ensino secundário.

Quadro 19 – Níveis de Ensino e Escolas Existentes no Concelho de Nisa, 2005/2006

Nível de Educação e Ensino	Escolas Públicas	Nº Total de Escolas
Educação Pré-Escolar	5	6
1º Ciclo do Ensino Básico	6	6
2º e 3º Ciclo e Ens. Secundário	1	2

5.2.1. Educação Pré-escolar e Básico (1º Ciclo)

A **educação pré-escolar**, entendida como primeira etapa da educação básica, destina-se a crianças entre os 3 anos e os 6 anos, idade de ingresso no ensino básico obrigatório e visa o desenvolvimento equilibrado de todas as potencialidades da criança.

Constituem objectivos da educação pré-escolar³⁰:

Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática, numa perspectiva de educação para a cidadania;

Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência do seu papel como membro da sociedade;

Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;

Estimular o desenvolvimento global de cada criança, no respeito pelas suas características individuais, inculcando comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas;

Desenvolver a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;

Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;

³⁰ Adaptado da lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro (lei Quadro da Educação Pré-Escolar)

Elaborada por: Florinda Fortunato

Proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança, designadamente no âmbito da saúde individual e colectiva;

Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências e precocidades, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança;

Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efectiva colaboração com a comunidade.

A Educação Pré-Escolar no Concelho de Nisa comporta estabelecimentos renovados, como veremos adiante, exactamente devido à recuperação e beneficiação das escolas do 1.º ciclo que comportam igualmente a educação pré-escolar.

Esta beneficiação efectuada recentemente permitiu uma capacidade instalada e de ocupação suficiente e que responde às necessidades da população.

Escolas Existentes no Concelho de Nisa

FREGUESIA DE ALPALHÃO



Escola E.B.1 de Alpalhão

A escola acima representada está localizada na freguesia de Alpalhão, a 12 km da sede do Concelho e foi recuperada, conforme se apresenta no ponto das medidas de intervenção, efectuadas recentemente.

Quadro 20 – Número de Alunos do Jardim-de-Infância de Alpalhão – 2005/2006

ALPALHÃO				
Jardim-de-infância	3 Anos	4 Anos	5 Anos	Total
2 Educadoras	16	8	12	36

Actualização em 24/11/2005

Quadro 21 – Número de Alunos do 1.º Ciclo de Alpalhão – 2005/2006

ALPALHÃO					
1º Ciclo	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	Total
2 Professoras	10	8	12	7	37

Actualização em 24/11/2005

A Escola tem 36 alunos do pré-escolar e mais um do 1.º ciclo, perfazendo no total 73 crianças, agrupando o jardim-de-infância e o 1.º ciclo, no mesmo edifício escolar, actualmente recuperado, com condições satisfatórias e com possibilidades de ampliação, caso se verifiquem necessidades no futuro. Contudo, as projecções apresentadas na presente carta educativa revelam que, provavelmente a comunidade educativa não cresça nos próximos anos.

A Escola tem 4 salas que servem as crianças da freguesia. Existem duas salas para o pré-escolar, ou seja, uma sala para cada turma do jardim-de-infância, já que existem duas turmas. Para o 1.º Ciclo existem também duas salas, uma que serve as crianças do 1.º e 2.º anos e a outra para o 3.º e 4.º anos. Para além destas salas, permanece também no edifício uma outra sala, para o prolongamento e onde as crianças do jardim-de-infância almoçam.

SEDE DE CONCELHO – NISA

Escola E.B.1 de Nisa

A escola da imagem está localizada na sede do concelho. Relativamente à tipologia, e tal como a anterior tem dois níveis de educação e ensino, o Pré-Escolar e o 1.º Ciclo do ensino Básico, tendo assim a designação de Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim-de-Infância.

Sendo também uma das escolas recuperadas actualmente, a dimensão e a capacidade instaladora cobre as necessidades da população e tem igualmente possibilidades de ampliação, tendo em conta a dimensão da escola, tanto na adequação dos espaços como da área de recreio. A acessibilidade pedonal é muito satisfatória, tendo em conta que se encontra localizada numa zona central da vila. Os meios de transporte encontram-se próximos da escola e correspondem às normas dos equipamentos educativos. Relativamente

às questões de segurança são perfeitamente asseguradas, aliás, o posto da G.N.R. encontra-se a menos de 200 metros da mesma.



Escola E.B.1 de Nisa



Escola E.B.1 de Nisa

Quadro 22 – Número de Alunos do Jardim-de-Infância de Nisa – 2005/2006

Nisa				
Jardim-de-infância	3 Anos	4 Anos	5 Anos	Total
1 Educadora	0	3	22	25

Actualização em 24/11/2005

Quadro 23 – Número de Alunos do 1.º Ciclo de Nisa – 2005/2006

Nisa					
1º Ciclo	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	Total
10 Professoras	44	41	29	48	162

Actualização em 24/11/2005

Verificam-se, logo que esta escola é a que comporta maior número de alunos do 1.º Ciclo, tendo, por isso mais professores/as, existindo portanto, mais de 16 alunos por professor/a.

Para além disso, a escola tem 1 sala para o jardim-de-infância e 7 salas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico. Isto é, existem 8 turmas e as salas têm uma ocupação total, tendo em conta que existe uma média de 23 alunos por sala.

Freguesia de Tolosa



Escola E.B.1 de Tolosa

A escola acima representada encontra-se localizada na Freguesia de Tolosa, e é outra das escolas remodeladas do Concelho de Nisa.

Quadro 24 – Número de Alunos do Jardim-de-Infância de Tolosa – 2005/2006

Nisa				
Jardim-de-infância	3 Anos	4 Anos	5 Anos	Total
1 Educadora	10	6	7	23

Actualização em 24/11/2005

Quadro 25 – Número de Alunos do 1.º Ciclo de Tolosa – 2005/2006

Nisa					
1º Ciclo	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	Total
2 Professoras	6	7	9	10	32

Actualização em 24/11/2005

Como podemos constatar, a escola tem um total de 55 crianças, agrupando também dois níveis de educação e de ensino, nomeadamente a educação pré-escolar e o 1.º Ciclo do ensino básico, tendo, portanto a designação, de Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim-de-Infância, segundo a tipologia do estabelecimento de ensino.

O Jardim-de-Infância é constituído por uma turma, com 1 sala, tendo 23 crianças, e por mais duas salas que assistem o 1.º Ciclo do Ensino Básico, com 32 crianças no total dos quatro anos de escolaridade.



Recreio da Escola E.B.1 de Tolosa

A Escola de Tolosa tem como as anteriores uma área de recreio com dimensões igualmente muito boas, com acessibilidades, meios de transporte e segurança perfeitamente suficientes e exemplares.

Freguesia de Arez



Escola E.B.1 de Arez



Área de Recreio da Escola E.B.1 de Arez

Quadro 26 – Número de Alunos do Jardim-de-Infância de Arez – 2005/2006

Nisa				
Jardim-de-infância	3 Anos	4 Anos	5 Anos	Total
1 Educadora	2	1	7	10

Actualização em 24/11/2005

Quadro 27 – Número de Alunos do 1.º Ciclo de Arez – 2005/2006

Nisa					
1º Ciclo	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	Total
1 Professora	1	5	3	1	10

Actualização em 24/11/2005

A Escola que acima visualizamos nas imagens está localizada no Freguesia de Arez e é uma das escolas que sofreu igualmente recuperação, tal como as anteriores. Foram, aliás as únicas quatro escolas do Concelho de Nisa e beneficiar desta remodelação no edifício, tanto interior como exterior.

A escola, tal como as anteriores, acumula os dois níveis de ensino acima identificados nos quadros, correspondendo, por isso a uma tipologia de Escola Básica do 1.º Ciclo com Jardim-de-Infância.

A escola, com uma dimensão humana inferior às anteriores, com 20 crianças no total e uma educadora e uma professora tem uma dimensão e uma capacidade instaladora perfeitamente satisfatória. A escola tem, portanto, duas salas que servem esta escola.

Freguesia de Montalvão

Escola E.B.1 de Montalvão

A E.B.1 de Montalvão prevê o seu encerramento para o próximo ano lectivo, tendo em conta o reduzido número de alunos que constituem este estabelecimento de ensino, aliás o quadro abaixo representado mostra exactamente aquela asserção. Por comportar a penas o ensino básico do 1.º Ciclo tem a designação exactamente de E.B.1.º Ciclo de Montalvão. Ocupa, portanto uma sala ocupada no estabelecimento de ensino.

Quadro 28 – Número de Alunos do 1.º Ciclo de Montalvão – 2005/2006

Nisa					
1º Ciclo	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	Total
1 Professora	1	0	3	1	5

Actualização em 24/11/2005

Freguesia de Santana

A escola de Monte do Duque está localizada na Freguesia de Santana, uma das freguesias menos numerosas do concelho, constituindo apenas cerca de 5% do Concelho de Nisa. Esta escola comporta somente o Jardim-de-Infância.

Jardim-de-Infância de Monte do Duque

Quadro 29 – Número de Alunos do Jardim-de-Infância de Monte do Duque – 2005/2006

Nisa				
Jardim-de-infância	3 Anos	4 Anos	5 Anos	Total
1 Educadora	6	2	7	15

Actualização em 24/11/2005

O número de alunos reflecte exactamente o envelhecimento da população acompanhada da redução do número de pessoas existentes neste lugar. Esta escola tende a fechar, tal como a anterior, e os alunos serão transferidos para a escola mais próxima desta, maximizando, assim as instalações e a capacidade instaladora das escolas recuperadas recentemente, tendo em conta que apenas uma sala é ocupada para o pré-escolar existente na escola.

As escolas acima descritas constituem estabelecimentos de rede pública, criados e a funcionar na directa dependência da administração pública central e local. Para além da rede pública, existem também os estabelecimentos de rede privada, como é o caso da Santa Casa da Misericórdia de Nisa, uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) que realiza actividades no domínio da educação pré-escolar e creche.

Em seguida apresenta-se, assim o número de alunos existentes na Santa Casa da Misericórdia de Nisa, tal como as salas existentes e o pessoal que desenvolve funções nesta área.

Quadro 30 – Número de Alunos da Creche e Pré-Escolar da Santa Casa da Misericórdia de Nisa – 2005/2006

2005/2006		N.º de crianças	Total
Creche	3 meses a 1 ano	12	45
	1 a 2 anos	14	
	2 a 3 anos	19	
Pré-Escolar	3 a 4 anos	16	38
	4 a 5 anos	22	
Total			83

Existem 3 salas ocupadas pela Creche e 2 salas para o Pré-Escolar, ou seja, uma sala para cada turma. Existe ainda uma sala que não está a ser ocupada que corresponderia aos alunos dos 5 aos 6 anos, que se deslocaram para a E.B.1 de Nisa.

Relativamente ao pessoal existente, a Santa Casa da Misericórdia de Nisa tem, na Creche e no Pré-Escolar 4 educadoras, 5 auxiliares e 7 ajudantes de auxiliares.

5.2.2. Ensinos Básico (2º e 3º Ciclos) e Secundário

Conforme apresentado no quadro das tipologias o ensino Básico engloba o 1.º, 2.º e 3º Ciclo. No Concelho, o 1.º Ciclo agrupa no mesmo edifício escolar o ensino Pré-Escolar. Os restantes dois ciclos permanecem na Escola Professor Mendes dos Remédios, simultaneamente com o Ensino Secundário, tendo, portanto a designação de Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário.

O Ensino Secundário é o ensino que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação adquirida nesse nível de ensino, preparando o aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos – Cursos de Carácter Geral, e cursos predominantemente orientados para a vida activa – Cursos Tecnológicos. Ambos os tipos de cursos têm a duração de três anos, correspondentes ao 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade. Este nível de ensino contempla ainda o Ensino Artístico Especializado e o Ensino Profissional.

A população portuguesa detém o nível de escolarização mais baixo da União Europeia. Em 2000, apenas 21,5%³¹ da população portuguesa dos 25 aos 64 anos tinha completado pelo menos o ensino secundário, quando o valor médio para a União Europeia é de 63,6%.

A nível nacional, a maioria dos alunos estão matriculados em cursos gerais, ou seja, cursos orientados para o prosseguimento dos estudos. Estes, contudo, têm vindo a perder importância em favor dos cursos

³¹ Fonte: INE – Recenseamento da População, 2001
Elaborada por: Florinda Fortunato

tecnológicos e das escolas profissionais. As raparigas preferem os cursos gerais aos cursos tecnológicos e profissionais, nos quais o maior número de alunos é constituído por rapazes.

O Ensino Secundário está organizado segundo formas diferenciadas, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para a vida activa ou para o prosseguimento de estudos, garantindo-se a permeabilidade entre os cursos.

Quadro 31 – Número de Alunos do 2º e 3º Ciclo no Concelho de Nisa, 2005/2006

Número de Alunos			Total
2º Ciclo	5º Ano	52	108
	6º Ano	56	
3º Ciclo	7º Ano	74	169
	8º Ano	37	
	9º Ano	58	

Quadro 32 – Número de Alunos do Secundário, na Escola Pública do Concelho de Nisa, 2005/2006

Número de Alunos			Total
Secundário	10º Ano	34	89
	11º Ano	27	
	12º Ano	28	

Tendo em conta que estes dois níveis de ensino se encontram no mesmo edifício escolar, importa apreciar, que esta escola tem um total de 366 alunos. Ou seja, 277 alunos do 2º e 3º Ciclo mais 89 do secundário, havendo como veremos em seguida um decréscimo nos últimos anos.

As instalações da EB 2,3 / Sec. de Nisa não sofreu ao nível das instalações, alterações significativas nos últimos anos, sendo constituída por 16 salas direccionadas para o 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e 6 salas para o Ensino Secundário.

Relativamente às instalações gimnodesportivas, a escola tem um campo de jogos, balneário, ginásio e utilizam o Pavilhão Gimnodesportivo construído nos últimos anos, com condições bastante satisfatórias. No que diz respeito aos espaços de apoio, têm uma cantina, uma biblioteca, um convívio e espaço de recreio. Para além disso, existem também salas específicas, como é o caso da sala de trabalhos manuais e laboratórios de ciências.

5.2.3 Ensino Profissional

5.2.3.1 Disposições Legais e objectivas da Escola Profissional

A Etaproni tem como entidade proprietária a ADIP (Associação para o Desenvolvimento de Ideias e Projectos) e esta tem como único associado institucional a Câmara Municipal de Nisa.

No entanto, a ADIP reúne também associados individuais. Ou seja, a ADIP como entidade proprietária da Etaproni contribuiu para a sua exequibilidade e tanto os associados individuais como institucionais (neste caso existe apenas um, a CMN) cooperaram para a sua viabilidade.

A escola profissional tem como a principal atribuição institucional “contribuir para a formação integral dos jovens, proporcionando-lhes, designadamente, preparação adequada para um exercício profissional qualificado” (alínea *a* do artigo 4.º do D.L. n.º 4/98 de 8 de Janeiro³²). Para além deste objectivo, a promoção conjunta com outros agentes e instituições locais constitui premissa inalienável do desenvolvimento sustentável que se pretende como planeamento estratégico e integrado do território em que se integre.

A escola profissional está integrada na rede de escolas profissionais, sendo criada ao abrigo do Decreto-lei n.º 26/89 de 21 de Janeiro, posteriormente revogado e substituído pelo Decreto-lei n.º 70/93 de 1 de Março e pelo Decreto-lei n.º 4/98 de 8 de Janeiro (estabelece o regime jurídico das escolas profissionais). A escola promove a formação profissional e constitui uma modalidade prevista na Lei de Bases do Sistema Educativo. Esta é bem claro quanto aos seus objectivos: “facultar contactos e experiências com o mundo do trabalho, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola a vida activa e a comunidade e dinamizando a função inovadora e interventora da escola” (alínea *e* do artigo 9.º da subsecção II).

A deliberação n.º 218/03, da Câmara Municipal de Nisa foi aprovada por unanimidade, em reunião ordinária da Câmara Municipal de Nisa de 7 de Maio de 2003, constituindo sumariamente uma proposta de viabilização do projecto Etaproni. A CMN decidiu apoiar na íntegra o projecto de sustentabilidade da Etaproni, considerando estruturante em termos de desenvolvimento local e regional, não podendo ser dissociado de outros projectos em fase de implementação pelo executivo, nomeadamente: Complexo das Termas da Fadagosa; apoio à criação do Ninho de Microempresas no Concelho de Nisa; fomento das actividades e indústrias ligadas ao artesanato e produtos tradicionais; valorização turística, paisagística e ambiental do Tejo e Sever.

A Etaproni pretende, assim uma integração dinâmica no mundo do trabalho pela aquisição de conhecimentos e de competências profissionais de forma a responder às necessidades regionais de formação e de desenvolvimento tecnológico.

5.2.3.2 Condições de acesso e sua organização

Têm acesso aos cursos profissionais os candidatos que concluíam o 3º ciclo do ensino básico ou equivalente.

A Etaproni ministra cursos de nível secundário com equivalência ao 12º ano, concedendo uma qualificação profissional de nível III, com a duração de 3 anos lectivos, correspondendo a 3600 horas. “Os cursos profissionais contêm obrigatoriamente um período de formação em contexto de trabalho directamente ligado a actividades práticas no domínio profissional respectivo e em contacto com o tecido sócio-económico envolvente, período que, sempre que possível, deve revestir a forma de estágio” (decreto lei que estabelece o regime jurídico das escolas profissionais; ponto 4 do artigo 7.º).

Para além disso, a escola profissional oferece ainda, cursos de formação pós-laboral, destinados a activos que pretendam elevar o nível de qualificação profissional, os designados CETS, isto é, os Cursos de Especialização Tecnológica Pós Secundários.

5.2.3.2 Oferta de Ensino e Formação da Etaproni

A Etaproni oferece uma sequência de cursos que têm manifestado nos últimos anos um aumento acentuado, e dirige inclusive e simultaneamente *inputs* financeiros para o Concelho de Nisa.

A oferta de ensino engloba os cursos diurnos (ensino secundário) e simultaneamente pós-laborais (CETS). Estes últimos constituem formações pós secundárias não superiores na mesma área ou em áreas de formação afins àquela em que os alunos obtiveram qualificação profissional de nível III. Existe actualmente um curso de nível II (3º Ciclo do ensino básico) oferecido a pensar no novo Complexo Termal de Nisa.

Quadro 33 – Número de Turmas e de Alunos da Escola Profissional – 2005/2006

2005/2006	Turmas	Número de Alunos
Curso Técnico de Informática e Gestão	3	54
Curso de Animador Sociocultural / Desporto	3	48
Curso Técnico de Multimédia	3	44
Curso Técnico de Termalismo	1	22
Operador de Hidrobalneoterapia	1	13
Total	11	181

Como podemos constatar, a ETAPRONI tem também, no presente ano lectivo, 2005/2006, um curso novo de nível II, com a designação de *Operador de Hidrobalneoterapia* para responder às necessidades do território em que está inserida, isto é, com o objectivo de dar resposta ao novo Complexo Termal de Nisa, agora em fase de construção., tal como no curso de Nível III também recentemente criado, o Curso Técnico de Termalismo.

Os CETs são cursos de nível IV e no ano de 2004/2005, a ETAPRONI leccionou o Curso de Condução de Obras, em horário pós-laboral. A terminação do CET autoriza a atribuição de um diploma de especialização tecnológica, conferindo a qualificação profissional de nível IV da União Europeia e decorre ao longo de um ano lectivo. Os CET são desenvolvidos em Protocolo com Instituições de Ensino Superior e de acordo com a legislação em vigor, os alunos que concluírem o CET têm acesso a determinados cursos de ensino superior, ao abrigo do protocolo entre a ADIP e as instituições de ensino superior.

O quadro abaixo representado esclarece, quais os cursos do ensino superior a que os alunos têm acesso, quando terminarem os Cursos de Especialização Tecnológica Pós Secundários.

Quadro 34 – Cursos do Ensino Superior a que os CETS dão Acesso

CETS (Pós-Laborais)	Ensino Superior	Cursos
Gestão de Animação Turística	Universidade Autónoma de Lisboa	Gestão
		Ciências da Comunicação
Condução de Obras	Instituto Politécnico de Tomar	Engenharia Civil
Desenvolvimento de Produtos de Multimédia	Instituto Politécnico de Tomar	Engenharia informática
		Comunicação Social
	Universidade Autónoma de Lisboa	Ciências da Comunicação
		Informática
		Engenharia informática
Tecnologias e Programação de Sistemas de Informação	Universidade Autónoma de Lisboa	Gestão
		Informática
		Engenharia Informática
	Instituto Politécnico de Tomar	Engenharia Informática
		Engenharia Electrotécnica
	Instituto Politécnico de Portalegre	Engenharia e Gestão Industrial
		Engenharia Informática
Aplicações de Informática de Gestão	Universidade Autónoma de Lisboa	Gestão
		Ciências da Comunicação
		Informática
		Informática de Gestão
		Engenharia informática
	Instituto Politécnico de Portalegre	Gestão Empresarial

Estes cursos concedem aos alunos uma evolução progressiva e gradual, com uma maximização das suas competências e aptidões profissionais, adquirindo competências técnicas, profissionais e pessoais mais alargadas e sustentadas para a entrada no mercado de trabalho. Contudo, a abertura de estes cursos na escola profissional não foi permitida, para o actual ano lectivo.

Curso Técnico de Multimédia

O Curso Técnico de Multimédia consagra um perfil profissional e um referencial de emprego muito concretos. Aprender as potencialidades das novas tecnologias da informação e comunicação e a cultura tecnológica constituem o perfil fundamental a atingir. Relativamente ao referencial de empregabilidade, institui-se como máxima, a possibilidade de desenvolver actividades em empresas de comunicação gráfica e de publicidade. Paralelamente, permite actividades igualmente em empresas de produção de audiovisual, em empresas na área da imprensa, em instituições de ensino e formação e em empresas de produção de multimédia.

Curso Técnico de Informática e Gestão

O curso acima indicado envolve uma componente dupla, designadamente informática e de gestão, que permite no primeiro caso, instalar, configurar e gerir os sistemas informáticos executando igualmente, todas as operações necessárias ao funcionamento dos recursos informáticos. Colateralmente, pretende e permite ao aluno, no seu perfil profissional executar tarefas administrativas e/ou de gestão.

O perfil acima mencionado confere um referencial de emprego abrangente, nomeadamente: em gabinetes de contabilidade; em sectores comerciais, de contabilidade, de informática de empresas e serviços e autarquias locais; em sectores comerciais, de contabilidade, de informática de indústria; em empresas de informática, com especialização em manutenção e comercialização.

Curso de Animador Sociocultural / Desporto

O curso de animação citado pretende, no seu perfil profissional identificar e estudar carências e recursos em situações individuais, familiares, sociais, comunitárias e institucionais. Para além destes objectivos, o perfil profissional é igualmente abrangente, e entre outros propósitos destaca-se o intuito de participar na promoção de acções de informação, sensibilização, esclarecimento e debate e simultaneamente a participação na concepção, implementação e avaliação de ateliers e programas de animação desportiva, lúdica e sócio-cultural.

Os alunos que terminem o curso de animador sociocultural/desporto possuem um perfil que lhes concede um referencial de empregabilidade diversificado, detendo competências para desenvolver actividades em associações de desenvolvimento, em autarquias locais (sector sociocultural), em instituições particulares de solidariedade social, em clubes desportivos e em empresas de animação social e desportiva.

Curso Técnico de Termalismo

O concelho de Nisa constitui um potencial marcadamente termal. A construção, em Nisa, de um novo complexo termal permite um crescimento efectivo a vários níveis, e a formação e qualificação na área, torna-se uma preocupação constante instituindo uma prioridade local. Daí que a existência do curso na região possibilita “desenvolver mecanismos de aproximação entre a escola e as instituições económicas, profissionais, associativas, sociais, culturais, do respectivo tecido social”, conforme institui o regime jurídico das escolas profissionais (alínea *b*, artigo 4.º, do decreto-lei n.º 4/98 de 8 de Janeiro).

O novo curso de termalismo abriu, no presente ano lectivo (2005-2006) na Etaproni. Tendo em conta que o termalismo constitui uma actividade essencial ao nível da qualidade de vida e institui simultaneamente uma actividade que contribui para o desenvolvimento local e regional, a aposta neste sector perfilha e defende as premissas de um desenvolvimento sustentável, com parcerias constantes entre as instituições intervenientes no processo de construção e evolução do termalismo no concelho. Parafraseando um elemento do Conselho de Administrativo da Ternisa e gestor do Balneário das termas da Fadagosa de Nisa, Paulo Bagulho, “O termalismo é importante não só para Nisa, mas também para toda a região. É por si só um motor de desenvolvimento regional e induz a que venham pessoas para esta região”.

O curso foi concebido e desenvolvido em parceria com a TERNISA, empresa gestora das Termas da Fadagosa de Nisa. Este curso está direccionado para a gestão e exploração de Estâncias Termais, para a execução de actividades relacionadas com o Termalismo e visa essencialmente formar técnicos na área da saúde.

O perfil profissional está claramente definido e as actividades fundamentais a desempenhar são as seguintes:

- Interpretar prescrições médicas previstas pelo corpo clínico (médicos, fisioterapeutas, etc.);
- Programar e garantir a execução dos tratamentos prescritos, utilizando os meios técnicos e equipamentos adequados;
- Avaliar, encaminhar e acompanhar o aquista, prestando-lhe o auxílio necessário, atendendo ao tipo de tratamento e adaptando o contacto às características da sua faixa etária;
- Detectar e interpretar situações anómalas do aquista face aos tratamentos;
- Aplicar os procedimentos e as técnicas adequadas de primeiros socorros;
- Utilizar suportes de registo, anotando as actividades e ocorrências observadas ou referenciadas pelo aquista, assim como a sua evolução terapeuta;
- Manusear correctamente máquinas e equipamentos específicos de hidrobalneoterapia (equipamento de massagens, irrigação, nebulização, banheiras);
- Proceder à regulação, zelando por uma adequada utilização do equipamento;
- Zelar pela conservação, manutenção e higienização de equipamentos e instalações balneares;
- Registar os dados referentes aos tratamentos efectuados, com vista a posterior tratamento pelos serviços competentes;

- Promover um bom ambiente relacional com o aquista.

Conforme o perfil profissional acima identificado, o referencial de emprego torna-se ainda mais translúcido, ou seja, permite o desenvolvimento de actividades profissionais em instituições como, complexos e balneários termais. Aliás, este curso visa responder às necessidades do mercado local, e os formandos da escola estarão habilitados a desenvolver a sua actividade no futuro complexo termal.

Integração Europeia: Sócrates Comenius

O nosso tempo apresenta problemas radicalmente novos e desafios nunca antes conhecidos. A integração europeia, a interdependência constante entre os Estados, a interculturalidade crescente marcam o novo paradigma do desenvolvimento, não só europeu, como nacional e regional contribuindo para o crescimento efectivo de um determinado território. Por isso, educar é, hoje, uma tarefa de enorme exigência que nos obriga a uma actualização permanente. A escola, que não esgota a educação mas que é o seu centro, já não pode contentar-se em ensinar os jovens a ler, escrever e contar. Ela tem de desenvolver formas diferentes de encarar esses desafios em matéria de aprendizagem e a familiaridade com outros países, outras línguas e outras formas de vida e cultura são cada vez mais um elemento importantíssimo na educação.

A Etaproni desenvolveu um projecto, candidatado no âmbito do programa europeu Sócrates, Medida Comenius I. A "Acção 1-Comenius" pretende estimular a criação de parcerias europeias multilaterais entre escolas, no quadro das parcerias, o desenvolvimento de projectos educativos que devem incidir sobre temas de interesse comum.

A Acção Comenius é uma parte do programa de acção da Comunidade Europeia no domínio da educação. Entre os objectivos do Programa Sócrates, lançado em 1995, incluem-se a promoção da cooperação e da mobilidade, bem como o reforço da dimensão europeia no domínio da educação. Dirige-se a todo os sectores da área educativa, desde as crianças dos estabelecimentos pré-escolares aos aprendentes adultos, e abrange questões que vão desde as parcerias escolares à análise das políticas educativas dos países participantes no Programa Sócrates.

A Comenius é dirigida ao ensino básico e secundário: escolas pré-primárias, primárias e secundárias, com o objectivo de melhorar a qualidade do ensino, reforçarem a dimensão europeia e promoverem o conhecimento de línguas. O objectivo da acção é claro, destina-se aos agentes da comunidade educativa e da sociedade civil (autarquias locais, associações, ONG, etc.) a fim de realizar projectos escolares (no mínimo com 3 estabelecimentos oriundos de 3 países participantes), projectos linguísticos (associando 2 estabelecimentos de 2 países participantes) e projectos de desenvolvimento escolar (no mínimo com 3 estabelecimentos oriundos de 3 países participantes); projectos de cooperação multilateral entre vários tipos de instituições. A Comissão concede ainda bolsas individuais aos futuros professores.

O programa está aberto à participação dos Estados-Membros da União Europeia (Bélgica, República Checa, Dinamarca, Alemanha, Estónia, Grécia, Espanha, França, Irlanda, Itália, Chipre, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Malta, Países Baixos, Áustria, Polónia, Portugal, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia, Suécia e Reino Unido), dos 3 países do Espaço Económico Europeu (EEE - Islândia, Liechtenstein e Noruega) e dos 2 países candidatos à adesão (Bulgária e Roménia), bem como da Turquia.

Relativamente à execução do programa é gerido por Agências Nacionais (EN) sediadas em cada um dos países participantes, o que permite assegurar uma relação mais directa com os cidadãos. A Comissão, em cooperação com os Estados-Membros, é chamada a assegurar contudo a execução coerente das acções comunitárias do programa. Para melhor atingir estes objectivos de coordenação e de cooperação, a Comissão é assistida por um comité formado por representantes dos Estados-Membros e presidido pelo representante da Comissão.

O acompanhamento e a avaliação do projecto constitui premissa igualmente importante, ou seja, o programa é objecto de um acompanhamento permanente, realizado pela Comissão em cooperação com os Estados-Membros.

No âmbito deste projecto educativo europeu, a Etaproni tem realizado diversas actividades de interesse comum. O projecto caracteriza-se pelo envolvimento dos alunos em actividades de pesquisa e sintetização de informação sobre a problemática do ambiente. Aliás as emergentes preocupações ambientais, fomentaram a parceria estabelecida entre as escolas da Polónia, Itália, Suécia, Portugal e a Hungria, no sentido de confrontar e apreciar quais os problemas ambientais de cada país e estimular o intercâmbio entre culturas.

A Etaproni já incrementou actividades diversas de pesquisa de informação, também já desenvolveu uma campanha de comunicação, com dois públicos-alvo definidos, população em geral e crianças. Para aquele público-alvo desenvolveram-se diversos materiais sob o slogan “não te lixes para o lixo”, uma campanha num tom marcadamente agressivo. Relativamente à campanha para as crianças, os alunos do curso de Multimédia criaram uma personagem “ a Tânia”, uma criança com preocupações ambientais que, com a linguagem própria das crianças tenta incentivar os mais novos a reciclar e assim potenciarem um futuro melhor.

Para além destas actividades, os alunos do curso de Multimédia desenvolveram ainda diversas propostas de *Web Site* para o projecto, assim como diversas propostas de CDs interactivos.

5.2.4 SEGURANÇA

Quadro 35 – Segurança das Escolas – 2005/2006

Segurança das Escolas 2005/2006								
Níveis de Educação e Ensino	Estabelecimentos de Ensino	Segurança		Sistemas de Alarme	Medidas de Segurança Existentes			Guarda Nocturno
		B-Boa M-Média I-Insuficiente	Acessos para Deficientes		Iluminação Exterior	Saídas de Emergência	Planos de Evacuação	
Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim-de-infância	Escola E.B.1 de Alpalhão	Média	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
	Escola E.B.1 de Nisa	Média	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
	Escola E.B.1 de Tolosa	Média	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
	Escola E.B.1 de Arez	Média	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Escola Básica do 1º Ciclo	Escola E.B.1 de Montalvão	Média	Não	Não	Sim	Não	SIM	Não
Educação Pré-Escolar	Jardim-de-Infância de Monte do Duque	Média	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
Creche e Pré-Escolar	Santa Casa da Misericórdia de Nisa	Média	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos com Ensino Secundário	Escola EB 2,3/Sec de Nisa	Media	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Ensino Secundário	Escola Profissional de Nisa	Média	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não

Relativamente à segurança das escolas do Concelho de Nisa, e como se pode observar no caderno dos Equipamentos Colectivos, a integrar o PDM (Plano Director Municipal), no capítulo dos equipamentos de segurança, e em termos gerais, existem dois agentes da Guarda Nacional Republicana, que vigiam as escolas, apesar de considerarem ser insuficiente o número de efectivos, nesta matéria, encaram a situação de forma positiva, tendo em conta que é um concelho com um índice de criminalidade baixa.

Para além desta questão, a segurança nas escolas é considerada média. O acesso para deficientes é contemplado na maioria das escolas, com excepção das que se prevê o seu encerramento a curto e/ou médio prazo, visto serem escolas que não sofreram beneficiação e remodelação recente, verificando-se o mesmo nos sistemas de alarme.

A iluminação exterior e os planos de evacuação estão assegurados em todas as escolas, sendo este último da responsabilidade do sistema de ensino em causa.

No que diz respeito à existência de guarda nocturno apenas se verifica na Escola Básica 2,3 / Secundária.

5.2.5 Equipamentos

Os equipamentos educativos estão, naturalmente contemplados na lei de bases do sistema educativo. Este é o “conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade” (lei n.º 46/86, de 14 de Outubro de 1986).

A organização do sistema educativo institui a educação pré-escolar, a educação escolar (básico, secundário e superior) e a educação extra-escolar (alfabetização e educação de base, reconversão e aperfeiçoamento profissional). A estrutura da lei de bases do sistema educativo, para além dos princípios gerais e organizativos e da organização atrás referida, considera os recursos humanos e os recursos materiais (rede escolar e recursos educativos). Aprecia também, a administração do sistema educativo e o desenvolvimento e avaliação do sistema educativo.

Compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos escolares públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população. Aliás, o planeamento da rede de estabelecimentos escolares deve contribuir para a eliminação de desigualdades e assimetrias locais e regionais, de forma a assegurar a igualdade de oportunidade de educação e ensino a todas as crianças e jovens.

Os equipamentos educativos comportam os estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino, planeados em obediência aos princípios definidos pela Lei de Bases atrás citada. As instalações e equipamentos educativos são os recursos físicos do Sistema Educativo, programados e concedidos tendo em conta as exigências curriculares e pedagógicas dos diferentes níveis e graus de educação e ensino.

As instalações escolares exigem determinados critérios de aceitabilidade, tal como a flexibilidade e adaptabilidade, a eficiência e economia, a exigências e solicitações das sociedades e a qualidade. Este último critério circunscreve uma correcta localização e uma integração do meio envolvente. A qualidade passa também pela concepção arquitectónica e pela satisfação das exigências construtivas adequadas aos locais.

Relativamente à localização pretende-se uma complementaridade entre escolas e equipamentos urbanos, designadamente, com outras escolas, creches, ATL, bibliotecas, jardins, parques, equipamentos desportivos, centros de 3ª idade e outros equipamentos culturais e sociais. A localização das instalações escolares devem ter em linha de conta zonas consolidadas urbanisticamente, na relação casa/escola, com percursos fáceis e seguros (a pé e em transportes públicos). Desejam-se locais com condições de segurança e salubridade, isto é, as escolas não devem situar-se em zonas ou locais sob influência de fontes de vibração, ruídos, poeiras, maus cheiros, gases tóxicos, perigo de incêndio ou explosão, encostas perigosas, lixeiras. Aliás, os estabelecimentos de ensino existentes no concelho correspondem a estes critérios e condições pretendidas.

A qualidade da concepção arquitectónica permite dignificar a função educativa, facilitar a gestão escolar, induzir ao bem-estar, estimular o aproveitamento escolar dos alunos, o gosto e o respeito pela escola. A criação de instalações escolares exige um conforto ambiental, visto ser necessário ter em conta, a luminosidade, o calor e o conforto termo-higrométrico. O conforto obriga também privilegiar, simultaneamente a iluminação natural dos espaços e as acessibilidades com um conforto acústico.

No que diz respeito aos arranjos exteriores das instalações escolares, é essencial a qualidade paisagística e funcional, com zonas interligadas, para actividades distintas e simultâneas, com recreios cobertos e ao ar livre, parque lúdico, espaços polidesportivos e zonas ajardinadas. É também primordial o acesso a viaturas de emergência e de serviço, evitando o cruzamento com as zonas de recreio. Estas questões perfazem e são levadas em conta pelas escolas existentes no concelho.

O exterior das instalações escolares ambiciona uma segurança contra riscos inerentes ao uso normal, uma segurança relativa a aspectos de saúde e higiene, uma segurança contra incêndio (com meios de extinção, caminhos de evacuação, vias de acesso aos edifícios) e uma segurança aos sismos, com medidas de prevenção, protecção, educação e preparação dos alunos.

Como podemos observar na oferta e caracterização dos estabelecimentos de ensino do concelho, a maior parte respeita os critérios e as normas dos equipamentos educativos.

Relativamente aos Jardins-de-Infância, estão localizados nas instalações das EB 1, a irradiação é respeitada, a população base mínima de 20 crianças só não se verifica em Monte do Duque, daí que esta escola proceda ao seu encerramento para o ano lectivo seguinte (2006/2007). O critério de programação e dimensionamento é respeitado tendo em conta que o número de alunos não é muito elevado.

As escolas EB 1 do Concelho de Nisa, respeitam as normas exigidas para este nível de ensino, aliás como já foi referido, a beneficiação e reestruturação das escolas do 1º ciclo permitiram exactamente, o respeito pelas normas de programação apresentadas em seguida, em tabela.

A escola básica do 2º e 3º agrupa-se com o ensino secundário, no mesmo edifício escolar e a realidade é que este é antigo e não sofre remodelações significativas nos últimos anos, daí que se verifiquem algumas necessidades de reestruturação ao nível das infra-estruturas. Contudo, a sua função é assegurada, a irradiação é favorável e beneficia de transportes públicos de acordo com o horário dos alunos, como veremos no capítulo dos transportes que servem a comunidade educativa. O critério de programação do 2º e 3º Ciclo é cumprido, ou seja, para um mínimo exigido de 240 a 300 alunos, a escola tem 277 alunos (2005/2006).

O ensino secundário leccionado juntamente no mesmo edifício escolar com o 2º e 3º ciclo, também respeita a sua função. Contudo os critérios de programação não são suficientes, ou seja, para um mínimo exigido de 540 alunos, existem na escola apenas 89 alunos do secundário.

5.2.5.1 Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Educativos

Os equipamentos colectivos, neste caso, os de ensino e educação respeitam determinadas normas para a sua programação e caracterização. Em seguida são apresentadas tabelas, referentes aos vários níveis de ensino, com a irradiação, a população base, os critérios de programação, os critérios de dimensionamento e os critérios de localização que se pretende, em função do respectivo nível de ensino e educação apresentado.

Tabela 1 – Normas para a Programação e Caracterização dos Jardins-de-Infância

Ensino	Jardim-de-infância																				
Função	3-5 Anos ▪ Educação Pré-escolar ▪ Preferencialmente localizados nas instalações das EB 1; polivalentes e cantinas utilizados conjuntamente																				
Irradiação	▪ Preferencial: a pé, até 15 minutos ▪ Máxima aceitável: transportes colectivos, 20 minutos																				
População Base	▪ População Base: Mínimo – 900 habitantes / Máximo – 3600 habitantes ▪ População a Escolarizar: Mínimo consentido – 20 crianças / Máximo aceitável – 150 crianças																				
Critério de Programação	▪ Mínimo – 20 crianças por educador ▪ Máximo – 25 crianças por educador ▪ 1 Sala = 1 educador ▪ 1 Sala – em instalações de Escolas ou outros equipamentos sociais <table border="1" data-bbox="497 1106 1037 1308"> <thead> <tr> <th>Ref.</th> <th>Salas</th> <th>Crianças</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>JI</td> <td>2</td> <td>50</td> </tr> <tr> <td>JI</td> <td>3</td> <td>75</td> </tr> <tr> <td>JI</td> <td>4</td> <td>100</td> </tr> <tr> <td>JI</td> <td>5</td> <td>125</td> </tr> <tr> <td>JI</td> <td>6</td> <td>150</td> </tr> </tbody> </table>			Ref.	Salas	Crianças	JI	2	50	JI	3	75	JI	4	100	JI	5	125	JI	6	150
Ref.	Salas	Crianças																			
JI	2	50																			
JI	3	75																			
JI	4	100																			
JI	5	125																			
JI	6	150																			
Critério de Dimensionamento	▪ Área bruta de construção: 6 m ² /aluno ▪ Área de terreno: 16 m ² /aluno <table border="1" data-bbox="497 1375 1193 1733"> <thead> <tr> <th>Ab</th> <th>Terreno</th> <th>Terreno/Aluno</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>330 m²</td> <td>850 m²</td> <td>17 m²/aluno</td> </tr> <tr> <td>450 m²</td> <td>1200 m²</td> <td>16 m²/aluno</td> </tr> <tr> <td>580 m²</td> <td>1600 m²</td> <td>16 m²/aluno</td> </tr> <tr> <td>700 m²</td> <td>2000 m²</td> <td>16 m²/aluno</td> </tr> <tr> <td>830 m²</td> <td>2400 m²</td> <td>16 m²/aluno</td> </tr> </tbody> </table>			Ab	Terreno	Terreno/Aluno	330 m ²	850 m ²	17 m ² /aluno	450 m ²	1200 m ²	16 m ² /aluno	580 m ²	1600 m ²	16 m ² /aluno	700 m ²	2000 m ²	16 m ² /aluno	830 m ²	2400 m ²	16 m ² /aluno
Ab	Terreno	Terreno/Aluno																			
330 m ²	850 m ²	17 m ² /aluno																			
450 m ²	1200 m ²	16 m ² /aluno																			
580 m ²	1600 m ²	16 m ² /aluno																			
700 m ²	2000 m ²	16 m ² /aluno																			
830 m ²	2400 m ²	16 m ² /aluno																			
Critério de Localização	Garantir: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Inserção em zonas habitacionais e junto de outros equipamentos ▪ Rede de transportes públicos; ▪ Localização junto de percursos de rotina diária, sem tráfico intenso; ▪ Locais expostos a sul e boas condições de salubridade ▪ Segurança, abastecimento de água, electricidade, drenagem de esgotos, etc. ▪ Adequadas condições ambientais 																				

Fonte: DGOTDU, 2002

Tabela 2 – Normas para a Programação e Caracterização da Escola Básica (EB1)

Ensino	Escola Básica (EB1)																				
Função	6-9 Anos <ul style="list-style-type: none"> ▪ Função – Ministrar o 1º ciclo do Ensino Básico ▪ Estas escolas serão o aproveitamento das existentes para ampliação, e para substituição ou criação, se a proximidade de EB 2,3 o justificar; ▪ Não deve ser abrangida pelo raio de acção de outras escolas sub utilizadas ou em bom estado de conservação com o mesmo nível de ensino. 																				
Irradiação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preferencial: a pé (1 km) até 15 minutos ▪ Máxima aceitável: a pé, 1.5 km; transportes colectivos, até 40 minutos 																				
População Base	<ul style="list-style-type: none"> ▪ População Base: Mínimo – 2000 habitantes Máximo – 4500 habitantes ▪ População a Escolarizar: Mínimo consentido – 80 alunos (4 turmas) Máximo aceitável – 300 alunos (12 turmas) ▪ Admite-se este equipamento sempre que se conclua ser esta a solução mais adequada em termos de qualidade e de optimização de recursos físicos já implantados. 																				
Critério de Programação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mínimo – 20 alunos/turma ▪ Máximo – 25 alunos/turma ▪ 1 Sala = 1 turma <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th>Ref.</th> <th>Salas</th> <th>Crianças</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>EB1</td> <td>4</td> <td>100</td> </tr> <tr> <td>EB1</td> <td>6</td> <td>150</td> </tr> <tr> <td>EB1</td> <td>8</td> <td>200</td> </tr> <tr> <td>EB1</td> <td>12</td> <td>300</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>			Ref.	Salas	Crianças	EB1	4	100	EB1	6	150	EB1	8	200	EB1	12	300			
Ref.	Salas	Crianças																			
EB1	4	100																			
EB1	6	150																			
EB1	8	200																			
EB1	12	300																			
Critério de Dimensionamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Área bruta de construção: 6,2 m²/aluno ▪ Área de terreno: 18 m²/aluno <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th>Ab</th> <th>Terreno</th> <th>Terreno/Aluno</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>640 m²</td> <td>2200 m²</td> <td>22 m²/aluno</td> </tr> <tr> <td>930 m²</td> <td>2700 m²</td> <td>18 m²/aluno</td> </tr> <tr> <td>1220 m²</td> <td>3300 m²</td> <td>16,5 m²/aluno</td> </tr> <tr> <td>1700 m²</td> <td>44000 m²</td> <td>14,7 m²/aluno</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>			Ab	Terreno	Terreno/Aluno	640 m ²	2200 m ²	22 m ² /aluno	930 m ²	2700 m ²	18 m ² /aluno	1220 m ²	3300 m ²	16,5 m ² /aluno	1700 m ²	44000 m ²	14,7 m ² /aluno			
Ab	Terreno	Terreno/Aluno																			
640 m ²	2200 m ²	22 m ² /aluno																			
930 m ²	2700 m ²	18 m ² /aluno																			
1220 m ²	3300 m ²	16,5 m ² /aluno																			
1700 m ²	44000 m ²	14,7 m ² /aluno																			
Critério de Localização	Garantir: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Inserção correcta no tecido urbano. Proximidade a jardins públicos e a equipamentos sociais, culturais ou educativos ▪ Proximidade entre a escola e a residência dos alunos ▪ Rede de transportes ▪ Segurança nos percursos ▪ Abastecimento de água, electricidade, drenagem de esgotos, etc. ▪ Adequadas condições ambientais 																				

Fonte: DGOTDU, 2002

Tabela 3 – Normas para a Programação e Caracterização da Escola Básica (EB 2,3)

Ensino	Escola Básica (EB 2,3)																	
Função	10-14 Anos <ul style="list-style-type: none"> ▪ Função – Ministar o 2 e o 3º ciclo do Ensino Básico ▪ Não deve ser abrangida pelo raio de acção de outras escolas sub utilizadas ou em bom estado de conservação com o mesmo nível de ensino. 																	
Irradiação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preferencial: a pé – 1,5 km; 30 minutos ▪ Máxima aceitável: a pé, 2,2 km, 45 minutos; transportes colectivos, até 60 minutos 																	
População Base	<ul style="list-style-type: none"> ▪ População Base: Mínimo – 3800 habitantes Máximo – 7900 habitantes Máximo Recomendado – 6300 habitantes ▪ População a Escolarizar: Mínimo – 240 alunos (10 turmas) Máximo aceitável – 750 alunos (25 turmas) Máximo Recomendável – 600 alunos (25 turmas) 																	
Critério de Programação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preferencial – 24 alunos/turma ▪ Máximo – 30 alunos/turma <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; text-align: center;"> <thead> <tr> <th></th> <th>Ref.</th> <th>Salas</th> <th>Crianças</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Mínimo</td> <td>EB 2,3</td> <td>10</td> <td>240-300</td> </tr> <tr> <td>Máximo</td> <td>EB 2,3</td> <td>25</td> <td>600-750</td> </tr> </tbody> </table>				Ref.	Salas	Crianças	Mínimo	EB 2,3	10	240-300	Máximo	EB 2,3	25	600-750			
	Ref.	Salas	Crianças															
Mínimo	EB 2,3	10	240-300															
Máximo	EB 2,3	25	600-750															
Critério de Dimensionamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Área bruta de construção: 8,2 m²/aluno ▪ Área de terreno: 26 m²/aluno <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; text-align: center;"> <thead> <tr> <th>Ab</th> <th>Terreno</th> <th>Terreno/Aluno</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>3000 m²</td> <td>8300 m²</td> <td>27,7 m²/aluno</td> </tr> <tr> <td>3800 m²</td> <td>13300 m²</td> <td>29,6 m²/aluno</td> </tr> <tr> <td>5100 m²</td> <td>15700 m²</td> <td>26,2 m²/aluno</td> </tr> <tr> <td>5800 m²</td> <td>18200 m²</td> <td>24,3 m²/aluno</td> </tr> </tbody> </table>			Ab	Terreno	Terreno/Aluno	3000 m ²	8300 m ²	27,7 m ² /aluno	3800 m ²	13300 m ²	29,6 m ² /aluno	5100 m ²	15700 m ²	26,2 m ² /aluno	5800 m ²	18200 m ²	24,3 m ² /aluno
Ab	Terreno	Terreno/Aluno																
3000 m ²	8300 m ²	27,7 m ² /aluno																
3800 m ²	13300 m ²	29,6 m ² /aluno																
5100 m ²	15700 m ²	26,2 m ² /aluno																
5800 m ²	18200 m ²	24,3 m ² /aluno																
Critério de Localização	Garantir: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Inserção correcta no tecido urbano. Proximidade das zonas residenciais da população a servir, jardins, parques e restantes equipamentos ▪ Rede de transportes ▪ Segurança nos percursos ▪ Abastecimento de água, electricidade, drenagem de esgotos, etc. ▪ Adequadas condições ambientais 																	

Fonte: DGOTDU, 2002

Tabela 4 – Normas para a Programação e Caracterização da Escola Secundária (ES)

Ensino	Escola Secundária (ES)																							
Função	15-17 Anos <ul style="list-style-type: none"> ▪ Função – Ministar o Ensino Secundário (10º, 11º e 12º anos) ▪ Não deve ser abrangida pelo raio de acção de outras escolas sub utilizadas ou em bom estado de conservação com o mesmo nível de ensino. 																							
Irradiação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preferencial: a pé – 2 km; 30 minutos ▪ Máxima aceitável: a pé, 3 km, 50 minutos; transportes colectivos, até 60 minutos 																							
População Base	<ul style="list-style-type: none"> ▪ População Base: Mínimo – 12500 a 13300 habitantes Máximo – 25600 a 24000 habitantes ▪ População a Escolarizar: Mínimo – 390 alunos (18 turmas) Máximo – 1170 alunos (39 turmas) 																							
Critério de Programação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Máximo – 30 alunos/turma <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; text-align: center;"> <thead> <tr> <th></th> <th>Ref.</th> <th>Salas</th> <th>Crianças</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Mínimo</td> <td>ES</td> <td>18</td> <td>540</td> </tr> <tr> <td>Máximo</td> <td>ES</td> <td>39</td> <td>1170</td> </tr> </tbody> </table>				Ref.	Salas	Crianças	Mínimo	ES	18	540	Máximo	ES	39	1170									
	Ref.	Salas	Crianças																					
Mínimo	ES	18	540																					
Máximo	ES	39	1170																					
Critério de Dimensionamento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Área bruta de construção: 8,5 m²/aluno ▪ Área de terreno: 24 m²/aluno <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; text-align: center;"> <thead> <tr> <th>Ab</th> <th>Terreno</th> <th>Terreno/Aluno</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>5300 m²</td> <td>14500 m²</td> <td>26,9 m²/aluno</td> </tr> <tr> <td>5900 m²</td> <td>15000 m²</td> <td>23,8 m²/aluno</td> </tr> <tr> <td>6400 m²</td> <td>17000 m²</td> <td>23,6 m²/aluno</td> </tr> <tr> <td>7100 m²</td> <td>18000 m²</td> <td>20,0 m²/aluno</td> </tr> <tr> <td>8500 m²</td> <td>22000 m²</td> <td>20,4 m²/aluno</td> </tr> <tr> <td>9100 m²</td> <td>23000 m²</td> <td>19,7 m²/aluno</td> </tr> </tbody> </table>			Ab	Terreno	Terreno/Aluno	5300 m ²	14500 m ²	26,9 m ² /aluno	5900 m ²	15000 m ²	23,8 m ² /aluno	6400 m ²	17000 m ²	23,6 m ² /aluno	7100 m ²	18000 m ²	20,0 m ² /aluno	8500 m ²	22000 m ²	20,4 m ² /aluno	9100 m ²	23000 m ²	19,7 m ² /aluno
Ab	Terreno	Terreno/Aluno																						
5300 m ²	14500 m ²	26,9 m ² /aluno																						
5900 m ²	15000 m ²	23,8 m ² /aluno																						
6400 m ²	17000 m ²	23,6 m ² /aluno																						
7100 m ²	18000 m ²	20,0 m ² /aluno																						
8500 m ²	22000 m ²	20,4 m ² /aluno																						
9100 m ²	23000 m ²	19,7 m ² /aluno																						
Critério de Localização	Garantir: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Inserção em zonas habitacionais e junto de outros equipamentos (centros culturais, centros tecnológicos, parques desportivos, zonas verdes); ▪ Rede de transportes; ▪ Segurança nos percursos; ▪ Abastecimento de água, electricidade, drenagem de esgotos, etc; ▪ Adequadas condições ambientais. 																							

Fonte: DGOTDU, 2002

O agrupamento de escolas deve ter em conta, quanto à irradiação, as características orográficas, a rede de transportes, a existência de equipamentos, de apoio e a possibilidade de articulação funcional entre as escolas do agrupamento. Preferencialmente não deve ser ultrapassada a base concelhia. Aliás, a distância máxima aceitável entre os estabelecimentos extremos do agrupamento são, de transportes públicos, 15 km ou trinta minutos.

A população base e a abranger, do agrupamento de escolas é, no máximo, 6300 habitantes e o máximo aceitável é de 1000 alunos, respectivamente.

Os requisitos para a constituição de um Agrupamento dependem da existência cumulativa dos mesmos. Ou seja, dependem dos projectos pedagógicos comuns, dos percursos escolares integrados, da articulação curricular entre níveis e ciclos educativos, da proximidade geográfica. Os critérios dependem, também da garantia de que nenhum estabelecimento fique em condições de isolamento, da compatibilidade com os princípios orientadores do reordenamento da rede educativa concelhia e do parecer favorável da autarquia ou autarquias envolvidas.

Segundo as normas aqui descritas e exigidas para que a educação e a formação correspondam às directrizes pretendidas, os equipamentos educativos do Concelho de Nisa satisfazem e respeitam-se estas mesmas normas.

Os equipamentos educativos estão descritos e especificados no caderno dos equipamentos colectivos do Concelho de Nisa a integrar, igualmente a revisão do PDM.

5.2.6 INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

A definição de normas que condicionam a edificação de instalações desportivas, cujo cumprimento dependem das licenças de construção e utilização, são da competência do Governo. A este também compete o incremento da construção, da ampliação, do melhoramento e da conservação das instalações, sobretudo na comunidade escolar. Ao governo compete similarmente, assegurar nas instalações a construir, uma política que obedeça a critérios de segurança, de qualidade e de racionalidade demográfica, económica e técnica.

As comparticipações financeiras públicas para a construção e para o melhoramento dos equipamentos desportivos privados, constituem de igual forma, critérios de estrita necessidade e criam contrapartidas de interesse público, social e escolar, tal como a cedência gratuita de uso ou a gestão de equipamentos desportivos públicos por entidades privadas.

Relativamente ao ordenamento do território, no âmbito desportivo, estabelece-se que os instrumentos de gestão territorial devem prever a existência de infra-estruturas de utilização colectiva para a prática desportiva. Determina-se, também, que os espaços e as infra-estruturas que sejam licenciadas para a

prática desportiva (públicos e privados) não podem ter outro destino durante a vigência do plano em que se integrem.

5.2.6.1 Princípios orientadores da Lei de Bases do Sistema Desportivo

Os equipamentos colectivos estão contemplados na lei n.º 30/2004, de 21 de Julho. “A presente lei define as bases gerais do sistema desportivo e estrutura as condições e oportunidades para o exercício da actividade desportiva como factor cultural indispensável na formação plena da pessoa humana e no desenvolvimento da sociedade” (artigo 1º, 1). Aliás, importa transcrever o primeiro artigo, definindo o âmbito e a definição da lei de bases do desporto.

Como é apresentado, o “sistema desportivo é o conjunto de meios pelos quais se concretiza o direito ao desporto, visando garantir a igualdade de direitos e oportunidades quanto ao acesso e à generalização das práticas desportivas diferenciadas. O sistema desportivo desenvolve-se segundo uma coordenação aberta e uma colaboração prioritária e necessária entre a organização pública do desporto e os corpos sociais intermédios públicos e privados que compõem o sistema desportivo.”

Tendo em conta o âmbito e a aplicabilidade da presente lei, verifica-se que lhe estão associados determinados princípios orientadores, nomeadamente a universalidade (acesso de todos ao desporto), a não discriminação (em razão do sexo, raça ou etnia, religião, deficiência, idade ou orientação sexual), a solidariedade (responsabilidade colectiva, entre a actividade desportiva profissional e não profissional) e a equidade social (com uma justiça participativa e distributiva entre os mais e os menos favorecidos socialmente).

Para além dos princípios básicos acima indicados, outros merecem igual destaque e importância. O princípio da coordenação, que permite a articulação entre os sectores da administração pública central, regional e local, e entre as organizações públicas e privadas.

O princípio da descentralização, que possibilita a autonomia das instituições e a facilidade de parceria com as autarquias locais, constitui de igual forma, um princípio orientador da lei de bases do sistema desportivo. A par deste princípio, a intervenção pública, que complementa e subsidia, num contexto de partilha de responsabilidades, e o princípio da participação, que consente a participação dos interessados no planeamento, na gestão e na avaliação do sistema desportivo.

A lei de bases do sistema desportivo estabelece, também a autonomia e a relevância do movimento associativo, como contributo elementar para o desenvolvimento desportivo de uma determinada localidade e prevê, identicamente a continuidade territorial, como princípio orientador, no sentido de corrigir as desigualdades originadas pelo afastamento e a insularidade.

5.2.6.2 Condições de segurança dos espaços de jogo e recreio

O decreto-lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro regulamenta as condições de segurança a observar na localização, na implantação, na concepção e na organização funcional dos espaços de jogo e recreio.

O âmbito do presente decreto, está descrito no artigo segundo que estabelece o seguinte: “ este regulamento aplica-se a todos os espaços de jogo e recreio de uso colectivo, e respectivo equipamento e superfícies de impacto, destinado a crianças, qualquer que seja o local da implantação. Excluem-se do âmbito de aplicação deste diploma os recintos com diversões aquáticas”.

O decreto acima referido delibera que, quanto à localização e acessibilidade, os equipamentos desportivos não devem localizar-se em zonas ambientalmente degradadas, em zonas de carga, descarga e depósito de materiais ou outras zonas potencialmente perigosa e/ou em locais ruidosos, o que é o caso dos equipamentos educativos do Concelho de Nisa.

Prevê igualmente, que os equipamentos devem estar inseridos na rede de circulação de peões e na protecção contra o trânsito de veículos, com distâncias ao limite das vias ou estacionamento (10, 20 e 50 metros em relação a vias de acesso local, a vias de distribuição local e à restantes vias com maior intensidade de tráfego, respectivamente).

Para além disso, os equipamentos desportivos devem fornecer abrigo das intempéries, devem permitir a acessibilidade a todos os utentes, incluindo os de mobilidade condicionada, e devem facultar a facilidade de intervenção de meios de socorro.

O mobiliário urbano e as instalações de apoio devem comportar iluminação pública, bancos e recipientes para recolha de resíduos sólidos e devem proporcionar bebedouros e telefones públicos.

5.2.6.3 Equipamentos desportivos existentes no Concelho de Nisa



Pavilhão Gimnodesportivo de Nisa

Relativamente à actividade desportiva, o concelho é caracterizado por uma diversidade de equipamentos que servem a população. Para além dos equipamentos pertencentes à autarquia, outros existem, e a sua manutenção é fundamentalmente assegurado pela autarquia.

A tipologia é conformemente variada e múltipla. Os grandes campos de jogos são essencialmente campos de futebol, o de Nisa, Alpalhão e Tolosa.

Os pequenos campos de jogos são marcados pelos polidesportivos (Nisa e Alpalhão), pelos campos de basquete, campo de voleibol, andebol e ténis (existentes no Pavilhão Gimnodesportivo de Nisa).

Os pavilhões e salas de desporto encontram-se no pavilhão desportivo de Nisa, que é simultaneamente, pavilhão polivalente, ginásio e sala de desporto. Estes equipamentos desportivos servem a comunidade educativa do concelho.



Piscina Coberta de Nisa

Relativamente às piscinas municipais e ao pavilhão desportivo, estão organizados de forma a responder eficazmente às necessidades escolares, das instituições e população em geral. As piscinas municipais, compostas por uma coberta e outra descoberta

pretende envolver todas as instituições do concelho na prática de actividades aquáticas. A piscina descoberta tem sido alvo de algumas modificações de funcionamento com o intuito de garantir uma aderência durante a época em que estiverem abertas ao público (cerca de 15 000 utentes). Quanto à piscina coberta, esta aponta sobretudo para a prática de actividades aquáticas orientadas, nomeadamente, desporto escolar, idosos e outras.

Os equipamentos desportivos existentes no Concelho de Nisa, servem a comunidade educativa e contribuem, naturalmente para o bem-estar da população em geral e dos alunos em particular. Constituem uma forma equilibrada dos estudantes ocuparem o tempo, não só nas aulas de Educação Física, mas em actividades extra-curriculares, contribuindo, assim para que a sua formação ultrapasse a aquisição de conhecimentos, essencialmente teóricos e lhes forneça hábitos saudáveis de viver e de se integrar na sociedade onde vivem, influenciando assim evolução da sua formação.



Piscina Descoberta de Nisa

5.2.7 CULTURA E LAZER

Quadro 36 – Equipamentos de Lazer Existentes

Equipamentos e Lazer Existentes – 2005				
Equipamento	Quant.	Escolas que potencialmente serve	Dist. às escolas que serve máx. min	Acessos
Sala de espectáculos	1	Todas as do Concelho	20 min.	A pé / transportes públicos
Conferências e congressos	1	Todas as do Concelho	20 min.	A pé / transportes públicos
Ecrãs de cinema	1	Todas as do Concelho	20 min.	A pé / transportes públicos
Biblioteca Pública	1	Todas as do Concelho	20 min.	A pé / transportes públicos

Os equipamentos de cultura existentes no concelho, para servir a população encontram-se na sede do Concelho, em Nisa, e são marcados fundamentalmente pela Biblioteca Municipal de Nisa e pelo Cine-teatro de Nisa. Estes equipamentos são a forma mais directa de adquirir cultura e contribuir para o pleno desenvolvimento da população em geral, o que inclui, naturalmente a comunidade educativa.

A Biblioteca Municipal tem uma afluência significativa tendo em conta as ofertas que proporciona. Existe, no seu interior, para além das inúmeras referências bibliográficas, uma sala de leitura de jornais e revistas, uma sala de DVDs (música, filmes, documentários) e uma outra sala para diversos eventos (reuniões, conferências, exposições, etc.). Para além da população poder requisitar material do seu interesse tem também a oportunidade de navegar na Internet.

O Cine-teatro de Nisa oferece uma sala que poderá ser maximizada para inúmeros fins, tais como, cinema, teatro, espectáculos, entre outros.

Para além destes espaços, que contribuem directamente para a formação e para a educação da população do Concelho, existem outros que directa ou indirectamente influenciam esta mesma formação, como é o caso das associações existentes no Concelho. Seja de cariz cultural, desportivo ou social, as associações desenvolvem actividades diversas que permite a todos, ocuparem o seu tempo de forma marcadamente saudável e construtiva, no processo de crescimento e formação dos indivíduos. Existem associações juvenis, como é o caso da INJOVEM, com actividades direccionadas essencialmente para os jovens proporcionando-lhes actividades próprias, para as suas idades e fomentando o contacto com a natureza, ou seja, maximizando simultaneamente os recursos naturais existentes no concelho e desenvolvendo os recursos humanos do território em causa.

5.2.8 Transportes

Os alunos do Concelho de Nisa são transportados em vários tipos de viaturas, conforme as disponibilidades rodoviárias e as necessidades dos alunos, ou seja, os transportes que servem a comunidade educativa estão organizados de forma a corresponder aos horários dos alunos, para que estes não estejam muito tempo à espera, após terminarem as suas aulas diárias.

Os alunos da EB 2,3/S Professor Mendes dos Remédios, em Nisa, são transportados pela Rodoviária do Alentejo, por táxis e veículos camarários. Os alunos da ETAPRONI, são transportados em táxis, enquanto os alunos da EB1 e Jardins-de-infância são transportados em táxis e veículos camarários.

A Câmara Municipal de Nisa concede, no que diz respeito aos transportes escolares, um apoio aos alunos mais carenciados, ou seja, os alunos até ao 9º ano recebem a totalidade do valor de custo da sua deslocação, enquanto os alunos que frequentam o secundário possuem um subsídio que cobre 50% da sua deslocação. Estes benefícios são direccionados à Escola EB 2,3 Professor Mendes dos Remédios. Para além disso, a Câmara Municipal apoia, igualmente a ETAPRONI (Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Nisa) ao nível de transportes, em táxi, de alguns alunos, tendo em conta que os horários destes alunos ultrapassam os da Escola EB 2,3, acima referenciada.

O apoio e a parceria entre as escolas do concelho e a Câmara Municipal de Nisa são visíveis. Aliás o apoio concedido à Etaproni baseia-se, no que diz respeito aos transportes, num circuito de táxis por um lado, e no pagamento de 50% das vinhetas.

O circuito de táxis implica um custo anual considerável e no ano de 2004/05, por exemplo, a Etaproni entregou à CMN 12.567,50 euros, do circuito de táxis. No entanto, a previsão para o ano indicado rondava os 30 mil euros, gastando-se porém, mais de 40 mil euros. O circuito de táxis existe tendo em conta que é incompatível com o circuito horário rodoviário da Escola EB 2,3 de Nisa.

O circuito de táxis cobre não só o concelho de Nisa e o distrito de Portalegre, como também ultrapassa as fronteiras deste, em localidades que fazem “fronteira” com o nosso concelho, nomeadamente Vila Velha de Ródão (9 alunos), Monte da Pedra, Castelo de Vale Viteira e Comenda (5 alunos), Póvoa e Meadas (10 alunos), Gavião (5 alunos) e Alagoa, Fortios e Castelo de Vide (12 alunos).

Quadro 37 – Transportes da Pré-Primária e 1.º Ciclo do Ensino Básico

N.º Itinerário	Circuito	Tipo de Transporte	N.º km	N. de Alunos a Transportar			Preço Mensal	Preço Anual
				Pré-Primária	1.º Ciclo	Total		
1	Amieira Nisa	Táxi	17		2	2	950,00 €	8.550,00 €
2	Arês Nisa	Táxi	8		1	1	500,00 €	4.500,00 €
3	Amieira Arês	Táxi	9	7	6	13	500,00 €	4.500,00 €
4	Falagueira Monte Claro Nisa	Táxi	18	7	2	9	600,00 €	5.400,00 €
5	Pé da Serra Montalvão Nisa	Táxi	16		2	2	850,00 €	7.650,00 €
6	Nisa Duque	Veículo camarário	14		6	6	550,00 €	4.950,00 €
7	Monte Pardo Monte Duque	Veículo camarário	2	2		2	80,00 €	720,00 €
8	Monte Branco Nisa	Veículo camarário	6		1	1	250,00 €	2.250,00 €
9	Monte Matos Nisa	Táxi	12		1	1	650,00 €	5.850,00 €
10	Costa da Murta Nisa	Veículo camarário	8		1	1	750,00 €	6.750,00 €
11	Vila Flor Arês	Táxi	8		1	1	430,00 €	3.870,00 €

Actualizado, CMN – 2006

O transporte mais utilizado é o táxi, tendo em conta o horário, tempo de espera e idade das crianças. A estimativa do custo é baseada no preço do táxi, a 0,60€/km e do veículo camarário, a 0,44€/km x 22 dias.

Quadro 38 – Transportes Escolares da Escola E B 2,3 de Nisa

Circuito	Tipo de Transporte	N.º km	N. de Alunos a Transportar				Preço Mensal	Preço Anual
			2º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	Total		
Alpalhão Nisa	Rodoviária do Alentejo	12	17	31	17	65	2.800,00 €	25.200,00 €
Tolosa Nisa	Rodoviária do Alentejo	14	16	25	18	59	2.600,00 €	23.400,00 €
Amieira do Tejo Arêz Nisa	Rodoviária do Alentejo	25	8	9	5	22	700,00 €	6.300,00 €
Falagueira Monte Claro Nisa	Rodoviária do Alentejo	18	3	2	1	6	200,00 €	1.800,00 €
Arneiro Pardo e Duque Nisa	Rodoviária do Alentejo	25	1	5	5	11	800,00 €	7.200,00 €
Montalvão Salavessa Pé da Serra Nisa	Rodoviária do Alentejo	53	3	6	2	11	750,00 €	6.750,00 €
Monte Matos Nisa	Táxi	13	1			1	700,00 €	6.300,00 €
Costa da Murta Nisa	Veículo Camarário	8		1		1	750,00 €	6.750,00 €

Nota: transportes gratuitos até ao 9.º ano inclusive; horário escolar: 8h30/17h20

Estimativa de custos foi baseada na tabela do mês de Janeiro/05 por 9 meses.

Poderá surgir incompatibilidade de horários com a Rodoviária do Alentejo, pelo que será necessários circuitos de Táxi.

Quadro 39 – Transportes para Escolas Secundárias de Portalegre

N.º Itinerário	Circuito	Tipo de Transporte	N.º km	N. de Alunos a Transportar			Preço Mensal	Preço Anual
				S.Lourenço	Mouzinho da Silveira	Total		
1	Nisa Alpalhão Portalegre	Rodoviária de Portalegre	56	12		22	1.500,00 €	13.500,00 €
				10				
2	Tolosa Portalegre		32	2	1	3	300,00 €	2.700,00 €
3	Arneiro/Pardo Portalegre		48	-				
4	Amieira do Tejo Portalegre	46	1		1	95,00 €	855,00 €	
5	Salavessa Montalvão Portalegre	90	-					

Podem surgir incompatibilidades de horários com a Rodoviária do Alentejo, por parte dos alunos que residem em Arneiro, Pardo e Duque o que leva a recorrer a táxis. Contudo, os alunos que frequentam o

Ensino Particular e Superior não são abrangidos pelo desconto da vinheta, de acordo com o decreto-lei n.º 299/84

Quadro 40 – Transportes para a CERCÍ de Portalegre

n.º Itinerário	Circuito	Tipo de Transporte	N.º km	N. de Alunos a Transportar	Preço Mensal	Preço Anual
				CERCÍ		
1	Monte Arneiro	Veículo Camarário	28	1	1.600,00 €	14.400,00 €
	Monte Pardo		26	1		
	Amieira do Tejo		28	1		
	Nisa		12			
	Alpalhão					
2	Chão da Velha	Táxi	12	1	500,00 €	4.500,00 €
	Monte Claro		7	1		
	Nisa					
3	Monte Claro Amieira do Tejo Nisa Portalegre	Táxi	34	3	1.900,00 €	17.100,00 €

(Centro de Actividades Ocupacionais e APPCDN)

Nota: Horários adaptados ao longo do ano, tendo em conta as actividades desenvolvidas pelas Instituições Especiais.

Quadro 41 – Transportes para o Ensino Secundário Nocturno

N.º Itinerário	Circuito	Tipo de Transporte	N.º km	N. de Alunos a Transportar	Preço Mensal	Preço Anual
1	Nisa Arêz Tolosa Alpalhão Portalegre	Veículo Camarário	50	16	1.300,00 €	11.700,00 €
2	Alpalhão Nisa	Táxi	12		700,00 €	6.300,00 €
3	Tolosa Nisa	Táxi	14		750,00 €	6.750,00 €
4	Salavessa Nisa	Veículo Camarário	26	2	1.800,00 €	16.200,00 €

4.550,00€ 40.950,00 €

Quadro 42 – Transportes Escolares da Etaproni

N.º Itinerário	Circuito	Tipo de Transporte	N.º km	N. de Alunos a Transportar	Preço Mensal	Preço Anual
1	Póvoa e Meadas Nisa	Táxi	50	6	1.350,00 €	12.150,00 €
2	Serrasqueira Gavião de Rodão V. Velha de Rodão Nisa	Táxi	50	6	1.100,00 €	9.900,00 €
3	Comenda Monte Pedra Ferraria S. Bartolomeu Vale de Feiteira Nisa	Táxi	70	7	2.200,00 €	19.800,00 €
4	Castelo de Vide Nisa	Táxi	108	7	1.500,00 €	13.500,00 €
					6.150,00 €	55.350,00 €

A Etaproni paga a vinheta mensal aos alunos, no entanto, devido ao facto de alguns dias, o horário escolar não coincidir com a Rodoviária do Alentejo, a Câmara Municipal de Nisa apoia a Escola na deslocação dos alunos em táxi ou veículo camarário.

5.3 PROCURA DE EDUCAÇÃO E DE ENSINO

O objectivo deste ponto é analisar, no concelho e por agrupamento, a evolução recente da procura dos vários níveis de ensino.

Embora o estudo seja de base concelhia, pode ser necessário considerar os eventuais fluxos de alunos que, por diversas razões, se deslocam para concelhos limítrofes, ou vice-versa.

Com o alargamento previsto da escolaridade para 12 anos, o terceiro ciclo deve assumir, cada vez mais, um papel de catapulta para o ensino secundário, especialmente para as vias profissionalizantes.

5.3.1 Território Educativo do Concelho – 2005/2006

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Quadro 43 – Educação Pública Pré-Escolar, 2005/2006

Educação Pública Pré-Escolar do Concelho de Nisa – 2005/2006			
Nível de Ensino	Educadores	Alunos	Alunos Educador
Jardim-de-Infância de Alpalhão	2	36	18
Jardim-de-Infância de Nisa	1	25	25
Jardim-de-infância de Tolosa	1	23	23
Jardim-de-infância de Arez	1	10	10
Jardim-de-infância de Monte do Duque	1	15	15
Total	7	109	15,5

Quadro 44 – Educação Pré-Escolar – Santa Casa da Misericórdia de Nisa, 2005/2006

Educação Pré-Escolar 2005/2006			
Estabelecimento	Educadores	Alunos	Alunos Educador
Santa Casa da Misericórdia de Nisa	4	38	9,5
Total	4	38	9,5

ENSINO BÁSICO – 1º CICLO

Quadro 45 – Ensino Básico do 1º Ciclo do Concelho de Nisa, 2005/2006

Ensino Básico – 1º Ciclo – Concelho de Nisa – 2005/2006			
Estabelecimento	Alunos	Docentes	Alunos / Docente
Escola Básica do 1º Ciclo de Alpalhão	37	2	18,5
Escola Básica do 1º Ciclo de Nisa	162	10	16,2
Escola Básica do 1º Ciclo de Tolosa	33	2	16,5
Escola Básica do 1º Ciclo de Arez	10	1	10,0
Escola Básica do 1º Ciclo de Montalvão	5	1	5,0
Total	247	16	15,4

ENSINO BÁSICO – 2º E 3º CICLO

Quadro 46 – Ensino Básico do 2º e 3º Ciclo do Concelho de Nisa, 2005/2006

Ensino Básico – 2º e 3º Ciclo – Concelho de Nisa – 2005/2006			
Escola EB 2,3/S Prof. Mendes dos Remédios			
	Anos	Alunos	Docentes
2º Ciclo	5º Ano	52	18
	6º Ano	56	
3º Ciclo	7º Ano	74	23
	8º Ano	37	
	9º Ano	58	
Total	0	277	41

ENSINO SECUNDÁRIO

Quadro 47 – Ensino Secundário Público, Escola EB 2,3/ S Prof. Mendes dos Remédios, 2005/2006

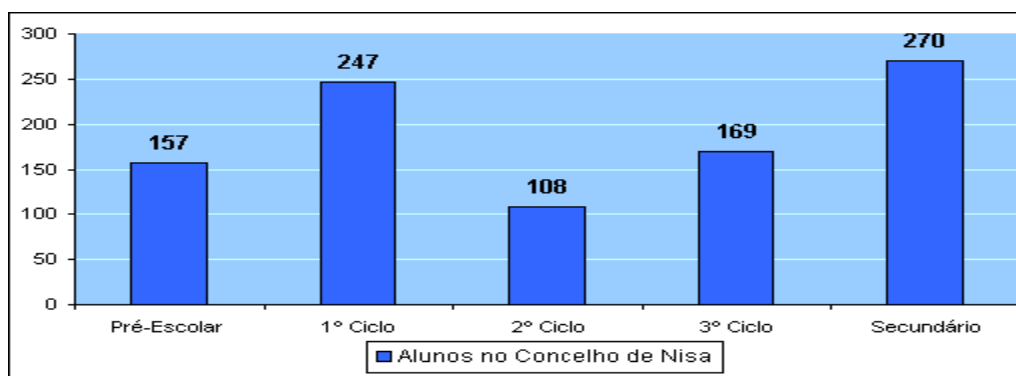
Ensino Secundário Público		
	2005/2006	
	Alunos	Docentes
10º Ano	34	12
11º Ano	27	
12º Ano	28	
Total	89	12

Quadro 48 – Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Nisa (ETAPRONI), 2005/2006

2005/2006	Cursos Existentes	Turmas	Alunos	
Nível III	Técnico de Informática de Gestão	1º Ano	22	
		2º Ano	17	
		3º Ano	15	
	Total do Curso		54	
	Animador Sociocultural/Desporto	1º Ano	16	
		2º Ano	19	
		3º Ano	13	
	Total do Curso		48	
	Técnico de Multimédia	1º Ano	23	
		2º Ano	14	
3º Ano		7		
Total do Curso		44		
Nível II	Técnico de Termalismo	1º Ano	22	
	Operador de Hidrobalneoterapia	1º Ano	13	
Total de Alunos da Escola		181		

Quadro 49 – Comunidade Educativa Total (Público e Privado) do Concelho de Nisa, 2005/2006

2005/2006		Alunos	Total
Pré-Escolar	Público	119	157
	Privado	38	
1º Ciclo			247
2º Ciclo	5º Ano	52	108
	6ª Ano	56	
3º Ciclo	7º Ano	74	169
	8º Ano	37	
	9º Ano	58	
Secundário	Público	89	270
	Privado	181	
Total			951

Gráfico 28 – Total de Alunos do Concelho de Nisa, 2005/2006

5.3.2 Evolução do Número de Alunos no Concelho de Nisa

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Quadro 50 – Evolução do Ensino Pré-Escolar, 1996/2006

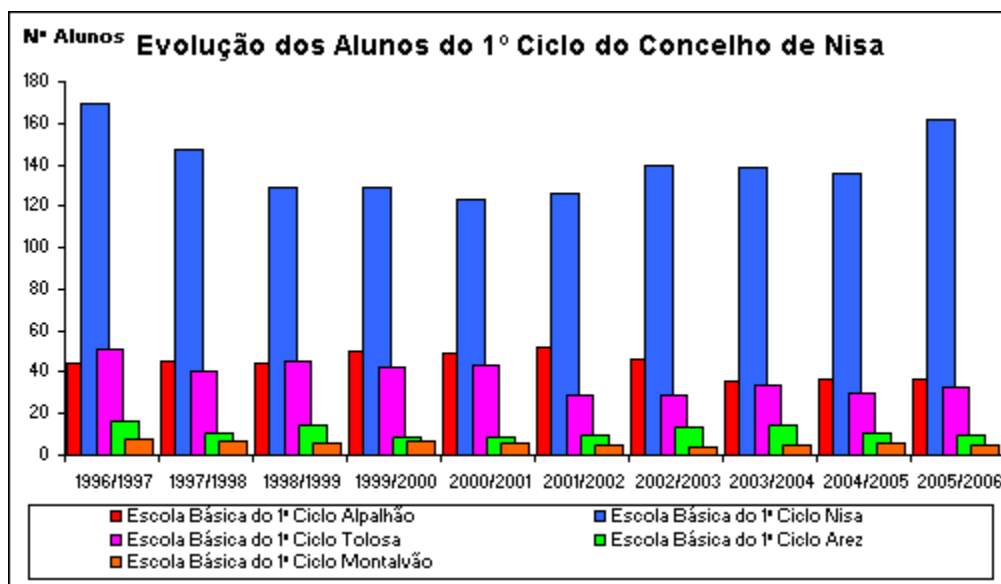
Evolução do Pré-Escolar		96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	% Δ 1996/2006
Público	Jardim-de-Infância de Alpalhão	35	33	37	24	24	26	28	29	26	36	0,03
	Jardim-de-Infância de Nisa	0	0	0	0	0	0	0	25	25	25	
	Jardim-de-infância de Tolosa	21	14	11	14	18	20	21	17	20	23	0,10
	Jardim-de-infância de Arêz	12	9	8	5	8	11	12	12	11	10	-0,17
	Jardim-de-infância de Monte do Duque	10	14	14	16	14	9	9	7	9	15	0,50
Total		78	70	70	59	64	66	70	90	91	109	0,40
P.C.I.	Centro Infantil da Stª Cª Misericórdia	50	75	75	75	75	75	75	69		38	-0,24
Total		128	145	145	134	139	141	145	159	91	147	0,15

ENSINO BÁSICO – 1º CICLO

Quadro 51 – Evolução do 1º Ciclo, 1996/2006

Estabelecimento	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	% Δ
	96/06										
Escola Básica do 1º Ciclo Alpalhão	44	45	44	50	49	52	46	36	37	37	-15,91%
Escola Básica do 1º Ciclo Nisa	169	147	129	129	123	126	140	139	136	162	-4,14%
Escola Básica do 1º Ciclo Tolosa	51	40	45	42	43	29	29	34	30	33	-35,29%
Escola Básica do 1º Ciclo Arez	16	11	14	9	9	10	13	14	11	10	-37,50%
Escola Básica do 1º Ciclo Montalvão	8	7	6	7	6	5	4	5	6	5	-37,50%
Total	288	250	238	237	230	222	232	228	220	247	-14,24%

Gráfico 29 – Evolução dos Alunos do 1º Ciclo, 1996/2006



ENSINO BÁSICO – 2º E 3º CICLO

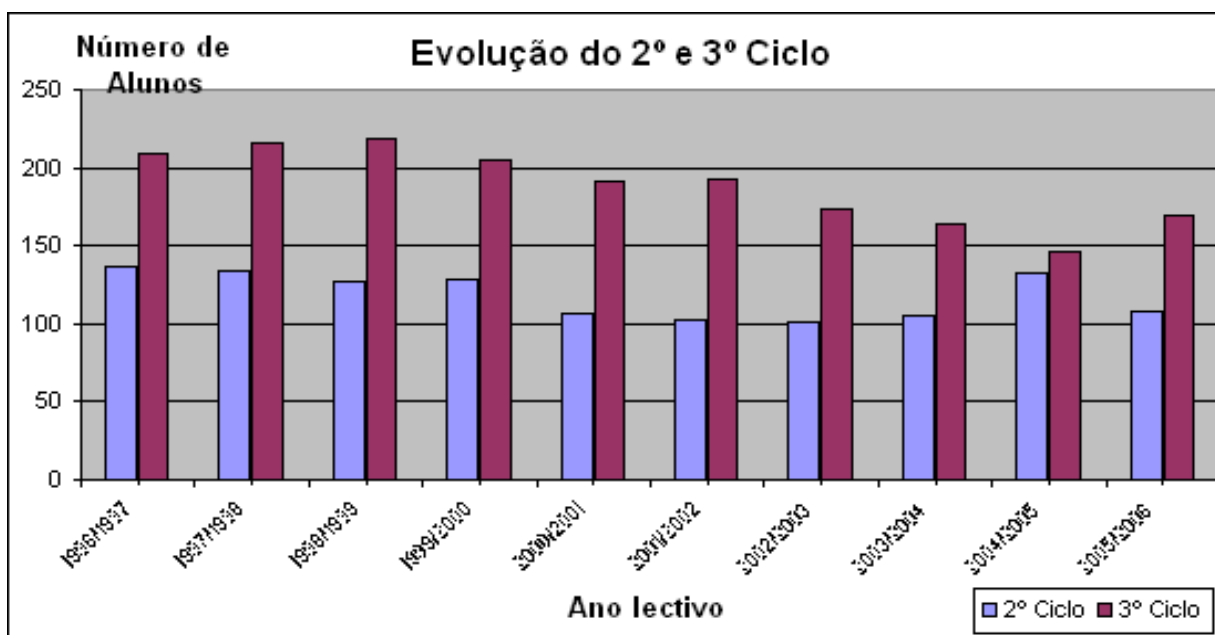
Quadro 52 – Evolução do 2º Ciclo, 1996/2006

Evolução do Nº de Alunos do 2º CEB do Concelho de Nisa											
Estabelecimento	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	% Δ
	96/06										
EB 2,3 / ES Prof. Mendes dos Remédios	117	114	112	117	98	94	100	105	132	108	-7,69%
Escola EBM n.º. 249 de Alpalhão	20	20	15	11	9	9	1	0	0	0	-100,00%
Total	137	134	127	128	107	103	101	105	132	108	-21,17%

Quadro 53 – Evolução do 3º Ciclo, 1996/2006

Evolução do Nº de Alunos do 3º CEB do Concelho de Nisa											
Estabelecimento	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	% Δ 96/06
EB 2,3 / ES Prof. Mendes dos Remédios	209	216	218	205	191	193	174	164	146	169	-19,14%

Gráfico 30 – Evolução dos Alunos do 2º e 3º Ciclo, 1996/2006



ENSINO SECUNDÁRIO

Quadro 54 – Evolução do nº de Alunos do Ensino Secundário Público, 1996/2006

Estabelecimento	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	% Δ 96/06
EB 2,3/S Prof. Mendes dos Remédios de Nisa	Cursos Gerais										
	141	142	154	131	118	99	104	92	90	89	-36,88%
	Cursos Tecnológicos										
	14	16									-100,00%
Total	155	158	154	131	118	99	104	92	90	89	-42,58%

Gráfico 31 – Evolução dos Alunos do Secundário Público, 1996/2006

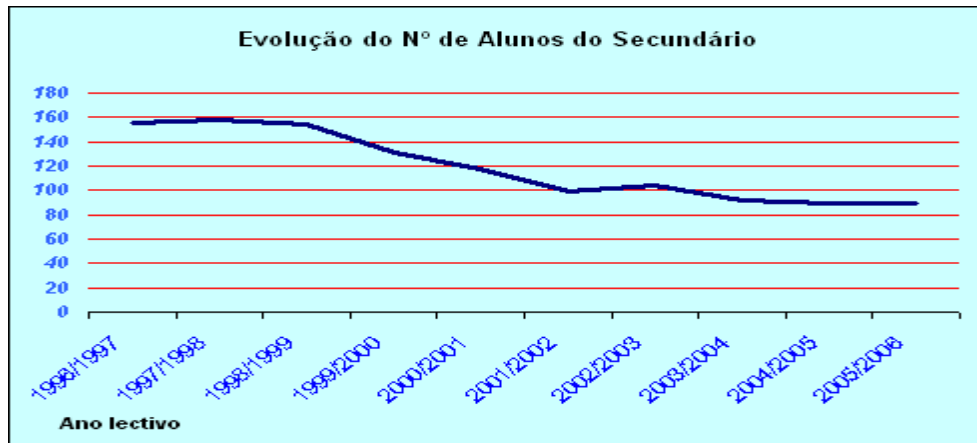
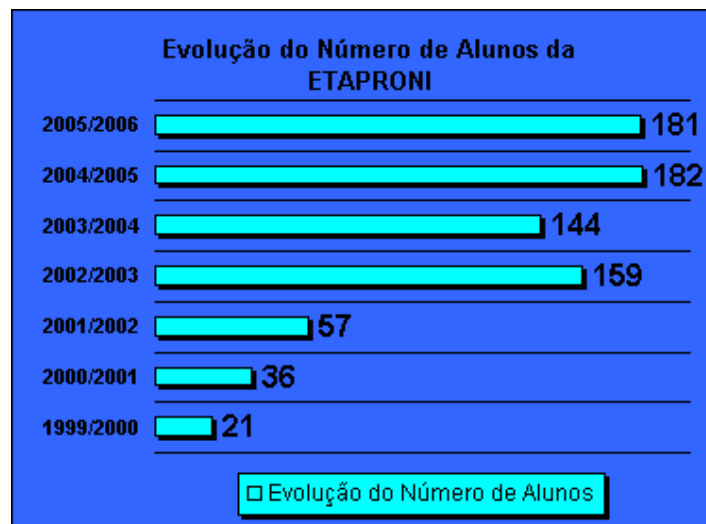


Gráfico 32 – Evolução dos Alunos da ETAPRONI, 1996/2006



5.3.3 Acção Social

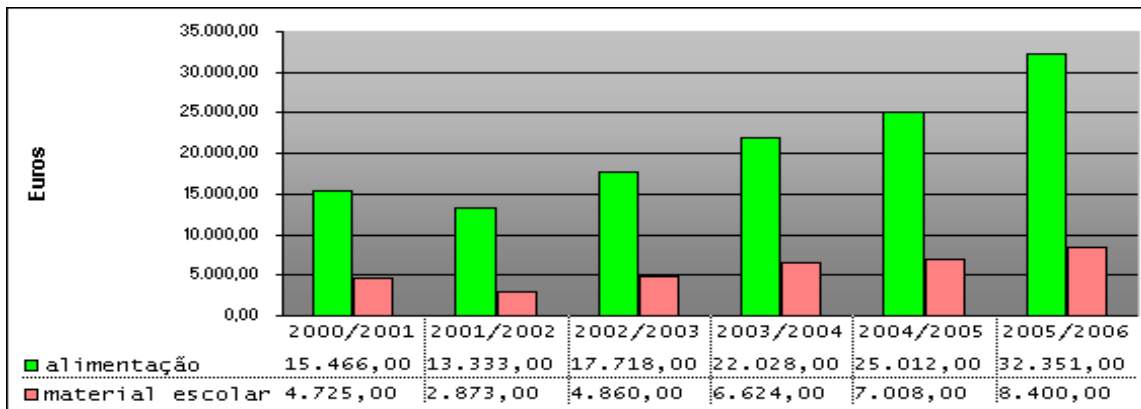
Conforme estabelece a legislação, compete aos órgãos municipais, no que se refere à rede pública, no domínio da educação “comparticipar no apoio às crianças da educação pré-escolar a aos alunos do ensino básico, no domínio da acção social escolar” (artigo 19.º da Lei n.º 158/99 de 14 de Setembro).

Para além desta especificação, compete também aos Conselhos Municipais de Educação deliberar, entre outras matérias, sobre “a adequação das diferentes modalidades de acção social escolar às necessidades locais, em particular no que se refere aos apoios sócio-educativos, à rede de transportes escolares e à alimentação” (Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro).

A Câmara Municipal de Nisa comporta, claramente uma política de acção social concertada e sustentável, tendo em conta o envolvimento em parcerias e protocolos com serviços centrais, nomeadamente, projectos com a Segurança Social, com o Instituto de Emprego e com o Instituto Nacional de Habitação. No que diz respeito à educação, e à luz do princípio da igualdade de oportunidades, os filhos dos casais carenciados têm usufruído dos subsídios da acção social escolar, tanto em alimentação como em material escolar.

Quadro 55 – Acção Social Escolar

Ano	Total	Alimentação	Material Escolar
2000/2001	20 191€	15 466€	4 725€
2001/2002	16 206€	13 333€	2 873€
2002/2003	22 578€	17 718€	4 860€
2003/2004	28 652€	22 028€	6 624€
2004/2005	32 020€	25 012€	7 008€
2005/2006	40 751€	32 351€	8 400€

Gráfico 33 – Acção social Escolar, Alimentação/Material Escolar, de 2000 a 2006

Como podemos observar no quadro acima representado, a acção social conferida à educação cresceu tendencialmente nos últimos seis anos, com excepção no ano 2001/2002, com o investimento a ser maioritariamente dirigido à alimentação, com cerca de 79% do total de investimentos, contra cerca de 21% daquele que é dirigido ao material escolar.

6 Previsão e Evolução do Número de Alunos do Concelho de Nisa

6.1 ENQUADRAMENTO NACIONAL

A previsão e a evolução do número de alunos no concelho de Nisa é clara, e vai exactamente no sentido do retrato a nível nacional, quando a tendência é marcadamente um decréscimo da comunidade escolar, tendo em conta o decréscimo populacional existente e verificado nos últimos anos no Concelho de Nisa, um concelho profundamente envelhecido, como podemos constatar no enquadramento territorial apresentado na presente carta educativa.

Para além disso, o Governo admite que o ensino secundário pode vir a perder 80 mil alunos nos próximos cinco anos, por razões de ordem demográfica ligadas à redução da taxa de natalidade. A previsão foi avançada, em Braga, pelo ministro da Educação, David Justino, no encerramento do Encontro Nacional de Professores em 2003. O Anuário Estatístico de Portugal 2004, edição de 2005, revela observações concretas sobre a tendência e as realidades dos últimos anos, em termos de crescimento da população e do envelhecimento que se verifica grandemente em Portugal. Anuncia igualmente que, ao contrário da tendência crescente da fecundidade entre 1995 e 2000, desde 2000 têm vindo a nascer menos crianças em Portugal.

Para além disso, mostra que a variação substancial nos padrões demográficos da população portuguesa tem implicações em várias outras dimensões da vida nacional. Uma destas dimensões prende-se com a diminuição sensível do número de alunos nos ensinos básico e secundário.

Contudo, cerca de 70% das crianças entre os 3 e os 6 anos de idade frequentam o ensino pré-escolar, aumentando aproximadamente em 44 000 o número de alunos matriculados, na oferta pública desse nível, entre os anos lectivos de 1990/91 e 2003/04.

Todavia, observa-se ainda que a percentagem dos jovens entre os 20 e os 24 anos em 2004 que concluíram, pelo menos, o ensino secundário é somente de 49%. No mesmo ano, esse indicador foi 73,8% na União Europeia dos quinze e 76,7% na União Europeia dos vinte e cinco.

Relativamente aos índices de envelhecimento, verifica-se não só que a dimensão do grupo dos idosos é superior à do grupo dos jovens já desde 2000, mas também que a relação entre eles se tem vindo a desequilibrar progressivamente.

Outro indicador relevante é o número de pensões de velhice em Portugal que tem crescido a um ritmo considerável: cerca de 1,3% por ano, em média, entre 1995 e 2004, ano em que ultrapassou os 1,7 milhões, demonstrando o considerável índice de envelhecimento elevado, em Portugal. Ou seja, a idade efectiva de reforma em Portugal situa-se abaixo da idade mínima padrão (65 anos): em 2001, para os homens, era de 62,3 anos, em média, subindo para 63,7 anos em 2003; contudo, neste mesmo ano (2003), no contexto europeu, Portugal foi o segundo país com uma idade média efectiva de reforma mais elevada.

6.2 PROJEÇÃO DEMOGRÁFICA DO CONCELHO DE NISA E PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR ATÉ 2011

Antes de qualquer projecção demográfica é necessário efectuar uma análise da evolução da população em estudo, no passado, os volumes e ritmos de crescimento, a distribuição da população, as estruturas demográficas e efectuar o enquadramento a nível económico, social, cultural e educacional.

No que se refere a este estudo da população do concelho de Nisa, foi feita uma análise da taxa de crescimento anual média de 1981 a 1991 e de 1991 a 2001 e uma análise pormenorizada da evolução da população no período de 1991 a 2001, através dos ritmos de crescimento, dinâmicas demográficas e a estrutura da população, para posteriormente se poder avançar com os níveis de projecção que se enquadram nos cenários para a população deste concelho e chegarmos aos números projectados até 2011.

6.1.1 CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DO CONCELHO DE NISA DE 1991 A 2001

a) Evolução Demográfica da População de Nisa, de 1981 a 2001

Quadro 56 – População Residente no Concelho de Nisa, 1981/2001

1981	1991	2001
10731	9864	8585

(Fonte: Recenseamento Geral da População, Censos, INE)

Da análise do quadro acima apresentado podemos verificar que a população em 1981 era de 10731 residentes, em 1991 reduziu para 9864 e em 2001 registou-se um decréscimo da população para 8585 residentes. No entanto, na década de 1991-2001 o decréscimo foi maior, em números absolutos a população “perdeu” 1279 residentes, do que na anterior década.

b) Volumes e Ritmos de Crescimento

Na caracterização demográfica, relativamente aos aspectos globais da população do Concelho de Nisa, o ponto de partida é 1981, para analisar taxa anual média de crescimento, mas 1991 é realmente o ponto de partida, uma vez que os dados que se referem a este período e a análise destes vão reforçar os comentários e as tendências da população do Concelho de Nisa, dando uma maior consistência e coerência à análise prospectiva.

Para se analisar o volume e ritmo de crescimento do concelho de Nisa, calcula-se a taxa de crescimento médio para os seguintes anos:

10731.....9864.....8585
 (1981) (1991) (2001)

(Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE)

Taxa Crescimento Anual Média: $\log (P_n/P_x) = 10 \log (1+a)$ **1981 - 1991**

$$\log (9864/ 10731) = 10 \log (1+a)$$

$$a = - 0,8\%$$

1991 - 2001

$$\log (8585/ 9864) = 10 \log (1+a)$$

$$a = - 1,4\%$$

Ao analisar os valores das taxas de crescimento anual médio para os dois períodos referidos, constata-se que reflectem o mesmo ritmo de crescimento, sendo negativo. Enquanto no período de 1981 a 1991, em cada ano, por cada cem pessoas há uma diminuição de 0,8% e em termos efectivo há um decréscimo de 867 pessoas e de 1991 a 2001 registou-se também uma diminuição evidente de 1279 efectivos, sendo uma taxa de – 1,4%.

c) Crescimento Total, Natural e Migratório

Uma vez que se vai considerar o período de 1991 a 2001 para avançar para a projecção demográfica, considerou-se uma análise mais pormenorizada da população do concelho de Nisa, neste período.

Quadro 57 – Nados-Vivos e Óbitos, por Género, no Concelho de Nisa de 1990 a 2004

	Nados-vivos		Óbitos	
	H	M	H	M
1990	34	33	85	64
1991	20	21	102	94
1992	25	26	118	94
1993	27	23	110	95
1994	13	27	100	79
1995	32	26	92	77
1996	26	18	108	104
1997	24	39	105	94
1998	26	22	88	102
1999	32	26	106	88
2000	32	29	90	81
2001	20	27	96	91
2002	25	36	88	84
2003	26	31	85	101
2004	24	20	101	91

(Fonte: Estatísticas Demográficas, INE)

	1991	2001
População Total	9864	8585
Nascimentos	41	47
Óbitos	196	187
Óbitos c/menos 1 ano	0	0

Taxa Bruta de Natalidade (1991) = 4,16 ‰

Taxa Bruta de Natalidade (2001) = 5,48 ‰

Taxa Bruta de Mortalidade (1991) = 19,9 ‰

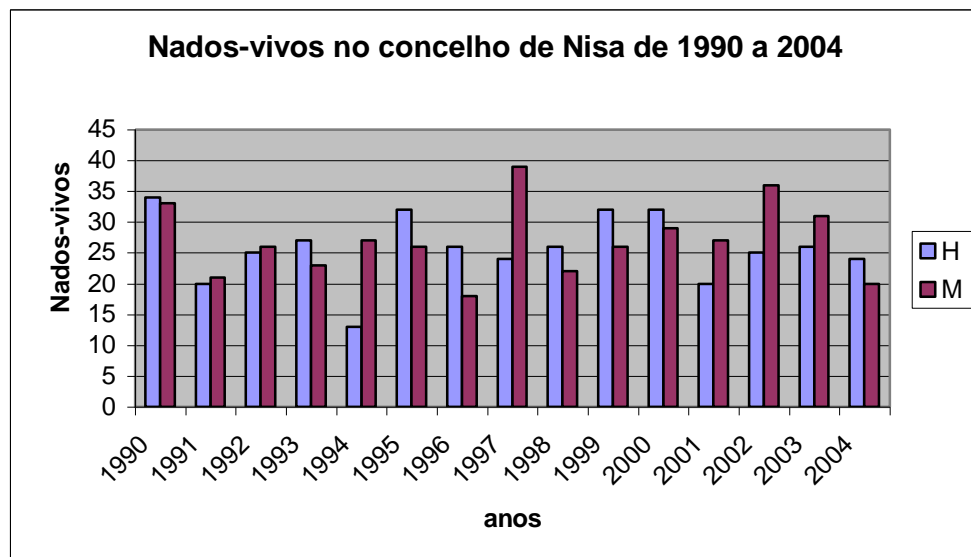
Taxa Bruta de Mortalidade (2001) = 21,8 ‰

Taxa Bruta de Mortalidade Infantil (1991) = 0 ‰

Taxa Bruta de Mortalidade Infantil (2001) = 0 ‰

Verifica-se que a TBN aumentou de 1991 para 2001, enquanto que em 1991 nasceram 4,16 bebés em cada mil em 2001 aumentou para 5,48. O mesmo se regista em relação à TBM, que aumento de 1991 para 2001. A salientar, que o Concelho de Nisa tem uma taxa bruta de mortalidade infantil igual a zero, característica demográfica dos países desenvolvidos.

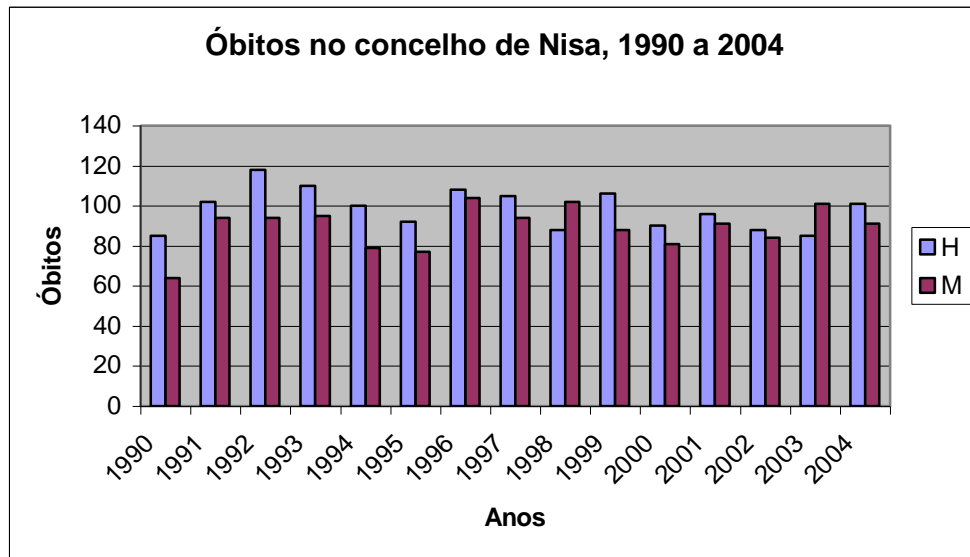
Gráfico 34 – Nados-Vivos do Concelho de Nisa, 1990 a 2004



Ressalta o ano de 1990, em que se registou um nº elevado de nascimentos dos dois sexos, nos anos seguintes diminuíram, tendo-se registado um aumento significativo dos nascimentos do sexo masculino em 1995 e do sexo feminino em 1997. De 1998 a 1999 os nascimentos voltam a ter um aumento significativo, voltando a diminuir desde 1999 a 2004; enquanto se verifica que o nº de nascimentos

femininos teve um aumento relevante de 2001 para 2002, entrando no mesma tendência do sexo oposto, decréscimo dos nascimentos até 2004.

Gráfico 35 – Óbitos do Concelho de Nisa, 1990 a 2004



Em relação ao nº de óbitos registados de 1990 a 2004, têm registado números superiores a 1990, mantendo-se entre os 80 e os 100 por sexo. Sobressai, também o maior número de óbitos do sexo masculino em relação ao feminino, excepto em 1998 e 2003 em que se registaram um maior número de óbitos do sexo feminino.

No que se refere ao período de 1991 a 2001, após análise do número de nados-vivos e óbitos, importantíssima para calcular taxas de crescimento natural e migratória, registaram-se:

Nascimentos = 561

Óbitos = 2114

Crescimento Natural = Nascimentos – Óbitos

Crescimento Natural = 561-2114

Crescimento Natural = -1553

Deste modo as taxas de crescimento referentes ao período 1991/2001 são as seguintes:

$$\text{TCN} \leftrightarrow \text{Log} (\text{Px}+\text{N}-\text{O}/\text{Px}) = n \log (1+a)$$

$$\text{TCN} \leftrightarrow \text{Log} (9864+561-2114/9864) = 10 \log (1+a)$$

$$\text{TCN} \leftrightarrow a = -1,7\%$$

$$\text{TCT} \leftrightarrow -1,4\%$$

$$\text{TCM} = \text{TCT} - \text{TCN}$$

$$\text{TCM} = -1,4\% - (-1,7\%)$$

$$\text{TCM} = 0,3\%$$

Da análise das taxas de crescimento desde 1991 a 2001 verifica-se que o crescimento total é negativo, sendo de -1,4% e que a taxa de crescimento natural anual média, isto é, a taxa de crescimento que considera a população de 1991, com os nascimentos de 1991 a 2001 e os óbitos também é negativa mas um pouco mais alta de -1,7%. No entanto, a taxa de crescimento migratório é positiva de 0,3%, ou seja, o que faz com que a população de 1991 a 2001 não tenha diminuído mais é a entrada de pessoas de outros concelhos que se fixam em Nisa.

d) Estruturas Demográficas da População do Concelho de Nisa em 2001

Quadro 58 – População por Grupos de Idades no Concelho de Nisa, 2001

G. Idades	H	M	HM	H (%)	M (%)	RM ³³
0-4	138	143	281	1,6	1,7	96,5
5-9	119	129	248	1,4	1,5	92,3
10-14	164	144	308	1,9	1,7	113,9
15-19	202	167	369	2,4	2,0	121,0
20-24	236	219	255	2,8	2,6	107,8
25-29	217	203	420	2,5	2,4	106,9
30-34	238	197	435	2,8	2,3	120,8
35-39	247	225	472	2,9	2,6	109,8
40-44	233	200	433	2,7	2,3	116,5
45-49	243	222	465	2,8	2,6	109,5
50-54	228	235	463	2,7	2,7	97,0
55-59	202	265	467	2,4	3,1	76,2
60-64	301	379	680	3,5	4,4	79,4
65-69	380	459	839	4,4	5,4	82,8
70-74	340	426	766	4,0	5,0	79,8
75+	616	868	1484	7,2	10,1	71,0
TOTAL	4104	4481	8585	47,9	52,2	91,6

(Fonte: Recenseamento Geral da População de 2001, INE)

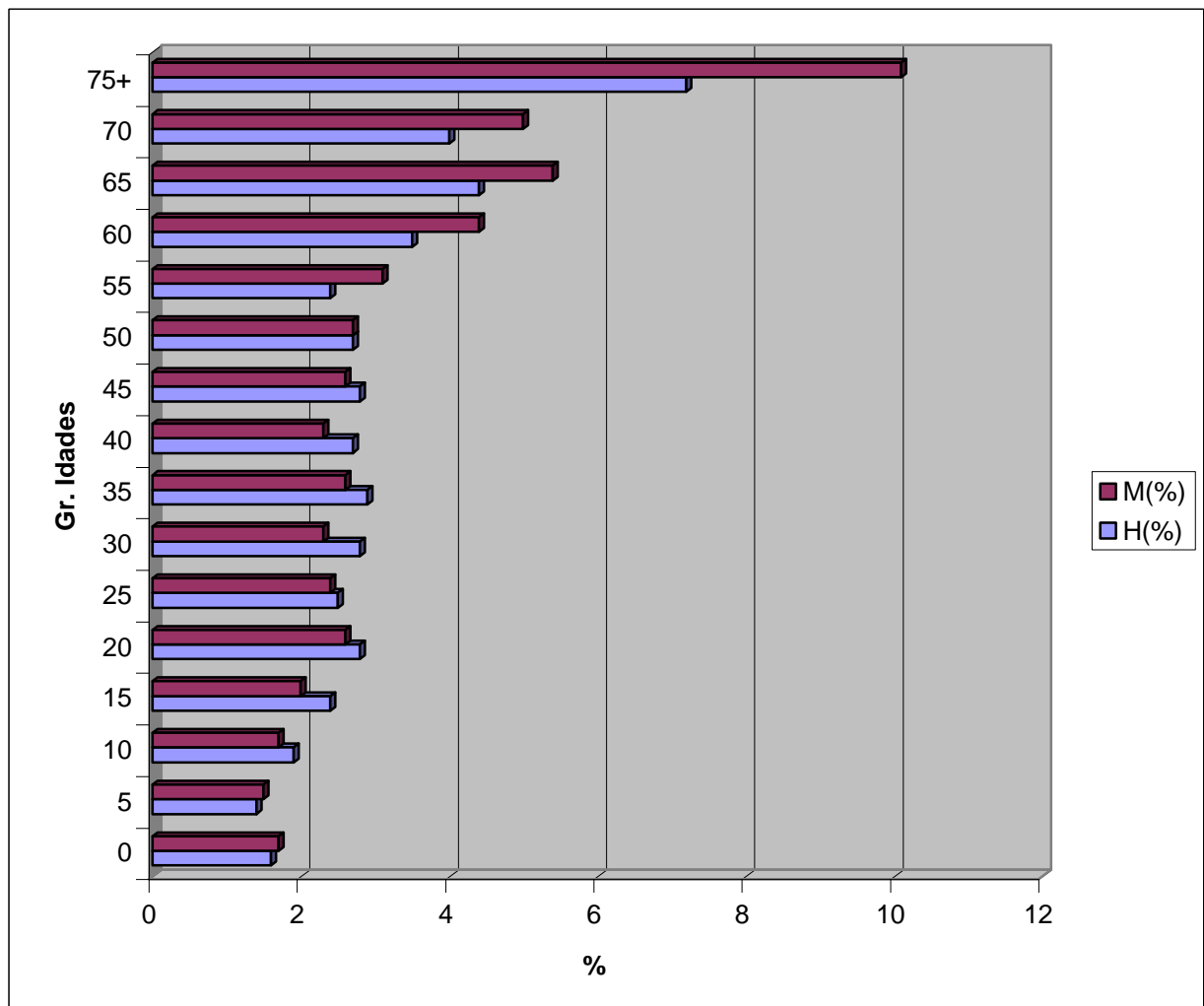
Este quadro, mostra a realidade da população de Nisa, o “envelhecimento demográfico” é bastante acentuado, a partir do grupo dos 60 anos e a evidenciar os grupos etários dos 25 aos 59, dentro da

³³ Relação de Masculinidade
Elaborada por: Florinda Fortunato

população activa que também tem maior percentagem em relação aos grupos jovens, o que vem agravar o “envelhecimento da população”, num cenário de «tendência pesada natural». Na última coluna, das relações de masculinidade, não se verificam os “normais 105 nascimentos masculinos para 100 femininos”, o mesmo se verifica no grupo dos 5-9 anos, invertendo-se a partir do grupo dos 10-14 até ao dos 45-49 anos, havendo uma maior percentagem de homens em relação às mulheres. De uma forma geral, a tendência é para que o valor das relações de masculinidade diminua, à medida que avançamos nos grupos de idades, na população de Nisa, a partir do grupo etário dos 50-54, que se identifica como efeito da sobremortalidade masculina, registando-se um maior número de mulheres.

Depois da análise dos nados-vivos e da população por grupos de idades de 2001 já se pode avançar com a Taxa de Fecundidade Geral, que é uma medida demográfica que vai ajudar ao nível da projecção, para se ter a noção de quantas mulheres em idade fértil (15-49 anos) podem contribuir para o aumento da taxa de natalidade; assim temos uma TGF igual a 32,8%0, sendo relativamente baixa, o grupo de mulheres em idade fértil é significativo, no entanto como existem medidas contraceptivas, a taxa é baixa.

Gráfico 36 – Percentagem, por Grupos de Idade em 2001



Ao observar este gráfico (pirâmide de idades), é evidente o “envelhecimento no topo”, o que significa que não há rejuvenescimento na base, os nascimentos têm diminuído. Mais uma vez se verifica que os valores

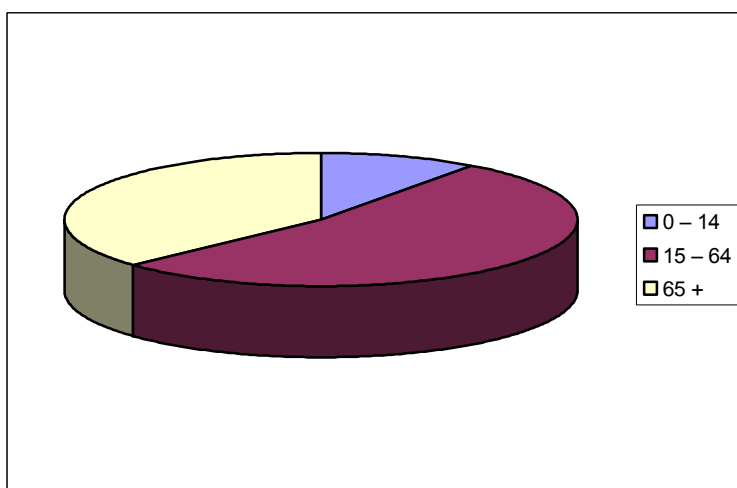
das relações de masculinidade vão diminuindo, havendo um maior número de mulheres nos últimos grupos de idades, a partir dos 50-54, mas é mais notório a partir dos 55 anos em diante.

Em análise demográfica, é importante analisar por grupos de idades de 5 em 5 anos, como se faz através das pirâmides de idades, no entanto, para se ter uma visão mais rápida da diversidade e evolução das estruturas, pode-se optar através de grupos funcionais, como se pode analisar nos quadros e gráfico seguintes:

Quadro 59 – Grupos Funcionais do Concelho de Nisa, 2001

0 – 14	837
15 – 64	4459
65 +	3089
Total	8585

Gráfico 37 – Grupos Funcionais do Concelho de Nisa, 2001



No concelho de Nisa, como se observa, a percentagem da população em idade activa é muito superior à dos jovens e à dos idosos, e esta superior à do grupo dos 0 aos 14 anos, assim, a tendência é de envelhecimento da população.

Quadro 60 – Índice-Resumo do Concelho de Nisa, 2001

% Jovens	9,8
% Activos	51,9
% Idosos	36,0
Índice de Juventude	27,1
Índice de Envelhecimento	69,3
Índice de Dependência dos Jovens	18,8
Índice Dependência dos Idosos	69,3
Índice de Dependência Total	88,1
Índice de Juventude da Pop. Activa	77,8
Índice de Renovação da Pop. Activa	58,9
Índice de Longevidade	48,0

Verifica-se, portanto, através do índice de juventude que em cada cem idosos existem 27,1 jovens, mais um indicador do envelhecimento da população de Nisa em 2001, o mesmo se verifica no índice de envelhecimento, em que em cada 100, potencialmente activos existem 69,3 idosos. Através do índice de dependência dos jovens verificamos que, em cada 100 potencialmente activos, existem 18,8 jovens, ou seja, estes são “sustentados” pelos que estão em idade activa, sendo um número relativamente baixo quando comparado com o índice de dependência dos idosos em que 69,3 idosos são “sustentados” por cada 100 dos activos (o problema da sustentabilidade da segurança social).

Em relação à dependência total verificamos que, em cada 100 activos dependem 88,1 idosos e jovens. No concelho de Nisa verifica-se que o envelhecimento da população activa, é alto como se pode analisar através do índice de juventude da população activa; o volume potencial da população que está a entrar em actividade é quase metade do que está a entrar na reforma. Por último, a longevidade é de 48, o que mais uma vez comprova a tendência do envelhecimento da população do concelho de Nisa.

Em suma, a população do concelho de Nisa tem um grande peso a nível dos que estão em idade activa, seguida do grupo dos idosos, tendo o grupo dos jovens menos relevância, sinónimo de envelhecimento demográfico.

6.1.2 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO/PROJECÇÃO DA POPULAÇÃO DE NISA EM 2011

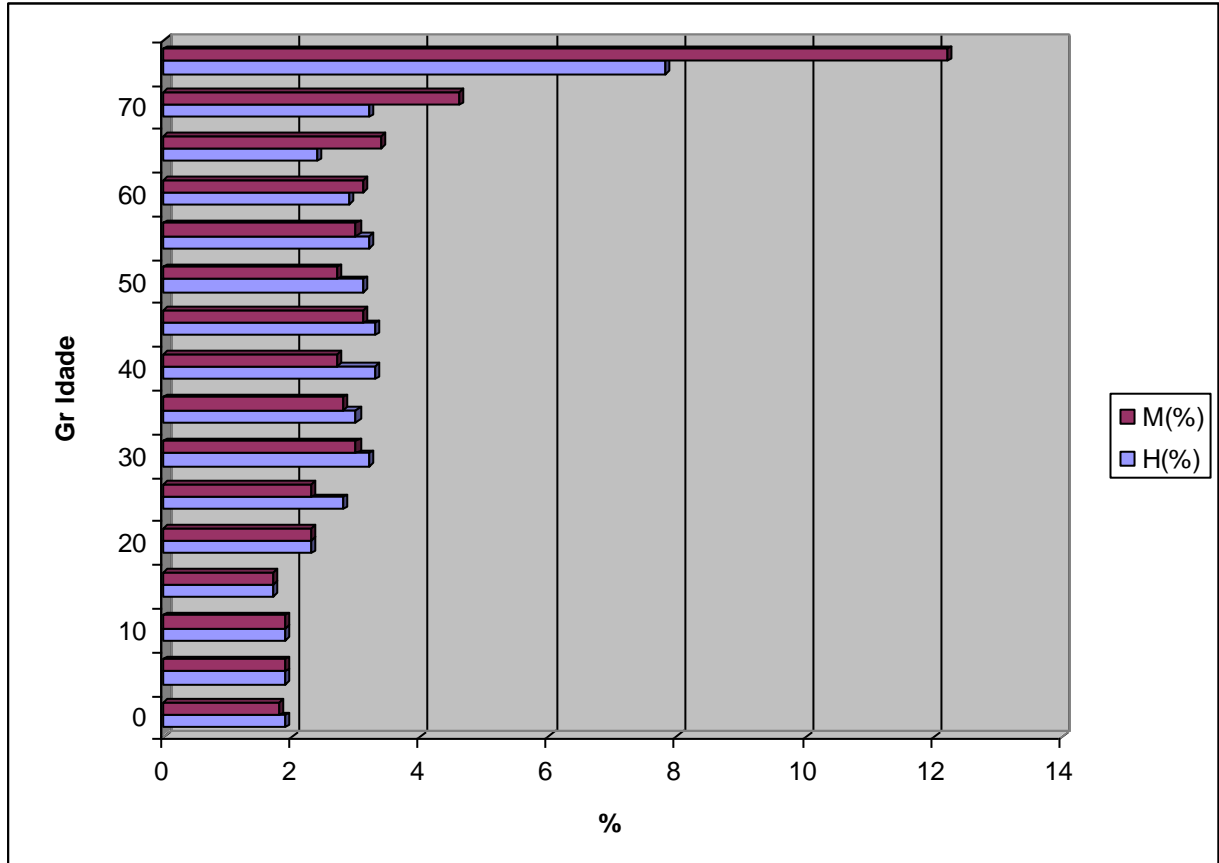
Para se avançar com a projecção demográfica da «tendência pesada natural» foram escolhidos os níveis 25W para 2001 a 2006 e de 2006 a 2011 tendo como base a evolução da população do Concelho de Nisa de 1981 a 1991 e de 1991 a 2001, que se enquadra nos níveis adaptados para projecções demográficas de «tendência pesada natural» efectuadas para o Alto Alentejo.

Quadro 61 – População por Grupos de Idades, Cenário de «Tendência Pesada Natural» em 2011

G. Idades	H	M	HM	H(%)	M(%)	RM
0-4	136	129	265	1,9	1,8	105,4
5-9	135	128	263	1,9	1,9	105,5
10-14	138	143	281	1,9	1,9	96,5
15-19	119	127	246	1,7	1,7	93,7
20-24	163	144	307	2,3	2,3	113,2
25-29	200	166	366	2,8	2,3	120,5
30-34	233	218	451	3,2	3,0	106,9
35-39	214	202	416	3,0	2,8	106,0
40-44	234	195	429	3,3	2,7	120,0
45-49	241	222	463	3,3	3,1	108,6
50-54	224	196	420	3,1	2,7	114,3
55-59	228	215	443	3,2	3,0	106,1
60-64	206	224	430	2,9	3,1	92,0
65-69	172	246	418	2,4	3,4	69,9
70-74	232	333	565	3,2	4,6	69,7
75+	563	880	1443	7,8	12,2	64,0
TOTAL	3438	3768	7206	47,7	52,3	91,2

De 2001 para 2011, segundo a projecção demográfica, a população no Concelho de Nisa vai diminuir de 8585 efectivos para 7206.

Gráfico 38 – Percentagem de Grupos de Idades, Cenário de «Tendência Pesada Natural», em 2011

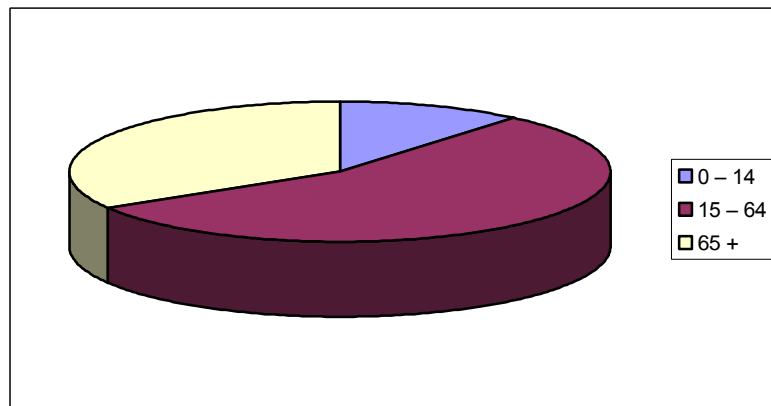


Ao observar este gráfico (pirâmide de idades), constatamos que o “envelhecimento no topo” se mantém, agravando-se, o que significa que não há rejuvenescimento na base, verificando-se que os nascimentos diminuem. Mais uma vez se verifica que os valores das relações de masculinidade vão diminuindo, havendo um maior número de mulheres, nos últimos grupos de idades a partir dos 50-54 em 2001, enquanto que em 2011, se verifica o maior número de mulheres a partir do grupo dos 55-59 anos em diante.

Quadro 62 – Grupos Funcionais, Cenário «Tendência Pesada Natural», em 2011

0 – 14	809
15 – 64	3971
65 +	2426
Total	7206

Gráfico 39 – Grupos Funcionais, Cenário «Tendência Pesada Natural», em 2011



No concelho de Nisa, como se observa no gráfico, a percentagem da população em idade activa é muito superior à dos jovens e à dos idosos, e esta superior à do grupo dos 0 aos 14 anos, assim, a tendência é de envelhecimento da população, que se mantém como em 2001.

Quadro 63 – Índice - Resumo do Concelho de Nisa, Cenário «Tendência Pesada Natural», em 2011

% Jovens	11,2
% Activos	55,1
% Idosos	33,7
Índice de Juventude	33,4
Índice de Envelhecimento	61,1
Índice de Dependência dos Jovens	20,4
Índice Dependência dos Idosos	61,1
Índice de Dependência Total	81,5
Índice de Juventude da Pop. Activa	81,7
Índice de Renovação da Pop. Activa	65,6
Índice de Longevidade	59,5
Índice de Maternidade	20,8
Índice de Tendência	100,8
Índice de Potencialidade	85,3

Após a análise do quadro, verifica-se através do índice de juventude que em cada cem idosos existem 33,4 jovens, mais um indicador do envelhecimento da população de Nisa. No entanto, em 2011 será mais alto que em 2001, ou seja, há um rejuvenescimento da população; o mesmo se verifica no índice de envelhecimento, que em cada 100, potencialmente activos, existem 61,1 idosos. Através do índice de dependência dos jovens verificamos que em cada 100 potencialmente activos existem 20,4 jovens, ou seja estes são “sustentados” pelos que estão em idade activa, sendo um número relativamente baixo quando comparado com o índice de dependência dos idosos em que 61,1 idosos são “sustentados” por cada 100 dos activos (o problema da sustentabilidade da segurança social). No concelho de Nisa verifica-se que o envelhecimento da população activa é alto, como se pode analisar através do índice de juventude da população activa. Por último, a longevidade aumenta para 59,5, o que mais ma vez comprova a tendência do envelhecimento da população do concelho de Nisa.

6.1.3 ANÁLISE DOS GRUPOS FUNCIONAIS E ÍNDICES RESUMO DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE NISA DE 2001 (CENSOS 2001) A 2011 (CENÁRIO DE «TENDÊNCIA PESADA NATURAL»)

Quadro 64 – Grupos Funcionais do Concelho de Nisa, em 2001 e 2011

Grupos Idades	2001	2011
0 – 14	837	809
15 – 64	4459	3971
65 +	3089	2426
Total	8585	7206

Na análise dos grupos funcionais de 2001 a 2011 verifica-se que os grupos de idades diminuem, com maior notoriedade no grupo da população activa e dos idosos. A salientar que na projecção do Cenário «Tendência Pesada Natural» para 2011 o decréscimo do grupo dos jovens é muito baixo.

Quadro 65 – Índice-Resumo da População do Concelho de Nisa, em 2001 e 2011

Índices – Resumo	2001	2011
% Jovens	9,8	11,2
% Activos	51,9	55,1
% Idosos	36,0	33,7
Índice de Juventude	27,1	33,4
Índice de Envelhecimento	69,3	61,1
Índice de Dependência dos Jovens	18,8	20,4
Índice Dependência dos Idosos	69,3	61,1
Índice de Dependência Total	88,1	81,5
Índice de Juventude da Pop. Activa	77,8	81,7
Índice de Renovação da Pop. Activa	58,9	65,6
Índice de Longevidade	48,0	59,5
Índice de Maternidade	19,6	20,8
Índice de Tendência	113,3	100,8
Índice de Potencialidade	95,7	85,3

Constata-se, na visualização do quadro anterior, e analisando os Índices-Resumo da População do Concelho de Nisa em 2001, tendo como fonte os dados dos Censos de 2001 e da projecção do Cenário de «Tendência Pesada Natural» para 2011, o seguinte: observa-se que, mesmo com uma diminuição da população total em 2011 o grupo dos jovens tem mais peso do que em 2001 e o grupo dos idosos diminui a sua percentagem em 2011, aumentando o índice de juventude da população e reduzindo o de envelhecimento. Em relação aos índices de dependência em 2011 pode-se verificar que há mais jovens a depender da população activa e menos idosos em relação a 2001. No que respeita ao índice de juventude da população activa e renovação também aumenta em relação a 2001, o que é positivo a nível da estrutura etária que “sustenta” os outros grupos dependentes.

Em 2011 há um aumento da longevidade da população de Nisa. Quanto aos índices de maternidade também aumentam em relação a 2001, havendo maior probabilidade de aumento dos nascimentos, uma vez que o número de mulheres em idade fértil também é maior a partir de 2011, no entanto este está condicionado ao índice de potencialidade porque o grupo da população feminina dos 35-49 anos aumentou em relação ao dos 20-34. O índice de tendência diminui em 2011 para 100,8 no entanto como não é inferior a 100 o processo de declínio da natalidade e envelhecimento ainda não é muito preocupante.

Em 2011, segundo a projecção avançada para 2011 de um cenário de «tendência pesada natural» pode-se verificar que a população diminui, podendo este decréscimo ser compensado com a entrada de pessoas para o concelho, tendo por base a taxa de crescimento migratório que de 1991 a 2001 é positivo e também temos a referir que o peso dos jovens em relação aos idosos em 2011 também é positivo.

6.1.4 ANÁLISE DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR NO CONCELHO DE NISA, EM 2011

Quadro 66 – Análise da População do Concelho de Nisa, em Idade Escolar, em 2001 e 2011

G. Idades	2001	2011
0-4	281	265
5-9	248	263
10-14	308	281
15-19	369	246
20-24	255	307
25-29	420	366

Podemos apreciar, segundo o quadro anterior, que em 2011, a tendência, na população é no sentido decrescente, como mostram os indicadores demográficos aferidos no presente documento. Contudo, o grupo de idades dos 5 aos 9 anos apresenta uma tendência crescente, tal como o grupo de idades dos 20 aos 24 anos. Daí que as intervenções já implementadas, no Concelho de Nisa, como é o caso das beneficiações das Escolas Básicas (1º Ciclo), confirmam a recuperação efectuada, conforme mostra o ponto seguinte da Carta Educativa. Simultaneamente comprova e justifica as Propostas de Intervenção desejadas, que observaremos no ponto 8 da presente documento.

7 Medidas de Intervenção

A preocupação pela educação no Concelho de Nisa, nomeadamente no que respeita à requalificação da rede educativa, antecedeu a elaboração do presente documento, daí que a análise feita anteriormente justificou exactamente as intervenções realizadas na área da educação. Assim, será apresentado no presente ponto, as iniciativas executadas (remetendo para o projecto de recuperação e beneficiação das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico).

As medidas de intervenção e beneficiação efectuadas nas escolas do Concelho, e no próximo ponto descritas e especificadas, careceram de critérios de referência, por escola que justificaram e fundamentaram a sua recuperação, conforme o cenário observado.

Relativamente a Alpalhão, para além de um período estacionário (1981/1991) que precede outro decrescente (1991/2001), ao nível da dinâmica demográfica, verifica-se, no entanto uma ocorrência de fluxos migratórios do exterior, o que confirma a evolução do número de matrículas registados desde 1997 até 2002.

Para além desse critério de referência e numa dinâmica económica, observam-se outros indicadores não só para a escola de Alpalhão, como para as restantes implicadas na beneficiação e recuperação, nomeadamente a inserção num espaço de afirmação de base económica regional (Alqueva, Triângulo de Mármore, Sines, Corredor Vendas Novas – Elvas), a proximidade a um espaço urbano (Portalegre e Nisa), o número de fogos licenciados nos últimos 5 anos que aumentaram

Outros factores de ponderação constituíram igualmente uma apreciação favorável, como é o caso da análise qualitativa da importância da escola na comunidade. Neste estudo e no que diz respeito a Alpalhão, constata-se que a escola tem uma relação forte com a comunidade, sobretudo em momentos de cariz popular, festas religiosas, gastronomia e outras formas de entretenimento local. Aliás, na sequência desta observação, pode ser visitado a Casa Museu, resultado do trabalho da escola com a comunidade.

Para além deste reparo, a apreciação quanto a ganhos e perdas de qualidade do ensino (rendimento escolar e eficácia), verificou-se que se têm verificado ganhos na qualidade de ensino através dos projectos áreas, “Escola velhos são os Trapos”, relacionados com os usos e costumes da localidade (salsicharia). Aferiu-se ainda, a escola de Alpalhão como estando incluída no projecto das Escolas Isoladas, valorizando assim a sua localidade/escola e a interligação entre as várias escolas do Concelho.

Na escola de Arês averiguou-se igualmente uma apreciação qualitativa da importância da escola na comunidade. Primeiramente, a escola está integrada na rede/agrupamento “Nós da Rede” e no projecto das escolas rurais/região do Nordeste Alentejano, que assume como uma das suas dimensões fundamentais o proporcionar de aprendizagens a partir da realidade social, cultural e física, nas diferentes áreas curriculares, implicando assim, os alunos e as comunidades locais na produção do saber.

A escola de Arês estabelece uma ligação da escola à comunidade, às famílias, aos pais e só tem ganhos em relação à qualidade de ensino. Esta escola integra crianças de uma freguesia próxima, Amieira do Tejo, efectuando uma integração positiva e um acompanhamento extracurricular objectiva.

Relativamente a Tolosa, apreciou-se também como factor de ponderação, uma apreciação qualitativa da importância da escola na comunidade. Isto é, a existência da escola contribui para a fixação das famílias, verificando-se uma ligação da escola à comunidade através de áreas de projectos (queijo, jogos tradicionais, etc.). Para além disso, a escola de Tolosa (1º ciclo), como todas as escolas do Concelho fazem parte do agrupamento horizontal “Nós de Rede”.

7.1. Recuperação e Beneficiação da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Nisa.

A recuperação da escola do 1º Ciclo do Ensino Básico, designada Escola do Convento em Nisa, construído nos anos sessenta, não se encontrava adequado às necessidades actuais da escola e, naturalmente apresentava um estado de degradação que justificava a sua beneficiação.

A edificação educativa inscreve-se no seio do aglomerado urbano da vila de Nisa, numa zona fundamentalmente habitacional. As intervenções constituem uma variabilidade de iniciativas, que correspondem às normas impostas para a concretização dos equipamentos colectivos, nomeadamente educativos.

Edifício A

O edifício A, é o mais antigo e a recuperação foi incisiva, com a criação do corpo principal do imóvel, originando duas salas polivalentes e os acessos recuperados permitem a correcta passagem de deficientes.

Na zona do alpendre foram demolidas as instalações sanitárias existentes e criadas umas outras, estando agora divididas por sexos e foi criada outra para deficientes que serve simultaneamente para adultos. Junto ao alpendre existe um Centro de Recursos, que serve conjuntamente como uma pequena Biblioteca, Oficina de Expressão Plástica e outras actividades complementares. Como anexo a esta sala foi criada uma zona de arrumos de material didáctico.

No prolongamento, mas para o lado oposto foram criadas duas salas para a pré-primária, com entradas separadas e instalações sanitárias de apoio. As salas comunicam com o alpendre quer para utilização deste espaço quer como complemento das instalações sanitárias.

Junto ao Centro de Recursos e de forma a individualizar este espaço com o campo de jogos, criou-se um pequeno pátio descoberto de apoio a esta sala.

Edifício B

O edifício B mantém a sua função administrativa, no entanto deixou de ter as duas salas de aula, estando agora esta valência exclusiva do edifício A, estando ainda instalado o refeitório e a sala polivalente.

De forma a garantir entradas separadas para as duas funções, a entrada principal actual mantém-se passando a ser exclusiva da secretaria e da sala de professores. Cada um destes compartimentos será dotado de uma instalação sanitária, sendo as restantes aproveitadas em parte para o refeitório. As duas salas de aulas estão unificadas onde se instala a sala do refeitório e a zona de copa. Lateralmente está ampliada a sala de refeições e a entrada independente com uma zona resguardada de acesso. A sala embora seja um espaço único a sua configuração permite uma divisão que corresponde a uma zona para a primária e outra para a pré-primária. Na zona posterior foi criada uma zona de pérgula de apoio ao recreio descoberto e paralelamente de sombreamento ao refeitório. Na zona da copa foi criado um acesso independente e uma zona de recepção onde está instalado um armário de apoio. Existem duas zonas distintas, uma para a recepção e lavagens de louça suja e outra para servir refeições, com as respectivas bancadas de apoio. As bancadas bem como todos os móveis de apoio são de inox.

As instalações sanitárias de apoio ao refeitório mantêm-se, criando-se, no entanto uma zona de acesso mais desafogada com instalações de lavatórios. Paralelamente foi ainda criada uma instalação sanitária para deficientes que serve os adultos e o pessoal auxiliar afecto ao refeitório. Para instalação do cilindro para aquecimento das águas foi criada uma zona de arrumos que servirá igualmente para o material de limpeza.

O projecto de arquitectura e as plantas existentes permanecem no projecto de remodelação da escola, nomeadamente plantas de localização, de implantação, dos pisos, da cobertura, do corte/alçado, de pormenores (mapa de vãos). Relativamente ao arranjo exterior, os mapas existentes referem o levantamento anterior, o plano geral, o plano altimétrico, planimétrico, de drenagem, de rega, de pormenor (banco, entre outros). O projecto da rede de águas é composto também por plantas da rede de águas e o projecto da rede de esgotos comporta a planta da rede de esgotos.

Por outro lado, no projecto de segurança contra incêndios é imprescindível, tendo em consideração a prevenção contra o risco de incêndio, assim como a iluminação de emergência e os caminhos de evacuação. Foram estudados os caminhos mais curtos e rápidos para uma possível e apressada evacuação, no caso de um sinistro causado por incêndio. Neste projecto consta uma planta de segurança contra incêndios nos vários pisos existentes. O projecto de electricidade contém mapas de alimentação de energia, de quadros eléctricos, de iluminação geral, de iluminação de emergência, de iluminação exterior, de tomadas, de aquecimento fixo, de pára-raios. O projecto de telefones com mapas identificadores da rede de tubagem e equipamento. Estes projectos constam, naturalmente para todas as escolas, nas quais foi feita a remodelação e a requalificação, no concelho.

Arranjo paisagístico do Espaço Exterior da Escola do Convento de Nisa

O espaço exterior é um espaço bem definido, enquadrado na zona urbana e pretende, com a remodelação ser um espaço dotado de condições que correspondam às necessidades educativas, com equipamentos e infra-estruturas destinadas ao recreio das crianças, estas que se enquadram na idade pré-escolar e escolar.

Foram tidos em conta os objectivos pretendidos, as características do espaço existente e as soluções do projecto de Arquitectura.

Os objectivos para a solução apresentada foram diversificados, a seguir identificados como prioritários:

- Introdução de equipamentos e infra-estruturas destinadas ao recreio das crianças, com peças de parque infantil, com “equipamento versátil” que permite o desenvolvimento de várias funções adaptadas à idade dos utilizadores (pré-escolar e escolar), uma caixa de areia e um pequeno campo de jogos. Os equipamentos propostos são tipo “Lappset” e têm certificação TUV.
- Correcta organização do espaço, estruturando-o para que possibilite uma boa articulação entre as diferentes zonas criadas, destas com os diferentes edifícios e suas funções e para que o espaço esteja tanto quanto possível desobstruído e facilite a sua livre utilização.
- Introdução de espaços verdes, propondo-se a introdução de faixas plantadas com arbustos e herbáceas melhorando o enquadramento estético do espaço. As árvores existentes são mantidas, e propõe-se a plantação de outras, de forma a desempenharem não só funções de ensombramento como também de enquadramento das unidades construídas.

Relativamente aos acessos foram definidos essencialmente dois, uma entrada principal que é direccionada aos edifícios escolares, propriamente ditos e uma entrada de serviço que é direccionada ao edifício de apoio.

No que diz respeito aos equipamentos, observam-se várias preferências. Junto ao edifício da pré-primária é proposta uma zona de parque infantil, com uma “Torre de Actividades” para utilizadores a partir dos 3 anos. Também nas proximidades, junto ao alçado principal do edifício existente é criada uma caixa de areia onde se propôs a colocação de uma outra peça, “O Comboio” para utilizadores a partir dos dois anos.

Para além disso, nas traseiras do edifício escolar propôs-se uma outra zona de parque infantil, esta destinada a crianças já em idade escolar e é constituída por um conjunto de peças “equipamento versátil”. Junto ao alçado posterior está definido um campo para jogos, em betão poroso e uma vedação em toros de madeira que protege os alçados a W.

Entre o campo de jogos e o parque infantil são desenhados no pavimento alguns jogos tradicionais para crianças. Toda a restante área de recreio está livre de obstáculos, facilitando a sua utilização para as diversas brincadeiras. É mantida a arborização e o pavimento propôs-se em saibro.

Nos canteiros propôs-se a colocação de estruturas com a execução em madeira pintada, em forma de flores, árvores, etc., tendo uma função puramente estética, introduzindo algum colorido ao espaço.

Quanto à rega propôs-se um sistema de automatizado, com programador.

A drenagem nos pavimentos permeáveis, faz-se através da colocação de drenos perfurados de diâmetro 200, revestidos com manta geotéxtil e assentes em camada de areia.

Relativamente à vegetação proposta, atendeu-se às condições climáticas da região e à necessidade de se minimizar os trabalhos de manutenção. Verificam-se especialmente arbustos e herbáceas vivazes, escolhidas de forma a permitir floração durante a maior parte do ano. Na pérgula e na vedação são colocadas trepadeiras. Mantêm-se as árvores existentes e previu-se a colocação de quatro árvores de forma a criar zonas de ensombramento.

As plantas de pormenores de arquitectura e arranjos exteriores encontram-se especificadas no projecto de beneficiação da escola do 1º ciclo do ensino básico da Escola do Convento de Nisa, remetendo-se, exactamente para aquele dossier, presente no gabinete de projectos da Câmara Municipal de Nisa.

7.2. Recuperação e Beneficiação da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Alpalhão.

A recuperação da escola acima mencionada justificou a sua recuperação, com base na informação recolhida junto dos professores da mesma, evidenciando a continuação da escola e a evolução do número de alunos na freguesia.

A intervenção foi ao nível da recuperação do edifício e o principal âmbito de aplicabilidade e restabelecimento do edifício incidiu fundamentalmente na conservação, limpeza e pintura da edificação.

Os trabalhos realizados foram ao nível da carpintaria, cobertura, revestimentos e aquisição de acessórios, discriminados na folha de medições e orçamentos anexos ao projecto acima mencionado no projecto de recuperação e beneficiação da Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico de Alpalhão.

As intervenções foram significativas de modo formal, referente à ampliação e à reformulação das instalações sanitárias existentes.

A requalificação do edifício teve a preocupação de evitar grandes alterações de fachadas de modo a manter o equilíbrio formal deste tipo de edifício e simultaneamente conceder-lhe determinadas condições que vão de encontro às necessidades actuais.

Paralelamente, houve igualmente uma preocupação em permitir acessibilidades a todos, com a construção e instalação de uma rampa de acesso, na entrada principal do edifício, construída em madeira com estrutura em ferro de forma a lhe dar um cunho amovível. A construção de uma tardoza, conforme peças desenhadas, em alvenaria de tijolo forrada a granito azul de Alpalhão, confere uma marca que potencia e maximiza os recursos existentes no Concelho, como forma de sublinhar o novo paradigma do desenvolvimento local.

Relativamente ao interior foram introduzidos alguns equipamentos fundamentais para o funcionamento e exercício apropriado da escola. Ou seja, foi colocada uma antecâmara em vidro na entrada principal, com a porta a abrir no sentido da evacuação, e será executado em vidro termolaminado de 5 mm. Esta estrutura tem duas partes fixas laterais, de frente duas meias portas, com bandeira fixa 5 cm mais alta que a porta actual. Este elemento é integrado no projecto de segurança contra risco de incêndios (apresentado no projecto acima mencionado), como forma de segurança contemplada nas normas de caracterização dos edifícios colectivos, nomeadamente os educativos (apresentadas no documento do levantamento e caracterização dos equipamentos colectivos do Concelho de Nisa, pertencente à revisão do PDM).

Os equipamentos introduzidos foram múltiplos e diversificados, tais como, bancadas de trabalho com tina e água corrente em todas as salas; o pavimento será tratado com cera acrílica e as juntas bem fechadas, assim como as paredes envolventes às bancadas que são revestidas com azulejos com o intuito de os proteger da sujidade criada pelos trabalhos executados nas bancadas.

Quanto à cobertura, foi igualmente recuperada, substituindo-se a telha existente por telha lusa, bem como alguma da estrutura da cobertura (madres, barotes e ripado) que apresentavam alguma degradação. Os madeiramentos foram também tratados ao nível antifúngico e hidrofúngo tipo *CUPRINOL*.

O arranjo do espaço exterior e/ou de recreio, da escola primária de Alpalhão sofreu, analogamente acentuadas alterações. O aumento do espaço, para que a área seja superior ao dobro da anterior é uma realidade conseguida. Ocupa-se uma área expectante, existente nas traseiras do edifício educativo.

A descrição do exterior, sendo apresentada em mapa para melhor visionamento, é a seguinte:

- Junto ao alçado principal, define-se uma área pavimentada a mosaico anti-derrapante de cor cinzenta com faixas a cor vermelha. Nesta zona são introduzidos canteiros intercalados com bancos;
- Lateralmente assistimos a canteiros pedagógicos, cujo cultivo e manutenção devem integrar as actividades escolares;

- Nas traseiras do edifício definem-se duas zonas, vocacionadas para o recreio mais activo, independentes e separados por um muro com função de banco.
- Assistimos, ainda a uma área “polivalente”, pavimentada a betão poroso, onde se localiza um cesto de basquete e bancadas. É, por isso, um local privilegiado para a realização de jogos e actividades semelhantes.
- A existência de uma área de “parque infantil”, pavimentado em borracha tipo “Eco – grenn”, com a colocação de equipamento próprio, designadamente um conjunto formado por uma torre, rampa de trepar, ponte, escorrega, labirinto de cordas, rede, parede de trepar, saída de bombeiro e barra metálica e um balancé.
- Drenagens nos pavimentos permeáveis constituem-se através da colocação de drenos perfurados, revestidos com manta geotêxtil.

Outros indicadores de caracterização serão apresentados posteriormente, conforme a observação e recolha de outros elementos identificativos dos projectos de requalificação da escola Básica de Alpalhão, entre outros elementos, as plantas representativas do arranjo exterior da edificação beneficiada e recuperada.

7.3. Recuperação e Beneficiação da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Tolosa.

À Freguesia de Tolosa foi elaborada uma proposta, em forma de projecto, para a remodelação da Escola Básica do 1º Ciclo do Ensino Básico, sendo aprovada a beneficiação da respectiva escola, daí que a intervenção tenha sido empreendida e realizada, estando no momento, aberta e com as condições necessárias em função das necessidades da freguesia.

A intervenção foi justificada, devida principalmente ao estado de degradação em que se encontrava a escola. O edifício da escola insere-se no aglomerado urbano de Tolosa e o terreno que circundava o imóvel era um espaço árido e sem equipamentos adequados, não cumprindo assim as normas mínimas para a função de recreio.

Por isso, as intervenções foram a vários níveis, nomeadamente, a constituição de quatro salas, quatro átrios, uma zona de arrumos, um alpendre coberto (recreio coberto) e instalações sanitárias para alunos e professores. A remodelação abrangeu a zona do alpendre, de forma a criar uma copa de apoio ao refeitório, e transformar as instalações sanitárias criando-se assim, condições próprias de acordo com o número de alunos existentes e o respectivo grupo etário.

Visto existir um desnível acentuado foram remodeladas as escadas de acesso do átrio ao alpendre e criadas rampas de acesso a deficientes. Nas salas de aula foi instalada uma bancada com um ponto de água, sendo que uma do piso 0 é adoptada para o refeitório, sendo dotada com lava mãos.

De forma a minimizar a perda da zona de arrumos foram readaptados nos átrios os arrumos por baixo do vão das escadas e simultaneamente a instalação de um móvel de apoio a cada sala e dimensionados de acordo com o material existente.

Relativamente à construção, a intervenção foi igualmente diversificada, de acordo com as necessidades da escola. Nas salas o pavimento foi afagado e envernizado, aplicando-se corticite nas paredes à altura de 1,50m, com excepção no refeitório. No que diz respeito às paredes e tectos foram pintados de branco.

Em todas as salas da escola foram instaladas bancadas de apoio em alvenaria com tampo de granito de Alpalhão, com portadas em madeira de pinho. O pavimento de tacos que existia foi retirado e procedeu-se à aplicação de tijoleira e na mesma zona junto ao esgoto da bacia foi criada uma pia de despejos em inox.

As instalações sanitárias são constituídas por azulejos brancos até 2,00m, por pavimento tijoleira cerâmica, com a instalação de aparelhos adequados à idade dos alunos. Para além disso, as rampas de acesso aos diferentes espaços são forradas a granito de Alpalhão bujardado a pico fino.

Quanto aos átrios, o pavimento foi impermeabilizado e aplicada cera acrílica. Para o exterior, os paramentos foram caiados e o telhado limpo. No que diz respeito à cobertura, a mesma foi recuperada, substituindo-se a telha por telha lusa, bem como alguma da estrutura de cobertura (madres, barrotes e ripado). Relativamente ao alpendre, os trabalhos são da mesma natureza das do edifício principal.

Arranjo paisagístico do espaço exterior da escola EB 1 de Tolosa

O espaço exterior é marcado por equipamentos e infra-estruturas mínimas para o recreio das crianças.

O espaço anterior à remodelação efectuada era subaproveitado, bastante fechado na zona fronteira à fachada principal, onde o traçado dos canteiros dificultava a passagem e o desnivelamento nas traseiras, o que impedia a sua utilização.

Por isso, a proposta que foi apresentada, aprovada e realizada constituindo uma pavimentação da área fronteira e lateral ao edifício com desenho em quadriculado feito a mosaico tipo “pemar” vermelho. O canteiro foi sujeito a um novo traçado, de forma a facilitar o acesso e atravessamento. Paralelamente aos muros localizam-se algumas caldeiras, com árvores de pequeno porte.

Nas traseiras da edificação criaram-se dois níveis, separados por muro de suporte e talude plantado e o acesso é feito por escada e rampa.

No nível superior, junto a um sobreiro, que se destaca pelo seu porte construiu-se um murete/branco, revestido com azulejos de várias cores, aproveitando-se assim, esta zona assombrada para estadia.

No nível mais baixo criou-se uma zona aplanada que funciona como área polivalente para os mais variados jogos e brincadeiras, com a instalação de um cesto de basquete. A vedação da escola manteve-se sendo, no entanto recuperada.

7.4. Recuperação e Beneficiação da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Arêz.

O edifício da escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Arêz não se encontrava adequado às necessidades actuais da escola, apresentando uma degradação significativa, justificando-se, por isso, a sua remodelação com uma intervenção de fundo.

Esta edificação encontra-se, na periferia do aglomerado urbano e o espaço envolvente apresentava-se com um espaço árido e sem equipamentos adequados, não cumprindo a função de recreio. Daí que as intervenções tenham sido fundamentadas em premissas válidas e que beneficiam a comunidade educativa, que constitui a escola da freguesia de Arêz.

As intervenções no edifício foram diversas e simultaneamente consistentes. A remodelação da zona do alpendre foi peremptória, ampliando-se a zona central de forma a criar um refeitório, os arrumos e as instalações sanitárias foram remodeladas tendo em vista a criação de uma zona de copa e instalações sanitárias que possam servir os alunos, de acordo com o seu grupo etário.

A rampa de acesso construída permite, mais uma vez, a acessibilidade de todos os alunos à escola, cumprindo as directrizes impostas, no sentido de criar uma conjuntura favorável a todos, independentemente da sua condição física.

Os arranjos exteriores foram igualmente substanciais, com o objectivo máximo de permitir o desenvolvimento de várias actividades de recreio complementares às actividades escolares, com embelezamento harmonioso do exterior e a constituição de uma “horta pedagógica”. Nas traseiras do edifício criaram-se também duas zonas, mais vocacionadas para o recreio mais activo.

8 Propostas

8.1 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

Segundo a Lei nº 159/99 de 14 de Setembro “é da competência dos órgãos municipais participar no planeamento e na gestão dos equipamentos educativos e realizar investimentos nos seguintes domínios: construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar (...) e das escolas do ensino básico” (alínea *a* e *b* do ponto *1* do *artigo 1º*, da lei referenciada).

Tendo em conta o novo conceito de escola a “tempo inteiro”, isto é, com a escola aberta até às 17:30 as necessidades aumentam e multiplicam-se, nas diferentes escolas do 1º Ciclo, no Concelho de Nisa. Daí que as propostas em seguida apresentadas vão de encontro a estas necessidades.

As propostas em seguida apresentadas, respondem a uma ordem, como prioridade a propor, designam a intervenção, com a respectiva localização e entidades responsáveis. Para além disso, os custos previstos são igualmente contemplados, ou seja, a quantificação da proposta. As justificações são baseadas no diagnóstico, isto é, na análise quantitativa de todo o documento, sem negligenciar a observação qualitativa aferida na Carta Educativa.

Quadro 67 – Proposta de Construção na EB 1 de Nisa

N.º de Ordem	Primeira Prioridade
Designação da Intervenção	Construção na EB1 de Nisa: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Uma Sala; ▪ Uma Sala Polivalente; ▪ Um Pátio Coberto
Localização	Nisa
Entidades Responsáveis	Câmara Municipal de Nisa Direcção Regional de Educação
Calendarização	2007/2008
Custos Previstos	200.000 Euros
Articulações	Câmara Municipal de Nisa; Direcção Regional de Educação; Agrupamento; Comunidade (Associação de Pais)
Justificação	A não existência de um espaço polivalente, a necessidade da escola ter mais uma sala, tendo em conta que é a escola que tem mais alunos, no concelho. Fundamenta-se também como prevenção para receber os alunos das escolas em que se prevê o seu encerramento.

Quadro 68 – Proposta de Construção na EB 1 de Alpalhão

N.º de Ordem	Segunda Prioridade
Designação da Intervenção	Construção na EB1 de Alpalhão: <ul style="list-style-type: none"> ▪Uma Sala Polivalente; ▪Uma Copa; ▪Um Pátio Coberto; ▪Uma Estrutura de Rede.
Localização	Alpalhão
Entidades Responsáveis	Câmara Municipal de Nisa Direcção Regional de Educação
Calendarização	2007/2008
Custos Previstos	160.000 Euros
Articulações	Câmara Municipal de Nisa; Direcção Regional de Educação; Agrupamento; Comunidade (Associação de Pais)
Justificação	Tendo em conta que não existe uma sala para actividades, a “tempo inteiro”, visto a sala existente ser de apoio às refeições. O Pátio Coberto, como forma das crianças poderem sair das salas para recreio, mesmo em períodos de tempo invernosos. A estrutura de rede é uma necessidade sentida pela comunidade educativa, para segurança reforçada das crianças.

Quadro 69 – Proposta de Construção na EB 1 de Tolosa

N.º de Ordem	Terceira Prioridade
Designação da Intervenção	Construção na EB1 de Tolosa: <ul style="list-style-type: none"> ▪Uma Sala Polivalente; ▪Um Pátio Coberto;
Localização	Tolosa
Entidades Responsáveis	Câmara Municipal de Nisa Direcção Regional de Educação
Calendarização	2007/2008
Custos Previstos	117.500 Euros
Articulações	Câmara Municipal de Nisa; Direcção Regional de Educação; Agrupamento; Comunidade (Associação de Pais)
Justificação	Tendo em conta que não existe uma sala para actividades, visto a escola estar, no momento, a utilizar uma sala da Junta de Freguesia de Tolosa, e esta já demonstrou a impossibilidade de continuar a ceder a sala à EB1. O Pátio Coberto, como forma das crianças poderem sair das salas para recreio, mesmo em períodos de tempo invernosos. A estrutura de rede é uma necessidade sentida pela comunidade educativa, para segurança reforçada das crianças.

Quadro 70 – Proposta de Arranjo Exterior e Manutenção na EB 2,3/ S de Nisa

N.º de Ordem	Quarta Prioridade
Designação da Intervenção	Requalificação da EB 2,3/S - Construção de um pátio coberto entre os blocos - Requalificação dos laboratórios de ciências
Localização	Nisa
Entidades Responsáveis	Câmara Municipal de Nisa Direcção Regional de Educação
Calendarização	2007/2008
Custos Previstos	1.700.000 Euros
Articulações	Câmara Municipal de Nisa; Direcção Regional de Educação; Agrupamento; Comunidade (Associação de Pais)
Justificação	A Escola apresenta um estado de pintura profundamente deficitário e insuficiente para servir satisfatoriamente a comunidade escolar. Para além da pintura, o espaço exterior necessita de manutenção constante, para criar aos alunos e comunidade envolvente um desenvolvimento sustentável aceitável e conseguido.

São estas as prioridades fundamentais, a curto e médio prazo, a empreender no Concelho de Nisa. No entanto, outras se vislumbram e conjecturam, como forma de conceber um espaço educativo sustentável, maximizando os recursos existentes.

Esta proposta não se apresenta hierarquizada, tendo em conta que, a sua viabilidade financeira pressupõe uma temporalidade mais alargada, constituindo uma proposta a longo prazo, provavelmente, sustentada numa revisão da actual Carta educativa, após estarem concretizadas as propostas a curto e médio prazo e logo que a sociedade se altere significativamente.

O impacto previsto, vai no sentido de contribuir para o bem-estar da população em geral e da comunidade educativa em particular, como forma de diminuir ou evitar o envelhecimento da população, num Concelho onde os indicadores demográficos revelam uma diminuição dos principais indicadores de crescimento do concelho. Apesar dos cenários e projecções serem neste sentido, a insistência em inverter a situação actual implica a consistência, de políticas educativas muito concretas, visto a educação ser uma matéria transversal a todas as outras áreas, que permitirão o crescimento efectivo do Concelho de Nisa.

8.1.1 Ensino Profissional

A escola profissional existente no Concelho, tem manifestado uma evolução constante, em termos de alunos e cursos disponíveis, conforme demonstra o diagnóstico elaborado no presente documento. Daí que a estratégia de intervenção educativa no Concelho de Nisa, passe inevitavelmente por este nível de ensino. De facto, a criação de novas instalações é uma necessidade clara e objectiva, como uma prioridade a curto e longo prazo. Tendo em conta, também os projectos de estratégia concertada que se pretendem implementar na escola, como é o caso da formação ao nível IV, em parceria com

universidades, pretendendo-se também formações ao nível da investigação e que vão de encontro à realidade concelhia, como forma de rentabilizar os recursos existentes para desenvolver, a todos os níveis o Concelho de Nisa.

8.2 MONITORIZAÇÃO

A monitorização só é possível após a realização do diagnóstico e do levantamento dos problemas e necessidades, aferidos de uma análise, simultaneamente quantitativa e qualitativa, observada nos pontos anteriores. A existência de um dispositivo de monitorização consiste, num elemento fundamental, para o sentido que o presente documento pretende alcançar. O comprometimento da monitorização passa por um responsável técnico, e por um responsável político, normalmente com a atribuição do pelouro da educação.

A monitorização consiste na avaliação, e no caso da Carta Educativa pretende-se adotar uma avaliação participativa, ou seja um Modelo de Orientação pelo Consenso. Este modelo permite uma dinâmica na avaliação, isto é, maior responsabilização na auto-avaliação e avaliação interna, incremento da lógica de aprendizagem social na avaliação intercalar e final, melhoria e qualificação técnica e melhoria da performance global.

A monitorização constitui um valor acrescentado ao documento, reflectindo sobre as acções desenvolvidas, encontrando igualmente, a qualidade das acções implementadas, no que diz respeito à satisfação dos beneficiários dessa mesma intervenção. Aliás, o Concelho Municipal de Educação pode avaliar as orientações da Carta Educativa.

A metodologia utilizada é baseada na Metodologia do Quadro Lógico (MQL). Este é um instrumento desenvolvido para facilitar a elaboração, a gestão e a avaliação de programas e projectos de desenvolvimento; permite favorecer mecanismos de discussão e trabalho transparentes, participativos, estruturados e flexíveis. O MQL favorece o diálogo e a concertação entre actores políticos, sociais e económicos, do âmbito do território concelhio, conforme ilustra o quadro seguinte.

Quadro 71 – Avaliação Participativa

Quem	Comunidade Técnicos
O Quê	Indicadores construídos localmente
Como	Auto-avaliação Métodos Simples e adaptado à cultura local, partilha de ideias e resultados através do envolvimento
Quando	Conjugação de monitoria e avaliação Pequenas avaliações frequentes
Porquê	Desenvolver o poder/capacidade local para avaliar e tomar decisões correctivas

PROWESS, 1990: citado por Mikkelson, 1995: 170

9 Considerações Finais

A presente Carta Educativa contribui como estudo quantitativo e simultaneamente qualitativo, do Concelho de Nisa. A sua importância circunscreve-se num quadro estratégico e concertado para um Concelho que pretende inverter os factores demográficos negativos, existentes na só nacionalmente como ao nível local.

A valorização da Carta Educativa constitui uma prioridade não só das entidades supra locais como do Concelho de Nisa, sensível à questão da educação, desenvolvendo simetrias e parcerias com uma comunidade que transcende simplesmente a educativa, visto ser uma área transversal e colateral a todas as outras.

Este documento local apresenta a sua pertinência, através dos seus principais pressupostos e objectivos, salientando as prioridades do desenvolvimento pedagógico, como suporte de um desenvolvimento local, em que o estabelecimento de redes de parceria representa a mais-valia de uma articulação constante entre o projecto local e o projecto das escolas, sendo essencialmente um tipo de intervenção em que as populações sejam sujeito e não objecto de uma política.

Pretende-se desenvolver uma interacção entre a teoria e a prática, pressuposto essencial do paradigma emergente, essencialmente territorialista, com uma análise sistémica e uma postura mais indutiva acentuando a relevância máxima da interdisciplinaridade.

A metodologia participativa da presente Carta Educativa, permite o incremento de dois pilares, por um lado o desenvolvimento endógeno e, por outro, o alargamento das bases da democracia, porque facilita e facilita a participação de todos os intervenientes no processo de construção de uma comunidade educativa mais associada e em cooperação constante.

Na realidade, tal como reza um provérbio índio hoje muito citado «é necessária toda uma aldeia para educar uma criança». Responsabilizar todos os elementos de uma comunidade na tarefa educativa é reconhecer formalmente um papel que, de modo informal, muitas vezes, eles desempenham, mesmo que disso não tenham consciência.

A importância do território como um lego, a diversidade de actores, os processos de diálogo, a concertação e a consciência colectiva, são formas que permitem a participação das populações como a *ex libris* da metodologia e dos objectivos do documento educativo a integrar no Plano Director Municipal, como instrumento de planeamento defensável e sustentável.

Gráficos

Gráfico 1 – Densidade Populacional das Freguesias do Concelho de Nisa 2001	12
Gráfico 2 – Área das Freguesias do Concelho de Nisa, 2001	12
Gráfico 3 – Evolução da População Por Sectores de Actividade – 1960/2002	13
Gráfico 4 – Sociedades Sedeadas no Concelho de Nisa, 2002	14
Gráfico 5 – População Segundo os Grupos Etários no Concelho de Nisa – 2001	18
Gráfico 6 – População Residente Segundo o Grupo Etário e o Sexo, 2001	18
Gráfico 7 – Crescimento da População Residente dos Concelhos do Alto Alentejo	19
Gráfico 8 – Evolução da Taxa de Desemprego 1991-2001	20
Gráfico 9 – Evolução da Taxa de Desemprego e de Actividade no Concelho de Nisa 1991-2001	21
Gráfico 10 – Evolução dos Grupos Etários no Concelho de Nisa 1970/2001	22
Gráfico 11 – Evolução do Excedente de Vida do Concelho de Nisa 1996/2002	23
Gráfico 12 – Evolução do Índice de Envelhecimento do Concelho de Nisa 1996/2002	24
Gráfico 13 – Índice de Envelhecimento da População 2002	24
Gráfico 14 – Evolução da Proporção da População Idosa (65 ou mais anos) em Portugal, 1960/2050	25
Gráfico 15 - Evolução do Índice de Sustentabilidade Potencial do Concelho de Nisa, 1970/2001	26
Gráfico 16 – Evolução do Índice de Dependência de Idosos e Jovens no Concelho de Nisa – 2001	26
Gráfico 17 – Evolução do índice de Dependência Total do Concelho de Nisa, 1970/2001	27
Gráfico 18 – Taxa de Analfabetismo, 1991/2001	28
Gráfico 19 – Evolução da População nas Freguesias do Concelho de Nisa, 1970-2001	32
Gráfico 20 – Distribuição da População do Concelho, em 2001, por Freguesia	33
Gráfico 21 – População e Nível de Instrução Antes e Depois dos 25 anos de Idade – 2001	34
Gráfico 22 – População com Nível de Instrução antes dos 25 anos – 2001	35
Gráfico 23 – População Residente Segundo o Nível de Ensino Atingido e o Sexo, 2001	36
Gráfico 24 – População Residente Segundo os Grupos Etários no Concelho de Nisa, 1991/2001	37
Gráfico 25 – Evolução da População Residente Segundo os Grupos Etários, no Concelho de Nisa, 2001/2002	37
Gráfico 26 – Distribuição dos Grupos Etários no Concelho de Nisa, 2001	38
Gráfico 27 – Ensino Superior no Concelho de Nisa, 2001	39
Gráfico 28 – Total de Alunos do Concelho de Nisa, 2005/2006	84
Gráfico 29 – Evolução dos Alunos do 1º Ciclo, 1996/2006	85
Gráfico 30 – Evolução dos Alunos do 2º e 3º Ciclo, 1996/2006	86
Gráfico 31 – Evolução dos Alunos do Secundário Público, 1996/2006	87
Gráfico 32 – Evolução dos Alunos da ETAPRONI, 1996/2006	87
Gráfico 33 – Acção social Escolar, Alimentação/Material Escolar, de 2000 a 2006	88

Gráfico 34 – Nados-Vivos do Concelho de Nisa, 1990 a 2004	93
Gráfico 35 – Óbitos do Concelho de Nisa, 1990 a 2004	94
Gráfico 36 – Percentagem, por Grupos de Idade em 2001	96
Gráfico 37 – Grupos Funcionais do Concelho de Nisa, 2001	97
Gráfico 38 – Percentagem de Grupos de Idades, Cenário de «Tendência Pesada Natural», em 2011	99
Gráfico 39 – Grupos Funcionais, Cenário «Tendência Pesada Natural», em 2011	100

Quadros

Quadro 1 – Retrato Estatístico da Actividade Económica do Concelho de Nisa	14
Quadro 2 – População Residente Segundo Grupos de Profissões no Concelho de Nisa	15
Quadro 3 – População Activa do Concelho de Nisa	20
Quadro 4 – Peso Relativo dos Grupos Etários no Concelho de Nisa – 1970/2001	22
Quadro 5 – Evolução da Taxa de Natalidade e Mortalidade no Concelho de Nisa – 1996/2002	23
Quadro 6 – Evolução da Taxa de Analfabetismo do Concelho de Nisa	28
Quadro 7 – Distribuição da População por Freguesia	32
Quadro 8 – População Segundo o Grupo Etário por Nível de Instrução – 2001	34
Quadro 9 – Número de Alunos do 2º e 3º Ciclo Segundo o Ano de Escolaridade e o Sexo, 2004	40
Quadro 10 – Número de Alunos do 2º e 3º Ciclo, Segundo o Ano de Escolaridade, por Idade e Sexo	41
Quadro 11 – Número de Alunos do 10º Ano e Número de Turmas, Segundo o Curso e o Sexo, 2004/2005	42
Quadro 12 – Número de Alunos do 10º Ano, Segundo a Vez de Matricula, por Idade e por Sexo	42
Quadro 13 – Número de Alunos do 11º e 12º Anos, Nº de Turmas Segundo o Ano de Escolaridade e o Sexo	43
Quadro 14 – Número de Alunos do 11º e 12º Anos, Segundo o Ano de Escolaridade, por Idade e Sexo	44
Quadro 15 – Resultados Escola EB 2,3/ Secundária de Nisa	44
Quadro 16 – Alunos por curso de ensino secundário declarado na inscrição dos exames, 2005	45
Quadro 17 – Distância do Local de Residência à EB 2,3 / ES de Nisa	46
Quadro 18 – Tipologia	47
Quadro 19 – Estabelecimentos de Ensino Existentes, 2005/2006	48
Quadro 20 – Número de Alunos do Jardim-de-Infância de Alpalhão – 2005/2006	50
Quadro 21 – Número de Alunos do 1.º Ciclo de Alpalhão – 2005/2006	50
Quadro 22 – Número de Alunos do Jardim-de-Infância de Nisa – 2005/2006	51
Quadro 23 – Número de Alunos do 1.º Ciclo de Nisa – 2005/2006	51
Quadro 24 – Número de Alunos do Jardim-de-Infância de Tolosa – 2005/2006	52

Quadro 25 – Número de Alunos do 1.º Ciclo de Tolosa – 2005/2006	52
Quadro 26 – Número de Alunos do Jardim-de-Infância de Arez – 2005/2006	54
Quadro 27 – Número de Alunos do 1.º Ciclo de Arez – 2005/2006	54
Quadro 28 – Número de Alunos do 1.º Ciclo de Montalvão – 2005/2006	55
Quadro 29 – Número de Alunos do Jardim-de-Infância de Monte do Duque – 2005/2006	55
Quadro 30 – Número de Alunos da Creche e Pré-Escolar da Santa Casa da Misericórdia de Nisa – 2005/2006	56
Quadro 31 – Número de Alunos do 2º e 3º Ciclo no Concelho de Nisa, 2005/2006	57
Quadro 32 – Número de Alunos do Secundário, na Escola Pública do Concelho de Nisa, 2005/2006	57
Quadro 33 – Número de Turmas e de Alunos da Escola Profissional – 2005/2006	59
Quadro 34 – Cursos do Ensino Superior a que os CETS dão Acesso	60
Quadro 35 – Segurança das Escolas – 2005/2006	65
Quadro 36 – Equipamentos de Lazer Existentes	76
Quadro 37 – Transportes da Pré-Primária e 1.º Ciclo do Ensino Básico	78
Quadro 38 – Transportes Escolares da Escola E B 2,3 de Nisa	79
Quadro 39 – Transportes para Escolas Secundárias de Portalegre	79
Quadro 40 – Transportes para a CERCI de Portalegre	80
Quadro 41 – Transportes para o Ensino Secundário Nocturno	80
Quadro 42 – Transportes Escolares da ETAPRONI	81
Quadro 43 – Educação Pública Pré-Escolar, 2005/2006	82
Quadro 44 – Educação Pré-Escolar – Santa Casa da Misericórdia de Nisa, 2005/2006	82
Quadro 45 – Ensino Básico do 1º Ciclo do Concelho de Nisa, 2005/2006	83
Quadro 46 – Ensino Básico do 2º e 3º Ciclo do Concelho de Nisa, 2005/2006	83
Quadro 47 – Ensino Secundário Público, Escola EB 2,3/ S Prof. Mendes dos Remédios, 2005/2006	83
Quadro 48 – Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Nisa (ETAPRONI), 2005/2006	84
Quadro 49 – Comunidade Educativa Total (Público e Privado) do Concelho de Nisa, 2005/2006	84
Quadro 50 – Evolução do Ensino Pré-Escolar, 1996/2006	85
Quadro 51 – Evolução do 1º Ciclo, 1996/2006	85
Quadro 52 – Evolução do 2º Ciclo, 1996/2006	86
Quadro 53 – Evolução do 3º Ciclo, 1996/2006	86
Quadro 54 – Evolução do nº de Alunos do Ensino Secundário Público, 1996/2006	87
Quadro 55 – Acção Social Escolar	88
Quadro 56 – População Residente no Concelho de Nisa, 1981/2001	91
Quadro 57 – Nados-Vivos e Óbitos por Género, no Concelho de Nisa de 1990 a 2004	92
Quadro 58 – População por Grupos de Idades no Concelho de Nisa, 2001	95
Quadro 59 – Grupos Funcionais do Concelho de Nisa, 2001	97

Quadro 60 – Índice-Resumo do Concelho de Nisa, 2001	97
Quadro 61 – População por Grupos de Idades, Cenário de “Tendência Pesada Natural» em 2011	98
Quadro 62 – Grupos Funcionais, Cenário «Tendência Pesada Natural», em 2011	99
Quadro 63 – Índice-Resumo do Concelho de Nisa, Cenário «Tendência Pesada Natural», em 2011	100
Quadro 64 – Grupos Funcionais do Concelho de Nisa, em 2001 e 2011	101
Quadro 65 – Índice-Resumo da População do Concelho de Nisa, em 2001 e 2011	101
Quadro 66 – Análise da População do Concelho de Nisa, em Idade Escolar, em 2001 e 2011	102
Quadro 67 – Proposta de Construção na EB 1 de Nisa	112
Quadro 68 – Proposta de Construção na EB 1 de Alpalhão	113
Quadro 69 – Proposta de Construção na EB 1 de Tolosa	113
Quadro 70 – Proposta de Arranjo Exterior e Manutenção na EB 2,3/ S de Nisa	114
Quadro 71 – Avaliação Participativa	115

Mapas

Mapa 1 – Enquadramento do Município de Nisa a Nível Europeu, Nacional e Regional	10
Mapa 2 – Freguesias do Concelho de Nisa	11
Mapa 3 – Rede Viária do Concelho de Nisa	31
Tabela 1 – Normas para a Programação e Caracterização dos Jardins-de-Infância	68
Tabela 2 – Normas para a Programação e Caracterização da Escola Básica (EB1)	69
Tabela 3 – Normas para a Programação e Caracterização da Escola Básica (EB 2,3)	70
Tabela 4 – Normas para a Programação e Caracterização da Escola Secundária (ES)	71